

THOMAS
SKIDMORE



B R A S I L :

DE

CASTELO

A

TANCREDO



RAZ E TERRA

BRASIL: DE CASTELO A TANCREDO
1964 - 1985

Thomas Skidmore

BRASIL: DE CASTELO A TANCREDO 1964 - 1985

Thomas Skidmore, com seu *Brasil: de Getúlio a Castelo* (1930-1964), hoje um clássico da história republicana, livrou a compreensão do passado recente das amarras da crônica. Contribuiu com uma visão complexa e sofisticada, que integra o estudo da tensão no interior das elites com os conflitos frente às classes populares, as políticas públicas e o sistema partidário. Numerosos pesquisadores foram influenciados por este livro, que acabou por indicar novos rumos no estudo de nossa história contemporânea. Nesta nova incursão na política brasileira, Skidmore confirma todas as qualidades de seu livro dedicado ao período anterior, abrindo ainda novas perspectivas.

Antes de Skidmore, durante muito tempo, a análise da conjuntura ficou por conta das memórias e do registro jornalístico. Sempre se alegava a dificuldade da documentação e obstáculos para uma visão distanciada. Esse historiador nos mostrou como fazer a análise do presente. Seu arsenal de documentação é impressionante. Sua familiaridade com os principais atores (com inúmeras e sucessivas entrevistas) e com os grupos sociais no processo brasileiro é completa. Há uma concreção de dados sobre a atualidade econômica que permite uma reavaliação rigorosa de todas as crises do período. Dificilmente um pesquisador, das mais diferentes áreas das ciências humanas ou qualquer leitor interessado em entender o Brasil depois de 1964, poderá passar ao largo desse trabalho monumental.

Thomas Skidmore nos apresenta neste livro um relato muito mais completo do que o esperado de um brasilianista e historiador. Trata-se de uma obra de cientista político sensível que situa o caso brasileiro numa perspectiva comparada internacionalmente. O caso do autoritarismo e os rumos da transição democrática ganham, assim, novos e originais enfoques. Resultado de uma delicada pesquisa desenvolvida por um dos mais finos observadores da história e da política do Brasil pós-1930, *Brasil: de Castelo a Tancredo* constitui-se, portanto, numa importante

ferramenta para a compreensão do regime autoritário, das Forças Armadas, da abertura política e, o que mais importa, dos cenários futuros. Isto tudo num texto rigoroso, onde não falta a emoção.

Thomas E. Skidmore é professor de História da América Latina e ex-diretor de estudos Ibero-Americanos na Universidade de Wisconsin, Madison. É autor de Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)¹ e Preto no Branco, ambos publicados no Brasil pela Editora Paz e Terra. E co-autor (com Peter H. Smith) de MODERN LATIN AMERICA. Desenvolve ainda as atividades de editor da THE CAMBRIDGE ENCYCLOPAEDIA OF LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN, além de ter publicado inúmeros artigos e resenhas de livros em jornais como o HISPANIC AMERICAN HISTORICAL REVIEW, AMERICAN HISTORICAL REVIEW e JOURNAL OF LATIN AMERICAN STUDIES.

THOMAS SKIDMORE

BRASIL: DE CASTELO A TANCREDO

1964 - 1985

Tradução Mário Salviano Silva

5a Reimpressão

PAZ E TERRA

(c) Thomas E. Skidmore, 1988

Traduzido do original em inglês

The Politics of Military Rule in Brazil 1964-85

Capa Eliana Piccardi

Revisão Técnica Alberto Dines

Revisão Márcia Courtouké Menin, Oscar Faria Menin

Revisão & epub: armazémCultural

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Skidmore, Thomas E., 1932-S639b Brasil: de Castelo e Tancredo, 1964-1985 / Thomas E. Skidmore; tradução Mario Salviano Silva. - Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988.

1. Brasil - História - 1964-1985
2. Brasil - Política e governo - 1964-1985
3. Militarismo - Brasil I. Título.

CDD-981.08

-320.98108

-322.50981

Índice para catálogo sistemático

1. Brasil 1964-1985 981.08
2. Brasil História política, 1964-1985 320.98108
3. Brasil Militares no poder : Ciência política 322.50981
4. Brasil Política e governo, 1964-1985 320.98108

Direitos adquiridos pela
EDITORA PAZ E TERRA S/A

Rua do Triunfo, 177

01212 - São Paulo, SP

Tel. (011) 223-6522

Rua São José, 90 - 11º andar

20010 - Rio de Janeiro, RJ

Tel. (021) 221-4066 que se reserva a propriedade desta tradução.

Conselho Editorial

Antônio Cândido

Fernando Gasparian

Fernando Henrique Cardoso (licenciado')

1994

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

SUMÁRIO

Prefácio

Agradecimentos

I

As origens da Revolução de 1964

II

Castelo Branco: arrumando a casa abril de 1964 - março de 1965

Os Militares assumem o poder

O Novo governo: aliança UDN-militares

Os Expurgos e a tortura

Defensores e críticos

Estabilização econômica: um enfoque quase ortodoxo

Política salarial

Convencendo os credores e investidores estrangeiros

A UDN: uma base política viável?

Derrota nas urnas e reação da linha dura

III

Castelo Branco: a tentativa de institucionalizar

O Segundo Ato Institucional e suas conseqüências políticas

Fontes de oposição

Tratando da sucessão

A UDN e Lacerda novamente

O Cenário econômico em 1966

Segurança nacional e uma nova estrutura legal

O Desempenho da economia no governo Castelo Branco

Fortalecendo a economia de mercado

O Legado político de Castelo Branco

IV

Costa e Silva: os militares endurecem

Uma nova equipe

A Nova estratégia econômica

Política: volta ao "normal"?

Da Frente Ampla ao desafio de estudantes e trabalhadores

Provocação à linha dura

A Repressão autoritária

Surge a guerrilha

A Economia: o pragmatismo dá resultado

Um presidente incapacitado e a crise da sucessão

Os Estados Unidos: um embaixador seqüestrado e algumas reflexões

V

Medici: a face autoritária

A Personalidade, o Ministério e o estilo de governar de Medici
RP em novo estilo
Medici e a política eleitoral
A Eliminação da ameaça guerrilheira
Os Usos da repressão
A Igreja: uma força de oposição
O "Boom" econômico e seus críticos
Abrindo a Amazônia: solução para o Nordeste?
Continuidade da manipulação eleitoral e a escolha de Geisel
Direitos humanos e relações Brasil-Estados Unidos
Um balanço: que tipo de regime?
VI
Geisel: rumo à Abertura
A Volta dos castelistas
Liberalização a partir de dentro?
Novembro de 1974: uma vitória do MDB
Descompressão sob ameaça
Novos problemas econômicos
Vozes da sociedade civil
Problema do Planalto: como ganhar eleições
Resposta do governo: o "pacote de abril"
Divergência Estados Unidos-Brasil: tecnologia nuclear e direitos humanos
Geisel subjuga a linha dura
O "Novo sindicalismo" em ação
O Desempenho da economia desde 1974 e o legado de Geisel
VII
Figueiredo: o crepúsculo do governo militar
Natureza do novo governo
Delfim Neto novamente
A Questão da anistia
Reformulando os partidos
Outro desafio dos trabalhadores
Explosões à direita
O Balanço de pagamentos: nova vulnerabilidade
As Eleições de 1982
À Economia em profunda recessão
A Campanha por eleições presidenciais diretas
Aspirantes do PDS à presidência
A Vitória da Aliança Democrática
Reviravolta econômica
VIII
A Nova República: perspectivas para a democracia
Até onde a democratização dependeu da pessoa de Tancredo?
Como os militares reagiram à democratização?
Como o governo democrático enfrentou as difíceis opções econômicas?
A Dívida Externa: Intervalo para Tomar Fôlego

Plano Cruzado: Nova Arma Contra a Inflação

Conclusão

A Democratização previa a criação de uma sociedade mais igual?

Tendências dos Indicadores Sociais e Econômicos Sob o Regime Autoritário

Realizações do Novo Governo

Trabalho Urbano

Reforma Agraria

Tratamento de Presos

Pós-Escrito: realidades econômicas e desdobramentos políticos

II

CASTELO BRANCO: ARRUMANDO A CASA ABRIL DE 1964 - MARÇO DE 1965

Os conspiradores militares e civis que depuseram João Goulart em março de 1964 tinham dois objetivos. O primeiro era "frustrar o plano comunista de conquista do poder e defender as instituições militares"; o segundo era "restabelecer a ordem de modo que se pudessem executar reformas legais".¹O primeiro foi fácil. O segundo seria muito mais difícil.

OS MILITARES ASSUMEM O PODER

A primeira tarefa dos rebeldes após a vitória militar foi assumir a presidência e a vasta maquinaria executiva sob sua jurisdição. Mas a Constituição de 1946 (artigos 66, 88 e 89) estipulava apenas três formas legais pelas quais um presidente vivo podia abandonar o cargo antes do fim do seu mandato: por renúncia, por impedimento votado pelo Congresso ou por se afastar do país sem aprovação legislativa.

Os adversários de Goulart no Congresso nem sequer tentaram o seu impeachment porque sabiam que não dispunham dos votos necessários, tal como os inimigos de Getúlio Vargas (que tinham as mesmas origens ideológicas e partidárias dos inimigos de Goulart) quando tentaram depô-lo em 1954. Embora muitos parlamentares suspeitassem das intenções de Goulart, nenhum líder centrista do Legislativo estava preparado para comandar uma campanha de impeachment, nem para apoiar os udenistas

(como Bilac Pinto) nessa cruzada - principalmente porque receavam que o afastamento do presidente desencadeasse um expurgo geral dos que participavam do poder ou lhe davam apoio. Quanto aos outros dois meios que justificavam a declaração de vacância da presidência, Goulart certamente não iria renunciar nem havia ainda deixado o país. Como, então, ocupar a presidência? O presidente do Senado, Auro Moura Andrade, resolveu o problema. Os militares estavam exigindo que fosse facilitado o caminho para a posse de um novo presidente que eles indicariam - sem dúvida um general. Diante disso, nas primeiras horas da manhã de 2 de abril, Moura Andrade simplesmente declarou vacante a presidência, ato sem qualquer amparo legal que provocou furiosos protestos dos deputados do PTB. A Constituição especificava que se a presidência vacasse o próximo a ocupá-la seria o presidente da Câmara dos Deputados (Ranieri Mazzilli) por um prazo máximo de 30 dias, enquanto o Congresso tratava de eleger um novo chefe de governo. Neste ponto a Constituição foi observada: Mazzilli tornou-se presidente em exercício. A assunção ao poder da Revolução, nascida de um ato arbitrário, estava agora seguindo a mais estrita constitucionalidade. Não seria este o último exemplo de semelhante esquizofrenia.

O obstáculo seguinte era a obrigatoriedade de eleição, para a qual não havia precedente. Não era o mesmo que em 1954 quando o Exército, após o suicídio de Getúlio, endossou a sucessão do vice presidente Café Filho. Era também diferente de 1961, quando os defensores da legalidade colocaram o vice presidente João Goulart na presidência (embora com poderes reduzidos). Agora não havia vice disponível para assumir o governo, pois Goulart o havia feito em 1961. Impunha-se encontrar um candidato à presidência e os políticos começaram as suas sondagens. Qual seria o seu perfil? Um experiente pessedista de centro-esquerda, como Tancredo Neves, ou um político mais velho, como Gustavo Capanema? Talvez um general centrista, como o comandante do Segundo Castelo Branco: arrumando a casa Exército Amaury Krueel? Ou ainda um patriarca militar-civil, como o marechal (e expresidente) Eurico Dutra?²

Tudo isso, no entanto, não passava de especulação. A sucessão pertencia aos militares, e estava sendo decidida por trás dos bastidores. A grande maioria dos oficiais, os mais francos dos quais eram conhecidos

como membros da linha dura, mantinha-se inflexível: era imperioso parar o carrossel que vinha girando desde 1945 em que as periódicas intervenções militares eram seguidas pelo rápido retorno dos civis ao poder.³ Os partidários da linha dura achavam que esta estratégia não havia resolvido nada, por isso não queriam mais eleições presidenciais diretas até que eles mesmos mudassem as regras políticas. O que especialmente eles mais desejavam era a saída de cena dos atores mais perigosos.

O porta-voz da linha dura era o general Arthur da Costa e Silva que se nomeara a si mesmo (como o general da ativa mais antigo no Rio em 1 de abril) ministro da Guerra do novo governo. Após assumir o posto, anunciou a organização de um Comando Supremo Revolucionário do qual participavam o almirante Rademaker e o brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo. Os dois últimos assumiram os outros ministérios militares por serem conspiradores da primeira hora com legitimidade aos olhos dos seus camaradas adversários de Goulart. Este Comando extralegal foi a defesa que imaginaram contra um possível contragolpe de militares de alta patente ainda leais ao governo.

O presidente em exercício Mazzilli confirmou os poderes de jacto, obedientemente nomeando os três como ministros militares do seu governo. A 7 de abril os novos titulares fardados exigiram publicamente legislação de emergência suspensiva dos procedimentos legais para realizarem expurgos no serviço público, na área militar e entre os ocupantes de cargos eletivos em todos os níveis. Mas os líderes parlamentares conservadores ainda não estavam prontos para abrir mão dos seus poderes. Por isso redigiram seu próprio "Ato Constitucional", que delegava ao Comando Revolucionário (somente com dois terços dos votos do Congresso) poderes limitados para expurgar o Legislativo e a burocracia federal.

Os três ministros militares ignoraram o projeto dos políticos, e a 9 de abril emitiram seu próprio "Ato Institucional" - que seria seguido por muitos outros.⁴ Seus autores foram Francisco Campos, o jurista que redigira a Constituição do Estado Novo em 1937, e Carlos Medeiros da Silva, um advogado de posições extremamente conservadoras. O Ato não regateava elogios à Revolução, que "se distingue de todos os outros movimentos armados pelo fato de representar não os interesses e a vontade

de um grupo, mas os interesses e a vontade de uma nação". Não menos importante, "a revolução vitoriosa legitima-se a si própria". O Congresso, afirmava, recebia sua legitimidade do "Ato Institucional" e não vice-versa. Para resolver o impasse político, o Ato continha, entre outras, as seguintes estipulações:

(1) O presidente pode apresentar emendas constitucionais ao Congresso, que terá apenas 30 dias para examiná-las, sendo necessário para sua aprovação apenas o voto da maioria (ao contrário dos dois terços requeridos pela Constituição de 1946).

(2) O presidente tem o exclusivo poder de apresentar projetos de lei envolvendo despesas ao Congresso, o qual fica impedido de alterar para mais qualquer artigo referente a gastos do governo.

(3) O presidente tem o poder de declarar o estado de sítio por até 30 dias ou prolongá-lo por mais 30 dias no máximo (com a exigência de um relatório ao Congresso dentro de 48 horas).

(4) O presidente, "no interesse da paz e da honra nacional", tem amplos poderes para suspender por 10 anos os direitos políticos de qualquer cidadão e cancelar os mandatos de legisladores federais, estaduais e municipais.

(5) Suspensão da estabilidade dos servidores públicos por seis meses.

O aumento dos poderes do Executivo era necessário, segundo o Ato, para "a reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil". O objetivo era "a restauração da ordem interna e do prestígio internacional do nosso país". Os novos poderes eram necessários porque os poderes constitucionais existentes não tinham sido suficientes para deter um governo que "estava deliberadamente tentando bolchevizar o país".

Este Ato Institucional não foi uma total surpresa, mas apenas a última de uma série de respostas à crise de autoridade política evidente no

Brasil desde meados da década de 50. O presidente Jânio Quadros, por exemplo, queixara-se de que lhe faltavam bastantes poderes para lidar com o Congresso. E citou a irresponsabilidade dos "políticos" como razão de sua abrupta renúncia após seis meses apenas no governo em 1961. Goulart, que repetira a queixa de insuficientes poderes presidenciais, chegou até a propor um estado de sítio em outubro de 1963, e no começo de 1964 apresentou propostas específicas para fortalecer o Executivo. O Supremo Comando Revolucionário de 1964 adotou, contudo, uma tática diferente. Não tentou observar as regras da política democrática, como fizeram seus antecessores, mas unilateralmente mudou as regras.

O impacto mais imediato foi sobre a própria presidência. Esvaziando a cláusula da Constituição de 1946 que tornava os oficiais das forças armadas inelegíveis para cargos eletivos e determinando a realização de eleições para presidente e vice presidente dentro de dois dias a partir de sua publicação (ao contrário dos 23 dias que ainda faltavam decorrer segundo a provisão constitucional de 30 dias), o ato do Comando tornou inevitável a eleição do candidato de consenso dos militares e dos governadores antiGoulart. O candidato foi o general Castelo Branco, coordenador da conspiração militar, escolhido pela esmagadora maioria dos revolucionários militares e civis. A 11 de abril o Congresso respeitosa e elegeram Castelo Branco por 361 votos, contra 72 abstenções e 5 votos para outros heróis militares conservadores.

O NOVO GOVERNO: ALIANÇA UDN-MILITARES

Castelo Branco era um interessante produto de influências brasileiras e estrangeiras.⁵ Nasceu no Ceará, em pleno Nordeste, filho de um oficial do Exército. A família mudou-se muitas vezes sempre que chegava a vez de o pai ser transferido para outras guarnições. Quando morava no Rio Grande do Sul, Castelo ingressou na academia militar de Porto Alegre. Escolhendo a arma de infantaria, fez um curso notável distinguindo-se entre os seus companheiros de turma na importante escola. Posteriormente fez o curso de dois anos na École Supérieure de Guerre na

França e, em Fort Leavenworth, nos Estados Unidos, o curso de estadomaior e comando. Adquiriu experiência de combate na Força Expedicionária Brasileira, que lutou ao lado do Quinto Exército norte-americano na Itália em 1944-45. Castelo teve assim longa vivência pessoal nos dois países estrangeiros que mais profundamente influenciaram o Brasil no século vinte: França e Estados Unidos.⁶

Conhecido como um oficial cauteloso e introspectivo, Castelo era baixo, quase sem pescoço, e acostumado com os nem sempre caridosos comentários sobre a sua aparência (seu futuro sogro pediu-lhe que fizesse um exame médico antes de consentir no casamento). A exercícios físicos extenuantes ele sempre preferiu a leitura e o estudo. Homem de poucas palavras e dado à reflexão, Castelo estava determinado a devolver dignidade à presidência.

O chefe revolucionário era também reconhecido como o líder do grupo da "Sorbonne" - oficiais estreitamente ligados à Escola Superior de Guerra (ESG), instituição patrocinada pelos militares, cujos cursos de um ano atraíam igual número da elite militar e civil. Outros conhecidos oficiais da Sorbonne eram os generais Golbery do Couto e Silva, Cordeiro de Farias, Ernesto Geisel e Jurandir de Bizarria Mamede. Este grupo, mais moderado do que a linha dura, defendia a livre iniciativa (embora considerando também necessária a existência de um governo forte), uma política externa anticomunista, a adoção preferencialmente de soluções técnicas e fidelidade à democracia, achando, no entanto, que a curto prazo o governo arbitrário se impunha como uma necessidade. A coesão desses oficiais da Sorbonne resultou das experiências comuns que viveram na FEB, durante a Segunda Guerra Mundial; na ESG (não só como estagiários mas sobretudo como professores); e em cursos em instituições militares do exterior, especialmente nos Estados Unidos. Esses oficiais ficaram mais tarde conhecidos como castelistas e desempenhariam importante papel em subseqüentes governos militares.⁷

Como vice presidente o Congresso elegeu José Maria Alkmim, do PSD de Minas Gerais, partido a que o cargo foi prometido em negociações anteriores naquele mês entre representantes de Castelo Branco e o expresidente Juscelino Kubitschek, chefe nominal da agremiação pessedista. Muitos udenistas ficaram furiosos com o acordo que, afinal,

reabilitava "velhos e corruptos políticos". O que os contrariava era o fato de o compromisso beneficiar o PSD, um rancoroso adversário que, segundo eles, a Revolução devia ter eliminado de qualquer função no novo governo. Lembavam-se muito bem da crise de 1954 quando o suicídio do presidente Vargas os deixou desarvorados, o que os impediu de assumirem o controle político em sua plenitude.⁸ Mas a UDN tinha agora razão para estar satisfeita com os seus despojos no Congresso. Daniel Krieger, veterano militante udenista e advogado gaúcho, assumira a presidência do Senado, enquanto Bilac Pinto, um dos agitadores da campanha udenista de mobilização antiGoulart, se tornou presidente da Câmara dos Deputados.

O novo Ministério ficou constituído em parte por indicações de Costa e Silva imediatamente após o golpe e por escolhas de Castelo Branco na semana seguinte⁹, formando uma combinação de conservadores e tecnocratas. Os ministros da Marinha e da Aeronáutica, que haviam assumido no dia 2 de abril, foram afastados. Rademaker, conhecido por suas idéias fortemente direitistas, foi substituído pelo almirante Ernesto de Melo Batista, sendo Correia de Melo substituído pelo brigadeiro Lavanère Wanderley. Possuindo o Exército maior peso político, o papel dos titulares da Marinha e da Aeronáutica era relativamente secundário.

Entre os mais destacados membros do ministério de Castelo Branco contavam-se o senador Milton Campos (Minas Gerais), ilustre constitucionalista e duas vezes candidato derrotado à vicepresidência pela UDN, ministro da Justiça; marechal Juarez Távora, candidato derrotado da UDN à presidência em 1955, ministro dos Transportes e Obras Públicas; Flávio Suplicy de Lacerda, reitor da Universidade do Paraná e ativo militante da UDN, ministro da Educação; Raimundo de Brito, também da UDN, ministro da Saúde; o diplomata de carreira (mas conhecido como simpático à Revolução) Vasco Leitão da Cunha, ministro das Relações Exteriores; deputado do PSD Daniel Faraco (Rio Grande do Sul), ministro do Comércio e da Indústria. Outra ilustre figura política da UDN, Luís Viana Filho (Bahia), foi nomeado chefe da Casa Civil, com status ministerial. Para chefe da Casa Militar foi escolhido o general Ernesto Geisel, notabilizado pela sua autoconfiança e um dos elementos de maior destaque na conspiração que derrubou o governo Goulart.

O mais importante ministério, o da Fazenda, foi confiado ao professor Octavio Gouveia de Bulhões, da Fundação Getúlio Vargas, respeitado centro de ensino e pesquisas econômicas financiado pelo governo. Acatado monetarista, foi absolutamente franco quanto à necessidade de reorganizar toda a estrutura financeira do Brasil e "sanear" suas finanças públicas. Apesar do vigor de suas idéias, Bulhões era um profissional pouco dado à retórica partidária ou à intriga burocrática.¹⁰

A outra posição econômica chave, Planejamento e Coordenação Econômica, foi entregue a Roberto de Oliveira Campos, personalidade com interesses mais variados e bastante controversa. Campos era um economista que resolvera fazer carreira no prestigioso corpo diplomático do seu país. Na década de 50, um tecnocrata em ascensão, servia na Comissão Econômica Mista Brasil-Estados Unidos (1951-53), que estabeleceu as prioridades de investimento para o Brasil. No final da década era diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e figura-chave no frustrado programa de estabilização econômica de 1958-59 mandado elaborar pelo presidente Juscelino Kubitschek. Para obter a aprovação do FMI - indispensável à renegociação da dívida externa em andamento - o governo de Juscelino teria que adotar políticas muito restritivas de salários, de crédito e fiscal, perspectiva que provocou uma onda de oposição nacionalista. Durante as batalhas políticas em torno das medidas antiinflação altamente impopulares, Campos caracterizou-se pela agressividade com que conduzia os debates. Tinha especial agrado em ridicularizar os nacionalistas que atacavam o capital estrangeiro. Em virtude de suas idéias consideradas entreguistas pelos adversários, estes lhe plantaram o apelido de "Bobby Fields", uma brincadeira não muito sutil em torno do seu nome.¹¹

O novo Ministério tinha alguns aspectos interessantes. Primeiro, era marcadamente udenista. Segundo, além dos ministros militares e do chefe da Casa Militar da Presidência (que sempre fora ocupada por um oficial superior), possuía apenas um militar Castelo Branco: arrumando a casa com atuação recente no serviço ativo: o general Cordeiro de Farias, ministro para a Coordenação de Agências Regionais.¹² Estariam os vitoriosos considerando cumprida sua missão? Ou planejavam exercer influência através de canais extraministeriais? E qual seria o papel de

organizações como o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), grupo bem financiado de pesquisa e ação que desde 1961 reunira militares influentes e políticos de moderados a conservadores, profissionais (especialmente economistas) e homens de negócios? Esse grupo criou um "governo marginal", com planos para a reforma do ensino, os investimentos estrangeiros e a classe trabalhadora. O IPES e o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) contribuíram muito para mobilizar a oposição ao governo Goulart. As idéias e projetos do IPES vingariam no governo Castelo Branco?¹³

OS EXPURGOS E A TORTURA

Os militares que conspiraram contra Goulart esperavam enfrentar resistência armada. Supunham que oficiais legalistas defenderiam o presidente e seu governo, talvez mergulhando o Brasil em uma guerra civil. Por isso queriam atacar antes que os legalistas pudessem se mobilizar.

Para surpresa virtualmente de todos, a resistência jamais se materializou. Os rebeldes estavam "empurrando uma porta aberta", na clássica expressão dos brasileiros. Mas eles não estavam à procura apenas de adversários armados; queriam pôr as mãos também naqueles líderes "subversivos" que supostamente estavam levando o Brasil para o comunismo. Milhares foram presos através do país na "Operação Limpeza", inclusive membros de organizações católicas, como o Movimento de Educação de Base (MEB), a Juventude Universitária Católica (JUC) e outras cujas atividades de organização ou caritativas atraíram a suspeita da inteligência militar ou do DOPS, a polícia política. Partidos políticos da esquerda também foram atingidos, como o pró-Moscou Partido Comunista Brasileiro (PCB), o maoísta Partido Comunista do Brasil (PC do B) e os trotskistas, como a Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-POLOP). Outros alvos foram oficiais e praças das três armas considerados pelos setores de inteligência dos rebeldes como favoráveis à esquerda, assim como os organizadores do

proletariado tanto urbano como rural.¹⁴

A repressão foi especialmente severa no Nordeste. Nem era de surpreender, pois ali atuavam muitos líderes considerados perigosos, como o governador de Pernambuco Miguel Arraes, o superintendente da SUDENE Celso Furtado, o especialista em alfabetização Paulo Freire, o advogado Francisco Julião, das ligas camponesas, e o velho ativista do Partido Comunista, Gregório Bezerra. Aliás, o estado de Pernambuco servira de abrigo para um dos maiores centros de atividade do Partido Comunista no Brasil, embora modesto em números absolutos.

A G-2 (inteligência) do Quarto Exército vinha há muito observando de perto o trabalho dos organizadores das ligas camponesas e os ativistas políticos de esquerda. Vitoriosa a Revolução, os militares prenderam centenas deles, trazendo muitos para o Recife, onde fica o quartel-general do Quarto Exército. Alguns foram submetidos a torturas, como o "telefone" (tapa que se aplica simultaneamente, com as mãos em concha, nos dois ouvidos da vítima, muitas vezes lhe estourando os tímpanos), o pau-de-arara (pau roliço que, depois de passado entre ambos os joelhos e cotovelos flexionados, é suspenso em dois suportes, ficando a vítima de cabeça para baixo e como que de cócoras, sujeita a pancadas e choques elétricos) e o "banho chinês" (mergulhar a cabeça da vítima em uma tina de água fervida ou de óleo até virtualmente sufocá-la).

Os torturadores acreditavam que seus prisioneiros sabiam de segredos vitais, como os nomes de seus contatos russos ou de militares brasileiros que seriam exterminados. Foram divididos em dois grupos: os que haviam confessado e os que precisavam de mais interrogatório.

Notícias dessas torturas logo chegaram ao Rio, onde o Correio da Manhã, outrora entusiástico defensor do golpe, publicou matérias com abundância de pormenores. Márcio Moreira Alves, jovem e audacioso repórter do jornal, foi mandado ao Nordeste para cobrir o assunto. Segundo informações que recolheu, 39 prisioneiros haviam sido torturados, com pelo menos dez oficiais das forças armadas envolvidos diretamente. Márcio fez ampla descrição das torturas, enriquecendo seu trabalho com o relato de médicos que trataram das vítimas. Veteranos repórteres policiais denunciaram que as torturas eram do tipo usado para arrancar confissões de suspeitos de crimes comuns.

A violência contra os detidos por motivos políticos não se limitou ao Nordeste. O Rio tinha dois centros de torturas: o CENIMAR (Centro de Informações da Marinha) e o DOPS (a polícia política do estado da Guanabara). O primeiro reduziu substancialmente o uso da violência logo após o golpe, mas o segundo continuou. O DOPS, um instrumento a serviço do inconstante governador do estado, Carlos Lacerda, fora aparelhado para caçar o pessoal da esquerda e sua felicidade consistia em perseguir os líderes das organizações sindicais, religiosas e estudantis. Outras partes do país conheceram também a prática de torturas, embora o que se divulgou a respeito tenha sido muito pouco. O estado de Goiás, por exemplo, testemunhou atos de extrema violência contra presos políticos quando os militares e os políticos da UDN ali intervieram para depor o governador do PSD, Mauro Borges.

Quais foram as dimensões globais da repressão? Talvez em sua maior parte tenha ocorrido nos dez dias entre a deposição de Goulart e a eleição de Castelo Branco, embora no Nordeste tenha continuado até junho. O número dos detidos em consequência do golpe só pode ser estimado, pois não se divulgaram dados oficiais a respeito; provavelmente o total variou entre 10.000 e 50.000. Muitos foram libertados dentro de dias, e outros, de semanas. Chegaram talvez a centenas os que sofreram torturas prolongadas (mais de um ou dois dias). Os apologistas da repressão costumavam dizer que os possíveis excessos seriam insignificantes em comparação com o que a esquerda teria perpetrado se houvesse conquistado o poder. No entanto, permanecia o fato de que elementos da polícia e das forças armadas, devidamente autorizados, recorreram à tortura.¹⁵

Na área política o novo governo resolveu aplicar não a tortura mas o poder de cassar mandatos legislativos e suspender direitos políticos. Esse poder (concedido pelo Art. 10 do Ato Institucional) devia expirar em 15 de junho de 1964, tendo Castelo Branco apenas dois meses para completar os expurgos.

Os militares da linha dura possuíam uma lista de cerca de 5.000 "inimigos" cujos direitos políticos pretendiam suspender. Com isso, formou-se uma atmosfera de caça às bruxas nos gabinetes governamentais, com a mistura de ideologia com vendetas pessoais. Os acusados não

tinham direito de defesa, nem as acusações contra eles foram jamais publicadas.¹⁶ O novo governo alegava (extraoficialmente) que, sendo revolucionário, podia criar suas próprias regras para punir os subversivos e os corruptos. Dar satisfações não era uma das suas regras.

Alguns militares queriam que se prorrogasse a vigência do Art.10 até 9 de novembro de modo a coincidir com a data de expiração dos expurgos do funcionalismo público. Neste sentido, o marechal Taurino de Rezende, presidente da comissão geral de investigações, se dirigiu publicamente ao general Castelo Branco. Mas a opinião dos "moderados" prevaleceu e o Art. 10 expirou no prazo previsto.

O expurgo não teve a dimensão que muitos temiam.¹⁷ O governo revolucionário, em 60 dias, suspendeu os direitos políticos e/ou cassou os mandatos eleitorais de 441 brasileiros, dentre os quais três expresidentes; seis governadores de estado; 55 membros do Legislativo federal; e vários diplomatas, líderes trabalhistas, oficiais militares, intelectuais e funcionários públicos.

A lista dos políticos expurgados continha poucas surpresas. O nome de João Goulart, por exemplo, era uma conclusão inevitável. O mesmo se podia dizer de Jânio Quadros, que desencadeara a crise que o país atravessava, com sua incompreensível renúncia em agosto de 1961. Com a cassação de 45 parlamentares, foi duramente atingida a Frente Nacionalista Parlamentar (FNP), coalizão de esquerda empenhada em desviar o Brasil de sua tradicional postura pró-Estados Unidos para uma posição mais nacionalista tanto em economia como em política. O partido mais representado na FNP era o PTB, em que militavam, deputados (agora expurgados) como Leonel Brizola, Sérgio Magalhães e Rubens Paiva.¹⁸

Um nome constou da lista que, entretanto, causou surpresa: o expresidente Juscelino Kubitschek, então senador por Goiás. Castelo relutou muito em puni-lo dentre outras razões por ser ele presidente de honra do PSD, de cuja ajuda no Congresso o chefe revolucionário não podia prescindir. Juscelino era também candidato à eleição presidencial de 1965, tendo iniciado sua campanha (a eleição para um segundo mandato consecutivo era proibida) logo após deixar o governo em 1961. Era inegavelmente fortíssimo candidato a uma eleição marcada para dentro de 19 meses. Sua larga base de apoio político, sustentada pelo PSD (que

fornecera o vice presidente de Castelo), era ajudada por sua imagem de líder dinâmico que criara a indústria automobilística e construía Brasília.

A Embaixada americana, que apoiou com entusiasmo a Revolução, advertiu o presidente e a cúpula militar que o expurgo de Juscelino seria mal recebido pela opinião pública americana e europeia. Juscelino, explicava a Embaixada, era visto favoravelmente tanto pelo acervo de suas realizações em favor do desenvolvimento econômico como pela sua fidelidade ao processo democrático.¹⁹

O ex-presidente sabia que seus inimigos estavam fechando o cerco em torno dele.²⁰ Os militares da linha dura, que há muito queriam vê-lo punido, agora bombardeavam Castelo via ministro da Guerra Costa e Silva, acusando Juscelino de corrupção e colaboração com os subversivos. Estas acusações eram uma espécie de mercadoria em depósito nas dispensas dos udenistas, sobretudo de Carlos Lacerda, que também aspirava à presidência e que, portanto, gostaria de ver seu concorrente expulso do campo.

Muitos dos assessores políticos do ex-presidente concitaram-no a manter-se discreto, minimizando possíveis pretextos para o seu expurgo. No início de junho aumentara de tal modo a pressão da linha dura que Juscelino chegou a oferecer-se para renunciar à sua candidatura. Era tarde demais. A pressão militar vencera os recalcitrantes do Planalto, e a 6 de junho Castelo assinava o decreto suspendendo por dez anos os direitos políticos de Juscelino Kubitschek e os de outras 39 figuras de menor importância.²¹

A cassação do ex-presidente representou um divisor de águas. Ao contrário de Jânio Quadros ou de João Goulart, ele demonstrou que podia realizar um governo eficiente convivendo com interesses conflitantes e aspirações concorrentes. Seu governo exercido entre 1956-61 assinalara o último triunfo de uma política à moda antiga. Os militares da linha dura queriam sepultar tal política como coisa do passado. Nada melhor para a conquista deste objetivo do que a morte política de Juscelino.²²

As punições políticas não ficaram restritas aos civis; também os militares tiveram sua quota. Entre 1 de abril e 15 de junho, cerca de 122 oficiais foram forçados a se aposentar (embora com pensão integral). Muitos deles haviam feito oposição ao golpe, enquanto outros eram

acusados de considerar o novo governo constitucionalmente ilegítimo. Outros ainda eram tidos como tão extremadamente esquerdistas, ou tão identificados com Goulart, que não podiam merecer confiança. Expurgos de militares não eram novidade no Brasil sublevações anteriores, como a Revolução de 1930 e a intentona comunista de 1935, foram seguidas por iguais transferências forçadas para a inatividade.²³

DEFENSORES E CRÍTICOS

A Revolução de 1964 foi entusiasticamente festejada pela maior parte da mídia brasileira. Jornais importantes como o Jornal do Brasil, Correio da Manhã, O Globo, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo pugnavam abertamente pela deposição do governo Goulart. Não ficava atrás em sua oposição a cadeia de revistas, jornais e estações de rádio e TV dos "Diários Associados". O único jornal importante que combateu o golpe foi o Última Hora, cujo diretor e fundador, Samuel Wainer, teve que fugir.²⁴

Os advogados constituíram outra força oposicionista através do seu órgão de classe, a Ordem dos Advogados do Brasil, cujo Conselho Federal bateu palmas à deposição de João Goulart.²⁵ Foi uma posição arriscada, dada a irregularidade da transição de Goulart para Mazzilli, mas no início de 1964 a classe se alarmara tanto com a ameaça ao constitucionalismo vinda da esquerda que fazia vistas grossas para os defeitos legais da sucessão.

A hierarquia da Igreja foi outra fonte de opinião de elite que apoiou a intervenção militar. Em manifesto de 26 de maio um grupo de bispos influentes elogiou o golpe notando que "as forças armadas intervieram a tempo de impedir a implantação de um regime bolchevista em nosso país". Embora a declaração defendesse os ativistas do laicato. progressista da acusação de comunismo, seu efeito foi reforçar os receios da classe média de que a luta contra o governo Goulart fosse na verdade uma luta pelo seu futuro. Por outro lado, "à posição da hierarquia deixou perplexos e profundamente irritados os católicos mais jovens que militavam em certos

grupos como a Ação Católica Brasileira e a Ação Popular. A prisão de muitos deles e os maus tratos que receberam fizeram com que alguns membros do episcopado reconsiderassem seu apoio ao golpe.²⁶

Quanto aos políticos, o golpe de 1964 apanhou muitos de surpresa. Os civis mais conhecidos envolvidos na conspiração não perderam tempo, contudo, para usar a intervenção militar em proveito próprio. Virtualmente toda a UDN e metade do PSD rapidamente apoiaram a Revolução, aumentando o rol das denúncias contra o governo Goulart.

O movimento liderado pelos militares forçara o presidente legal a exilar-se e instalou um governo que nunca poderia Ter alcançado o poder pelo voto. Até onde iria esta reversão ao autoritarismo? Ninguém desconhecia que os militares da linha dura estavam procurando um pretexto para silenciar maior número de políticos. Muitos membros do PTB e da ala esquerda do PSD, não obstante, concentraram-se na discussão da duvidosa legalidade da [deposição de Goulart, e denunciaram as cassações de figuras ilustres, como o nutricionista e especialista em saúde pública Josué de Castro, o economista Celso Furtado e o reformador do sistema educacional Anísio Teixeira. A nova publicação de esquerda, Revista Civilização Brasileira, tachou as cassações de "terrorismo cultural" e historiou em 60 páginas a crônica das prisões, vexames e intimidações a destacadas personalidades das artes, da ciência e da educação.²⁷

O libelo contra o governo foi liderado pelo editor Ênio Silveira, o romancista e comentarista político Carlos Heitor Cony, o crítico literário austríaco Otto Maria Carpeaux e o jornalista Márcio Moreira Alves. Os três últimos escreviam no Correio da Manhã, que apoiara fortemente a deposição de Goulart, mas que se achava agora desiludido com a atuação do governo militar.²⁸ Outro respeitado crítico era Alceu Amoroso Lima, ensaísta e veterano líder do laicato católico. Ele via o Brasil sob a Revolução guinando para a direita e advertiu em abril de 1964 que "a extrema direita era tão antidemocrática quanto a extrema esquerda.. ." Um mês depois fazia uma advertência ainda mais ominosa: "até hoje nunca tive medo do comunismo no Brasil. Agora começo a ter."²⁹

Outros adversários à esquerda comparavam a "Revolução" do Brasil a um pronunciamento centro-americano - uma grave acusação para os oficiais brasileiros que se imaginavam bem acima dos seus colegas

hispano-americanos. A esquerda descartava os militares como nada mais do que agentes do imperialismo e dos ricos e privilegiados do Brasil, que lutavam desesperadamente para impedir que o país empreendesse reformas sociais básicas.³⁰

O governo dos Estados Unidos foi outro entusiástico defensor do golpe. Por sugestão do embaixador Lincoln Gordon, o presidente Lyndon Johnson enviou mensagem de congratulações a Ranieri Mazzilli horas depois de seu juramento como presidente em exercício. Johnson se dizia satisfeito em saber que os brasileiros estavam resolvendo suas dificuldades "no contexto da democracia constitucional", o que não era, naturalmente, a plena expressão da verdade. Johnson também afirmou prever a "intensificação da cooperação no interesse do progresso econômico e da justiça social para todos".³¹

Dos Estados Unidos começariam a chegar rapidamente outras demonstrações de apoio ao golpe. No começo de abril Adolf Berle, ex-embaixador americano no Brasil e um dos criadores da Aliança para o Progresso, declarou que Goulart estava levando o seu país para as fileiras do comunismo cubano e por isso tinha que ser deposto. Berle era um autêntico representante do estabelecimento liberal que defendia a política da cenoura e do porrete na América Latina - a cenoura para os reformadores apoiados pelos Estados Unidos e o porrete para os revolucionários que ameaçassem com reformas radicais. A ele juntou-se no início de maio o ex-embaixador Gordon, que descreveu a Revolução brasileira de 1964 como um evento que "pode na verdade figurar ao lado do Plano Marshall, do Bloqueio de Berlim, da derrota da agressão comunista na Coréia e da solução da crise dos mísseis em Cuba como um dos momentos decisivos da história do mundo na metade do século vinte".³²

Mas a Embaixada já demonstrava nervosismo com a caça às bruxas em pleno andamento. O embaixador Gordon advertiu os brasileiros que era preciso distinguir entre subversão e oposição política, embora reiterando também a probabilidade de um golpe comunista se Goulart tivesse permanecido no poder. As palavras do diplomata tinham por fim expressar a preocupação dos Estados Unidos e assim manter a devida distância entre o governo do seu país e os possíveis excessos dos revolucionários.³³

Durante os seus primeiros meses como presidente, Castelo Branco tentou dissociar o seu governo dos revolucionários de extrema direita. "Caminharemos para a frente com a segurança de que o remédio para os malefícios da extrema esquerda não será o nascimento de uma direita reacionária, mas o das reformas que se fizerem necessárias", anunciou Castelo em seu discurso de posse.³⁴ Mas a forte ênfase do governo no anticomunismo, de par com a cassação de uma figura com a popularidade de Juscelino, mostrava que a influência da linha dura era uma grande verdade.

Era também verdade que o programa econômico e político do novo governo, que incluía medidas antiinflacionárias e reformistas, estava destinado a provocar vigorosa oposição. Os extremistas estavam determinados a exigir a retomada de poderes de emergência se a estabilidade do novo governo fosse ameaçada? E, em tal caso, que espécie de regime adotariam? E poderiam os Estados Unidos se identificar com um regime altamente impopular?

ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA: UM ENFOQUE QUASE ORTODOXO

Após consolidar a tomada do poder e centralizar a autoridade no Executivo, Castelo Branco e seus companheiros revolucionários voltaram-se para os males econômicos do Brasil.³⁵ Como eles sempre afirmaram que precisavam de poderes arbitrários para executar uma política econômica eficiente, tal fato comporta exame pormenorizado. Por quaisquer cálculos, a economia brasileira se achava em extremas dificuldades no início de 1964. O governo Goulart, sem crédito no exterior e com uma dívida de US\$3 bilhões, caminhava a passos largos para a insolvência. Os fornecedores estrangeiros, como as companhias internacionais de petróleo, não concediam mais crédito ao Brasil. As vendas só eram feitas à vista, em divisas, e estas se haviam esgotado. A inflação alcançara a taxa anual de 100 por cento, e a interminável miscelânea de subsídios e controles governamentais estava distorcendo a alocação de recursos através da

economia. Homens de negócios, banqueiros e até o homem comum achavam a situação tão caótica que passaram a adiar suas decisões econômicas salvo as mais imediatas.

A equipe econômica do novo governo, liderada por Roberto Campos e Octavio Gouveia de Bulhões, parecia bastante qualificada para a sua ingrata tarefa. Tanto Campos como Bulhões possuíam contatos na comunidade empresarial e financeira e ambos haviam adquirido grande experiência anteriormente durante a execução do programa de estabilização que o ex-presidente Juscelino Kubitschek adotara em 1958 para depois engavetar em 1959. O diagnóstico econômico do novo governo estava contido numa publicação de 240 páginas intitulada Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG)³⁶, elaborado por Campos e Bulhões. Como muitos outros diagnósticos da economia brasileira nos primeiros anos da década de 60, este identificava na inflação acelerada o principal obstáculo a um sadio desenvolvimento econômico. Os autores afirmavam que a inflação era causada principalmente pelo excesso de demanda, que, por sua vez, tinha as seguintes causas: déficits do setor público, excesso de crédito para o setor privado e excessivos aumentos de salário. Quando a base monetária era ampliada para atender à demanda, estimulava um "crônico e violento processo inflacionário".

O resultado era um monte de distorções econômicas: bruscas oscilações nas taxas de salários reais, desorganização do mercado de crédito, distorção do mercado de trocas externas e incentivo ao uso de capital para manipular inventários ou especular com moedas estrangeiras. O caos resultante excluía a possibilidade de investimentos a longo prazo de que o Brasil tanto necessitava.

Diante de paciente tão anêmico, Bulhões e Campos receitaram um enfoque "gradualista", em contraste com o "tratamento de choque" defendido pelo FMI e que consiste no congelamento de todos os salários e preços. Propuseram-se então os dois ministros a reduzir gradualmente (daí o rótulo "quase ortodoxo") o déficit do setor público, contrair o crédito privado e estabilizar os índices salariais. Com estas e outras medidas, o governo planejava, segundo os melhores princípios monetaristas, reduzir a taxa de crescimento dos meios de pagamento na economia (que fora de 64 por cento em 1963 e atingiria 86 por cento em 1964) para 30 por cento em

1965 e 15 por cento em 1966. Supondo uma velocidade constante de circulação do dinheiro, isto reduziria a taxa de inflação anual de 100 por cento no início de 1964 para 25 por cento em 1965 e 10 por cento em 1966.³⁷

O governo considerava o déficit como o item que precisava de ação mais imediata. Em 1963 o déficit do governo federal fora 4,2 por cento do PIB.³⁸ Se não fosse reduzido através de medidas fiscais ou compensado por uma absorção de poupanças privadas, seria inevitavelmente inflacionário. Os novos gestores da economia dispuseram-se a cortar o déficit público eliminando todas as despesas "não essenciais", tornando rentáveis as operações das empresas estatais e aumentando a arrecadação de impostos.

A formulação de políticas era apenas o primeiro passo. Muito mais difícil iria ser aplicá-las. Nenhum observador perspicaz poderia ter deixado de notar que no início dos anos 60 o Brasil não possuía capacidade administrativa para implementar complexas políticas econômicas. O estilo de governo voltado para questões específicas, como acontecia nos anos 50, era mais compatível com um período de expansão econômica do que com uma fase de dificuldades. Por isso nenhum governo que se instalasse no começo de 1964, fosse da direita ou da esquerda, poderia ter evitado a necessidade de uma reforma institucional.³⁹

A falta de um verdadeiro banco central era apenas um dos itens que justificavam a reforma. O Banco do Brasil, prestador que o setor público procurava em último recurso, era também o principal banco comercial. Havia, ainda, a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), que fora criada em 1947 como agência coordenadora da política monetária. Mas não conseguira escapar ao controle do Banco do Brasil e por isso não se transformara em banco central. O novo governo só teve condições para criar tal banco em abril de 1965, quando converteu a SUMOC em Banco Central do Brasil que, ainda assim, precisou de vários anos para funcionar efetivamente. Enquanto isso, a equipe CamposBulhões rapidamente instituiu um Conselho Monetário Nacional que, a partir da segunda metade de 1964, atuava como órgão de previsão e coordenação das contas fiscais e monetárias.⁴⁰

A reorganização dos instrumentos de política fiscal foi feita mais rapidamente com a ajuda do primeiro Ato Institucional, que deu ao presidente autorização exclusiva para propor leis aumentando despesas. Esta autorização Castelo Branco delegou-a a Roberto Campos, ministro do Planejamento, que logo propôs lei proibindo que os governos estaduais emitissem títulos sem permissão federal. Era uma medida importante para o controle financeiro do setor público, porque os governos estaduais no passado emitiram papéis por conta própria para a cobertura de déficits orçamentários.

Bulhões e Campos voltaram-se a seguir para a área das empresas públicas, pois o diagnóstico do PAEG concluía corretamente que a inflação fora alimentada por déficits do governo federal. Este cobria os grandes déficits com emissões de moeda precisamente por lhe faltar determinação política para aumentar preços e controlar os gastos das empresas estatais. O governo Castelo Branco por isso mesmo tratou de pôr fim imediatamente aos gigantescos déficits das indústrias federais que administravam ferrovias, navegação e exploração de petróleo. Em cada caso era fatal o aumento dos preços dos serviços, medida que elevava diretamente o custo de vida a curto prazo. Mas a cobertura de custos significava a possibilidade de investimentos há muito adiados voltarem a ser feitos nas empresas estatais aumentando-lhes a produtividade e, conseqüentemente, reduzindo seus custos no futuro. O governo aumentou também o preço em cruzeiros de importações básicas, como petróleo e trigo, usando uma taxa de câmbio realista em vez das taxas anteriores artificialmente baixas. A defasagem da taxa de câmbio fora usada intencionalmente por Goulart (e outros antes dele) para manter baixo o preço das passagens de ônibus (altamente dependentes do petróleo importado) e do pão (fabricado com trigo importado). Os aumentos "corretivos" decretados pelo governo fizeram a inflação subir a curto prazo, mas os responsáveis pela política econômica explicavam que os reajustes feitos de uma só vez eram necessários para eliminar anteriores subsídios (inflacionários), cujos efeitos haviam sido simplesmente reprimidos. Os aumentos de preços, contudo, eram profundamente impopulares e o público não ocultava sua revolta com a elevação dos preços dos ônibus, dos trens, da eletricidade e do pão. Um governo eleito

poderia ter executado tais medidas e ainda assim sobreviver? Provavelmente não.⁴¹

O outro lado da política fiscal - os impostos - também foi vigorosamente atacado. Como muitos países em desenvolvimento, o Brasil era notoriamente ineficiente em matéria de arrecadação de impostos, salvo o de vendas e consignações. Parte da ineficiência era devida à estrutura tributária terrivelmente complexa vigente nas esferas federal, estaduais e municipais. Para ela também contribuía a vantagem que o contribuinte obtinha atrasando o pagamento de impostos não reajustados para compensar a inflação. Os lucros da depreciação induzida pela inflação do imposto de um contribuinte excedia de muito as penalidades por atraso de pagamento.

O novo governo atacou o problema de dois modos: primeiro, reformulou a regulamentação tributária penalizando os infratores; segundo, sujeitou todos os impostos em atraso, inclusive as contribuições para a previdência social, à correção monetária para reajustar o valor do dinheiro corroído pela inflação. O contribuinte inadimplente daí por diante não tinha mais qualquer vantagem em atrasar seus pagamentos.⁴²

Os ministros Campos e Bulhões não anunciaram a indexação como instrumento de política geral, tanto assim que ela fora mencionada apenas de passagem no PAEG. O primeiro uso da indexação foi determinado pela lei 4357 aprovada pelo Congresso em julho de 1964. Estabelecia a correção obrigatória de todos os ativos fixos e dos impostos em atraso e autorizava a criação de um novo título do governo, a Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN), reajustada mensalmente segundo uma média móvel do índice de preços por atacado.⁴³ Em agosto seguiu-se a lei 4380 criando o Banco Nacional de Habitação (BNH) é dando-lhe autorização para indexar tanto os papéis de sua emissão quanto os empréstimos hipotecários que concedesse. Do P AEG constavam todos esses usos da indexação sem descrevê-los, contudo, como inovação importante. Em julho de 1965 a lei 4728 estendeu a indexação a virtualmente todo o mercado de capital (a taxa de indexação era a mesma da ORTN).⁴⁴ Sem ser anunciada como tal, a indexação, ou correção monetária, estava se tornando instrumento indispensável da política econômica pós-1964.

O governo instituiu a indexação como medida "transitória" para induzir uma alocação de recursos mais eficiente com redução da inflação. O objetivo era fazer com que todos os participantes do processo econômico pensassem em termos reais e não em como se beneficiarem com a diferença entre créditos ajustados pela inflação e débitos não corrigidos monetariamente. O uso da indexação no Brasil não foi bem-aceito em certos círculos financeiros ortodoxos como o FMI,⁴⁵ mas o país não precisava preocupar-se com opiniões ortodoxas a menos que lhe fosse preciso recorrer àquela instituição.

As rigorosas medidas de arrecadação de impostos resultaram em significativa elevação da receita federal. Ela passou de 7,8 por cento do PIB em 1963 para 8,3 por cento em 1964, depois para 8,9 por cento em 1965 e 11,1 por cento em 1960.⁴⁶ A combinação de corte de despesas e aumento de impostos reduziu o déficit público anual de 4,2 por cento do PIB em 1963 para 3,2 por cento em 1964 e 1,6 por cento em 1965.⁴⁷ O declínio do déficit foi financiado através de títulos do tesouro (ORTN), devidamente indexados e pagando juros de 6 por cento.⁴⁸

O segundo instrumento importante da política de estabilização de Campos e Bulhões foi o controle do crédito do setor privado. Este controle não pôde ser feito nos planos de estabilização dos anos 50 e 60 por causa das desavenças entre o Ministério da Fazenda e o Banco do Brasil, uma vez que os esforços de estabilização ortodoxos do primeiro eram frustrados pelas políticas pró-empresas privadas do último. Campos e Bulhões não tiveram esse tipo de problema por causa de suas incontrastáveis autoridades.

Mas o problema não era apenas de coordenação. Os brasileiros estavam céticos em relação a qualquer nova tentativa de estabilização econômica por causa do malogro dos programas de 1953-54, 1955-56, 1958-59, 1961 e 1962-63.⁴⁹ Essas experiências haviam treinado tanto os devedores como os credores nos hábitos da sobrevivência econômica durante a inflação - hábitos que eles estavam pouco inclinados a abandonar. A inflação que ultrapassa as expectativas favorece o devedor que pode pagar o empréstimo e os juros em moeda desvalorizada. E a inflação brasileira não era exceção. Nessas condições os emprestadores, correndo o risco da falência, não queriam ou não podiam emprestar senão

em prazo curtíssimo, significando semanas ou no máximo meses. Os emprestadores sobreviveram às décadas de 50 e 60 por causa dos vultosos subsídios governamentais canalizados para setores prioritários, como agricultura, bens de capital e infra-estrutura. Os ministros da área econômica sabiam que esta precária estrutura de crédito precisava urgentemente de reformulação. Enquanto isso, tiveram que deixar as taxas de juros do setor privado ao sabor do mercado.⁵⁰

A reação do setor privado seria obviamente decisiva para o bom êxito da estabilização. O objetivo era induzir os homens de negócios a pensarem em termos de recursos reais, o que permitiria o fornecimento de créditos para empreendimentos que garantissem taxa real de retorno mais alta.⁵¹ A expectativa de empresários, banqueiros e comerciantes, ainda que apoiassem em princípio a ação governamental, era a de se sentirem ameaçados quer fossem devedores (com a possibilidade de perder se uma inflação menor majorasse o valor real dos seus débitos além do esperado) quer credores (contrariados com cortes nos habituais subsídios ao crédito). Campos e Bulhões sabiam disto, daí porque afirmavam aos empresários que perseguiriam a qualquer preço suas políticas. Era uma escaramuça decisiva na batalha das expectativas.

POLÍTICA SALARIAL

O terceiro grande instrumento do programa antiinflação depois da redução do déficit público e do controle mais rigoroso do crédito foi a política salarial. Para se compreender esta política sob o governo Castelo Branco, convém examinar a estrutura das relações trabalhistas no setor urbano a partir de 1964. A estrutura legal (Consolidação das Leis do Trabalho, ou CLT) codificada durante o Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-45) foi uma construção semicorporativista em que os sindicatos ficaram estreitamente ligados ao controle do governo federal. Primeiro, todos os empregados cobertos pela CLT eram obrigados a uma contribuição sindical (um dia por ano) descontada de seus contracheques. O dinheiro ia diretamente para o Ministério do Trabalho, que o repassava

aos sindicatos, cujas despesas eram supervisionadas pelo Ministério. Segundo, todas as eleições sindicais eram fiscalizadas pelo Ministério, que tinha que validar os resultados, podendo até desqualificar candidatos. Além disso, todos os dirigentes sindicais eram sujeitos a remoção pelo Ministério, de acordo com diretrizes propositadamente vagas. Terceiro, a lei tornava as greves virtualmente ilegais, já que quase todas as possíveis disputas tinham que ser transferidas para os tribunais trabalhistas para efeito de decisão. Quarto, os sindicatos podiam ser formados para representar apenas uma categoria dentro de um só município. Poderia haver uma federação (ao nível estadual) e uma confederação (ao nível federal) desses sindicatos. Mas negociar em qualquer daqueles dois níveis era extralegal. Igualmente importante, o código não dava status legal a alianças horizontais de sindicatos, isto é, de categorias diferentes. Qualquer tentativa de uma CGT ao estilo francês ou argentino era portanto extralegal. Finalmente, a lei desencorajava fortemente, se não impedia, a negociação direta. Uma das questões mais vitais, o salário mínimo, era controlada pelo governo. Quase todas as outras questões iam para os tribunais do trabalho para decisão compulsória.⁵²

A "redemocratização" do Brasil em 1945-46 deixara intacta essa estrutura de relações corporativistas do trabalho. A Constituição de 1946 reconheceu o direito à greve (Art. 158), ficando para ser regulamentada a sua aplicação em lei ordinária que, entretanto, cairia no esquecimento. As disputas entre empregadores e sindicatos a partir de 1945 geralmente eram levadas aos tribunais trabalhistas e, como os seus juizes eram nomeados pelo governo, estes procuravam não contrariá-lo.

Está claro agora por que sucessivos governos acharam fácil conviver com a estrutura da CLT. No final dos anos 40 o governo do presidente Dutra usou-a para expurgar a liderança sindical de todos os esquerdistas. Em seu período presidencial de 1951-54 Getúlio Vargas usou-a através do seu jovem ministro do Trabalho João Goulart, para estimular a mobilização trabalhista em São Paulo. No começo dos anos 60 o presidente Goulart usou a estrutura sindical oficial para gerar apoio político às suas malfadadas reformas.⁵³ Apesar de ideologias políticas diferentes, sucessivos governos exploraram habilmente a estrutura corporativista em proveito de seus próprios objetivos.

Como se comportou essa estrutura quando se tratou de aplicar programas de estabilização? A experiência de Goulart foi instrutiva. Em meados de 1963, quando seu governo enfrentava violenta inflação, Goulart criou o Conselho Nacional de Política Salarial com autoridade para fixar salários para todo o setor público (e o de economia mista), inclusive para todas as empresas privadas licenciadas para prestar serviços públicos.⁵⁴ O governo esperava que este novo mecanismo controlasse melhor os salários e em consequência detivesse os aumentos de preços praticados por aquelas empresas, cuja produção pesava fortemente no custo de vida. Mas a verdade é que os ajustes salariais naquelas empresas durante o resto de 1963 não foram inferiores aos das empresas não controladas. Goulart caiu antes que pudesse experimentar novas formas de controle de salários.

A Revolução de 1964 prometeu mudar o sistema de formulação da política econômica. O primeiro Ato Institucional fortaleceu o poder do presidente às custas do Congresso. Em nenhuma outra área estava o novo governo mais ansioso para demonstrar seus poderes do que na da política trabalhista. O governo Castelo Branco estava firmemente determinado a assumir o controle dos salários. E começou com uma vassourada nos líderes sindicais. Durante os dois primeiros meses de expurgos o governo afastou de seus cargos conhecidos dirigentes trabalhistas, como Clodsmith Riani, Hércules Correia dos Reis, Dante Pelacani e Oswaldo Pacheco da Silva, e suspendeu seus direitos políticos; alguns foram até julgados por acusações de subversão.⁵⁵ Mesmo depois de expirado o prazo que tinha para realizar expurgos, o governo usou os poderes normais que lhe dava a lei trabalhista para intervir nos sindicatos e afastar seus líderes. Um total de 428 sindicatos havia sofrido intervenção até o final de 1965, inclusive muitos dos grandes sindicatos industriais.⁵⁶

Eliminada a possibilidade de qualquer oposição nos sindicatos, o novo governo passou à definição de sua política salarial em junho e julho de 1964. A meta era impedir que os salários subissem mais depressa do que a taxa descendente de inflação. Campos e Bulhões concentraram-se primeiro nos salários do setor público. Reorganizaram o Conselho Nacional de Política Salarial de João Goulart e criaram uma complexa fórmula para cálculo dos futuros aumentos salariais do setor público. Primeiro, os salários seriam reajustados somente a cada 12 meses.

Segundo, o salário reajustado seria baseado em: (1) o salário real médio pago nos últimos 24 meses; (2) compensação do aumento de produtividade do ano anterior; e (3) reajustamento da inflação residual esperada no correr do ano seguinte, segundo previsão do governo. Esta fórmula, embora ligeiramente modificada em meses e anos sucessivos, serviu de base para a política salarial do governo até 1979. O que mais importava, naturalmente, eram os números introduzidos na fórmula.⁵⁷

Quanto aos salários do setor privado, a lei de 1963 deixou-o livre para fixá-los, cabendo a última palavra sobre as disputas à autoridade das cortes trabalhistas. O novo governo manteve essa lei, esperando que as firmas privadas e os tribunais seguissem a orientação oficial em seus acordos salariais no setor público. Mas o otimismo não era justificado. Os salários do setor privado aumentaram muito mais rapidamente, além dos níveis toleráveis especificados no P AEG. Em agosto de 1965 o governo solicitou ao Congresso a extensão ao setor privado da autoridade que possuía para fixar salários no plano federal. Campos e seus colegas argumentaram que reajustar salários "simplesmente aplicando índices de aumentos de custo de vida é incompatível com a política antiinflação". Líderes sindicais combateram o projeto de lei, mas inutilmente. A lei foi aprovada pelo Congresso (expurgado dos principais porta-vozes da classe trabalhadora) e, embora os sindicatos tivessem apelado para os tribunais, estes decidiram em favor do governo em setembro de 1965.⁵⁸ A nova lei também prorrogou por três anos a autoridade abrangente do governo para fixar salários. Os resultados é que em meados de 1968 a estabilização havia sido alcançada e a negociação coletiva pôde "retornar" às condições livres que o PAEG implicitamente endossava.

CONVENCENDO OS CREDORES E INVESTIDORES ESTRANGEIROS

A luta contra a inflação era vital não somente em si mesma mas também para o restabelecimento da credibilidade lá fora. A guinada do Brasil para a moratória unilateral da dívida no governo Goulart deixara os

credores estrangeiros profundamente desconfiados. O governo Castelo Branco enfrentava agora a dificuldade de lhes reconquistar a confiança.

A primeira fase era psicológica: convencer a todos que o Brasil confirmava tudo o que dizia e tinha forças para continuar no páreo. A história do Brasil após 1945 estava repleta de programas de estabilização abandonados. Em todos os casos o governo achava os custos políticos altos demais e arquivava o programa. Castelo Branco tinha que provar que agora seria diferente. Uma de suas primeiras medidas foi repudiar o nacionalismo radical ("nacionalismo romântico", como dizia Roberto Campos) que recebera crescente apoio no Brasil a partir da metade dos anos 50.⁵⁹ Em julho de 1964 o governo agiu no sentido de revogar a lei de remessa de lucros de 1962, que fixara um teto para as remessas (10 por cento por ano do investimento original, exclusivamente os lucros reinvestidos).⁶⁰ Muitas firmas e governos estrangeiros, especialmente os Estados Unidos, haviam protestado, considerando a lei injusta. Como no caso da lei salarial, o governo garantiu apoio parlamentar, já que anteriormente expurgara os principais legisladores que professavam o nacionalismo radical. Revogando a lei de 1962 (e através de outras medidas explicadas adiante), os ministros econômicos esperavam rápido aumento dos investimentos estrangeiros privados que trariam consigo tecnologia, assim como a melhoria da balança de pagamentos. Por outro lado, tais investimentos poderiam ajudar a dar vida nova aos empresários brasileiros sacrificados pelo aperto deflacionário.⁶¹ Castelo Branco achou também que uma aproximação com os investidores estrangeiros ajudaria a convencer o governo dos Estados Unidos e as agências internacionais - FMI, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento - que o Brasil estava novamente comprometido com a economia do "mundo livre".

Embora o governo expusesse com extrema sinceridade a nova postura brasileira, as dúvidas persistiam no exterior. Quase três meses depois da Revolução, o Brasil não havia recebido a garantia de nenhum compromisso por parte de qualquer credor externo, público ou privado, apesar de ter elaborado seu plano de estabilização sobretudo para agradar o FMI, o juiz mais rigoroso.⁶² A questão foi finalmente superada no final de junho quando os Estados Unidos anunciaram um "programa de empréstimo" de US\$50 milhões dando ao governo brasileiro grande

flexibilidade em seu uso.

Quanto à dívida externa, o Brasil precisava desesperadamente renegociar o programa de amortizações. Desde o final da década de 50, o país fizera uso cada vez maior de créditos estrangeiros de curto prazo para financiar déficits comerciais. O governo Goulart abriu as negociações da dívida em 1963 mas não chegara a nenhum resultado. Seus assessores haviam estimado que para 1964 o serviço da dívida consumiria 40 por cento da receita das exportações, número altamente preocupante pelos padrões históricos. A curto prazo o país não tinha escolha a não ser pedir uma renegociação. Enquanto isso, os fornecedores recusavam-se a conceder mais recursos.

Os credores brasileiros ficaram na expectativa de um governo mais cooperativo em Brasília e receberam com satisfação (em geral extraoficialmente) a deposição de Goulart e a nomeação de uma equipe econômica com pontos de vista ortodoxos. Querendo capitalizar esta receptividade, Castelo Branco providenciou rapidamente o escalonamento da dívida. Em julho de 1964 os representantes brasileiros concordaram com um novo plano de pagamentos envolvendo todos os principais credores, inclusive os Estados Unidos, o Japão e a Europa Ocidental. Por exemplo, 70 por cento dos pagamentos de créditos comerciais a médio prazo com vencimentos em 1964 e 1965 foram refinanciados com o Tesouro norte-americano, o FMI, o Eximbank e um consórcio de credores europeus. Isto reduziu os encargos da balança de pagamentos em 1964-65 em US\$153 milhões e melhorou consideravelmente a capacidade importadora do Brasil, sempre crucial em uma recuperação econômica.

A próxima renegociação aconteceu no início de 1965, e o Brasil concentrou-se na questão dos atrasados comerciais, devido sobretudo às importações de petróleo, que em janeiro de 1965 totalizavam US\$109 milhões. Em fevereiro de 1965 o Brasil fez acordo com os bancos comerciais e os fornecedores dos Estados Unidos e da Europa para regularizar seus pagamentos em níveis realistas para o país. Campos e Bulhões ficaram satisfeitos mas longe de eufóricos, pois esperavam enfrentar negociações adicionais de reescalonamento em 1966, quando o Brasil teria que apresentar provas de uma verdadeira mudança em sua economia doméstica.⁶³

Embora a renegociação da dívida fosse mais urgente, atrair novos capitais do estrangeiro era também vital. O êxito aqui, entretanto, foi muito mais difícil. Os US\$50 milhões do empréstimo inicial dos Estados Unidos não induziram fluxos de capital para cá, e as agências internacionais permaneceram cautelosas até meados de 1964. Somente no início de outubro surgiram sinais encorajadores. O Banco Mundial avaliara favoravelmente as novas políticas e anunciou a intenção de reiniciar seus empréstimos (após um hiato de 14 anos). Mas outras agências multilaterais não seguiram o seu exemplo, e em fins de 1964 o Banco Mundial ainda não havia formalizado qualquer empréstimo. Em meados de novembro Castelo Branco estava tão frustrado que considerou seriamente suspender as negociações então em curso com uma equipe visitante do FMI.⁶⁴

Nesses meses de dificuldades o mais fiel aliado do novo regime continuou a ser o governo dos Estados Unidos. Em princípio de novembro de 1964 o embaixador Lincoln Gordon anunciou que, nos sete meses a partir de abril, o governo americano havia comprometido US\$222 milhões para o Brasil. Em meados de dezembro, o diretor da USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional) David Bell, depois de visitar os projetos financiados pelo seu governo no Brasil, anunciou uma ajuda adicional de US\$650 milhões. Tio Sam aumentava suas apostas na revolução que aplaudira com tanto entusiasmo.

Em fevereiro de 1965 os compromissos finalmente começaram a multiplicar-se. O Banco Mundial anunciou uma série de novos empréstimos. O FMI anunciou um acordo standby de US\$ 126 milhões e uma "linha de crédito" sobre a qual o Brasil podia sacar a qualquer tempo. Era uma medida importante, pois representava a mais alta classificação de crédito que o FMI oferecia. Significava também que o Fundo estava apoiando (apesar do ceticismo de alguns dos seus funcionários) o PAEG (e outras políticas) como suficientemente ortodoxo pelos padrões da instituição.

A credibilidade do governo Castelo Branco era maior do que a de qualquer outro governo dos últimos 15 anos? O Banco Mundial evidentemente pensava assim, pois seus empréstimos de 1965 foram os primeiros ao Brasil desde 1950. Ou teria o Banco moderado seus padrões? Talvez um pouco de ambos. Roberto Campos era altamente respeitado nos

círculos financeiros dos Estados Unidos e da Europa e muito eficiente na defesa das pretensões brasileiras. Era certo também que o plano relativamente ortodoxo de Campos e Bulhões, se levado a efeito, melhoraria substancialmente o balanço de pagamentos do Brasil, e era isto, afinal, a principal preocupação do FMI.

O programa econômico brasileiro exigia uma política de desvalorização bastante agressiva para manter o cruzeiro com um valor realista. Em 1964 foram feitas cinco sucessivas desvalorizações, reduzindo o valor do cruzeiro em 204 por cento contra o dólar norte-americano. Duas dessas desvalorizações foram feitas antes da queda de Goulart, sendo que as três seguintes representaram 57 por cento do total. No começo de 1965 o novo governo já havia desvalorizado até o ponto que o FMI desejava antes de conceder o standby. A taxa cambial que prevalecia no fim de 1964 - 1.825 cruzeiros por dólar - foi mantida até novembro de 1965, quando o cruzeiro sofreu nova desvalorização de 21 por cento.⁶⁵

Ao conceder o status de standby, o FMI finalmente estava acendendo a luz verde para credores e investidores que estivessem pensando em aplicar no Brasil. Nova demonstração de confiança era dada logo a seguir pelos Estados Unidos. Em agosto de 1965 uma missão chefiada pelo senador William Fulbright, chairman do Comité de Relações Exteriores do Senado, e constituída por três outros senadores, pelo presidente do Eximbank e o secretário de Estado adjunto Thomas Mann, visitou o Brasil. Fulbright anunciou no Rio que sua missão oficial era uma "evidência da aprovação" nos Estados Unidos dos eventos ocorridos a partir de abril de 1964.⁶⁶

O entusiasmo das agências internacionais e do governo dos Estados Unidos não bastava, contudo, para satisfazer aos investidores privados. Nem tampouco garantias legais, como o acordo BrasilEstados Unidos, de fevereiro de 1965, protegendo os investidores americanos contra expropriações. Que, então, estava faltando? O investidor estava examinando a perspectiva de crescimento econômico, o único capaz de gerar lucros. Ora, em meados de 1965 não havia qualquer certeza de que o programa do governo produziria logo o crescimento, por isso os investidores privados permaneceram cautelosos. Em 1964 os novos investimentos líquidos do setor privado estrangeiro caíram para US\$28

milhões em comparação com os US\$30 milhões em 1963. E o total para 1965 chegava somente a US\$70 milhões. Os investimentos estrangeiros líquidos só foram reiniciados em nível significativo após 1967 e assim mesmo quase sempre a curto prazo.

Considerando-se um pouco o fluxo de capital líquido para o Brasil, verifica-se que o relutante investidor privado não era o único problema. Igualmente penosas eram as transações com o Eximbank e as agências multilaterais. Estas instituições contribuíram com um ingresso de capital líquido de apenas US\$82 milhões em 1964, mas retiraram do país em 1965 capital líquido no valor de US\$6 milhões.

Dois fatores explicavam esta tendência. Primeiro, para obter empréstimos de organismos como o Banco Mundial e o BIRD (Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento), o Brasil tinha que preparar solicitações de empréstimos para projetos (rodovias, escolas, usinas hidrelétricas etc.), que em seguida deviam ser processadas. Mesmo os novos empréstimos do Banco Mundial, por exemplo, totalizaram menos do que o pagamento pelo Brasil de empréstimos anteriores. De 1964 a 1967, o Banco Mundial levou mais dinheiro para fora do Brasil (em amortizações de empréstimos) do que enviou para cá. Segundo, o Eximbank, que fizera grandes empréstimos ao Brasil, queria agora reduzir a parcela de sua responsabilidade (20 por cento) no saldo da dívida externa desse país. Durante seis anos a partir de 1964 as amortizações brasileiras ao Eximbank ultrapassaram em US\$200 milhões os novos créditos. Assim, no governo Castelo Branco (1964-67) tanto o Banco Mundial como o Eximbank tiraram mais dinheiro do Brasil do que lhe deram.

Felizmente, outros credores salvaram a situação. Um deles foi o BIRD, que contribuiu com US\$172 milhões de capital líquido entre 1964 e 1967. Mas o grande salvador mesmo foi o governo dos Estados Unidos, especialmente a USAID, o principal instrumento daquele governo para a execução da Aliança para o Progresso. Em 1965 a USAID aplicou no Brasil US\$147 milhões, e de 1964 a 1967 o total foi de US\$488 milhões. O governo brasileiro recebeu com especial agrado essa ajuda por duas razões. Primeiro, a USAID tinha flexibilidade para desembolsar dinheiro rapidamente. Segundo, grande parte do dinheiro vinha sob a forma de program loans (empréstimos-programa). Como se disse antes, esses

empréstimos não eram destinados a projetos específicos, ao contrário dos "empréstimos-projeto" da própria USAID, do Banco Mundial e do BIRD.

Um bem informado economista estimou que a USAID forneceu mais de 80 por cento do capital líquido a longo prazo que entrou no Brasil entre 1964 e 1967.⁶⁷

Não surpreende que tal forma de ajuda fosse concedida sob condições. Os empréstimos-programa da USAID, por exemplo, exigiam que o governo brasileiro apresentasse àquele órgão relatórios trimestrais de performance macroeconômica, enquanto no caso dos empréstimos-projeto a USAID só recebia relatórios a respeito dos próprios projetos. À medida que os relatórios trimestrais eram fornecidos, a Embaixada dos Estados Unidos examinava detidamente o desempenho de toda a economia do governo. Este processo acabou transformando os Estados Unidos em uma espécie de FMI unilateral, supervisionando todos os aspectos da política econômica brasileira.

Indiferente às obrigações legais para com o contribuinte americano, o efeito político era dramatizar a proximidade do governo Castelo Branco com o dos Estados Unidos. Houve uma rápida proliferação de contratos com a USAID nos campos da educação agrícola, da reforma agrária, produção pesqueira, erradicação da malária, produção de livros didáticos, treinamento de líderes trabalhistas e expansão de mercados de capital.⁶⁸ Essas atividades concorreram para promover a imagem dos Estados Unidos como o poder onipresente, pronto para fornecer dinheiro, tecnologia e assessores para todas as necessidades do desenvolvimento brasileiro. Quando chegou ao Brasil em 1966, o novo embaixador americano não conteve uma sensação de desalento ao verificar que, "em quase todos os gabinetes brasileiros envolvidos em decisões impopulares sobre impostos, salários ou preços, havia também a indefectível presença de um assessor americano".⁶⁹

A UDN: UMA BASE POLÍTICA VIÁVEL?

Desde o início do seu governo os revolucionários não se entenderam sobre a profundidade da reforma por que deveria passar a estrutura política brasileira. Os três ministros militares resolveram inicialmente a questão editando o (primeiro) Ato Institucional em 9 abril de 1964. Limitaram-se ali a um cronograma relativamente curto. Tudo de que necessitavam eram os expurgos políticos de abril-junho de 1964. A partir daí a nação presumivelmente voltaria ao regime constitucional. Mas Castelo Branco descobriu que sua tarefa era muito mais difícil do que se pensava, pois não se limitava simplesmente a remover "subversivos" da vida pública. Exigia também, como ele disse em abril de 1964, "condições que, certamente, não alcançaremos sem levar a cabo algumas reformas destinadas a abrir novos caminhos e novos horizontes, para a ascensão de cada qual na medida da sua capacidade".⁷⁰ Que reformas? Na posse da terra? Na educação? Nas relações trabalhistas? Na habitação? Os revolucionários não conseguiram chegar a um consenso quando se tratou de formular e implementar reformas importantes nessa área. Em suas primeiras semanas no poder o governo revolucionário deu-se conta de que os 18 meses que faltavam para o término do mandato de Goulart eram um prazo curto demais para que alcançasse suas metas. A equipe econômica sabia em meados de 1964 que não tinha condições para debelar a inflação até 20 de janeiro de 1966, quando um novo presidente deveria assumir o poder. Além disso, as medidas de estabilização certamente irritariam grande parte da população. Ora, se as eleições presidenciais fossem realizadas em novembro de 1965, como previsto, os revolucionários poderiam perder. Precisavam portanto de mais tempo.

Castelo Branco recusava-se até a discutir a prorrogação do seu mandato.⁷¹ Comprometido com os princípios do governo legal, constitucional e democrático, ele afirmava que a prorrogação do seu mandato seria a essência da ilegalidade. Como certa vez confidenciou, "não tenho vocação para ditador". Aliás, em 1963, ele relutara em participar da conspiração contra o presidente legal. Ironicamente, foi sua crença na legalidade e sua convicção de que João Goulart estava atentando contra ela que transformou Castelo em conspirador. Em seu discurso de posse ele declarava: "Nossa vocação é a da liberdade democrática - governo da maioria com a colaboração e o respeito das minorias".⁷² Por

mais que nutrisse ambições (nenhum oficial chegaria a general sem as ter), ele não demonstrava cobiçar o poder a longo prazo.

Em julho de 1964 finalmente se rendeu. Aceitou uma emenda constitucional (facilmente aprovada pelo Congresso) prorrogando seu mandato por 14 meses (até março de 1967) e adiando a próxima eleição presidencial para novembro de 1966. Os revolucionários defendiam a prorrogação como necessária para terem tempo de afastar os subversivos e os corruptos e implementar as reformas. Só depois disto estaria o país preparado para retornar a um governo constitucional.

Embora o presidente se esforçasse por evitar a impressão de sectarismo político, ninguém duvidava de que quando ele falava em "normalidade" política tinha em mente o poder nas mãos da UDN. Não somente Castelo professava a filosofia política udenista, mas também era pessoalmente ligado a líderes do partido como Juracy Magalhães, Milton Campos e Bilac Pinto. Aliás, a campanha arquiconservadora de Bilac Pinto em 1963-64 contra Goulart ajudou a convencer Castelo de que somente uma conspiração contra o chefe do governo poderia salvar a democracia brasileira. Castelo, portanto, achou apenas natural que a UDN desempenhasse papel central na "restauração" da democracia.

A primeira medida que ele tomou nesse sentido foi acrescentar um dispositivo na emenda constitucional de julho de 1964 que adia a eleição presidencial, exigindo, para o futuro, maioria absoluta do voto popular para eleger o presidente. Era esta uma modificação pela qual a UDN há muito pugnava.⁷³ Em 1951, por exemplo, o partido tentou impedir a posse de Getúlio Vargas (em vão) argumentando que sua vitória por maioria simples não atendia o requisito, implícito na Constituição, de maioria absoluta. O mesmo argumento foi usado pelo partido em 1955 quando Juscelino também ganhou por maioria simples. Agora, instalados no poder por um golpe militar, os políticos da UDN tinham a sua vez. Como lhes disse Castelo: "Não podemos deixar de inscrever na Carta Magna esse salutar princípio do nosso partido".⁷⁴ E assim foi feito.

O próximo passo do presidente foi tratar de consolidar a UDN unificando-a. A missão era penosa, em grande parte porque a opinião mais acatada do partido era a do inconstante Carlos Lacerda que não se distinguia pelo espírito de equipe. Lacerda aspirava à presidência, e

combatera com extrema veemência a extensão do mandato de Castelo.⁷⁵ É que ele receava que os generais logo fechassem a porta à sua única esperança de chegar à suprema magistratura: eleições diretas.

Castelo Branco e seus auxiliares sabiam do perigo que o então governador da Guanabara representava quando fazia oposição, pois era conhecida a sua reputação de destruidor de presidentes. Em 1954 ele mobilizara a opinião pública (e, mais importante, a opinião militar) contra Getúlio Vargas, que se suicidou em vez de renunciar. Em 1961 foi ele quem ajudou a incitar Jânio Quadros à renúncia, e em 1964 foi ainda ele, com a estridência de sua oratória, quem liderou a oposição civil contra João Goulart. Castelo Branco tentou com muita dificuldade manter-se em bons termos com o seu renegado governador. Em julho de 1964 ofereceu-lhe um posto no Ministério, convidando-o para ajudar na luta contra a inflação. Mas Lacerda não somente recusou; desfechou impiedoso ataque contra todo o programa antiinflacionário do governo. O presidente, preocupado com sua reduzida base política civil, preferiu manter uma atitude discreta.

No horizonte presidencial de Lacerda pairava agora nova ameaça: o Planalto queria adiar a convenção udenista marcada para novembro de 1964, a fim de escolher o candidato do partido à presidência da República. A manobra fracassou e Lacerda saiu candidato com 309 votos de um total de 318, realmente uma vitória esmagadora. O partido, em cujo apoio Castelo baseara sua estratégia política, escolhera um imoderado adversário de seu governo, o qual, para complicar ainda mais as coisas, estava aliciando o apoio de militares da linha dura, como sempre o fizera ao longo de sua carreira política. Isto o tornava duplamente perigoso.

Apesar deste revés, o presidente continuou sua tentativa de fortalecer a UDN. Em novembro de 1964, por exemplo, viu no episódio Mauro Borges mais um meio de ajudar o seu partido predileto. Membro do poderoso clã Ludovico, que há muito controlava a política de Goiás, Mauro Borges governava o estado em nome do PSD. Mas fizera muitos inimigos, tanto no plano local como no nacional, e, dentre eles, militares da linha dura. Esses adversários fizeram circular boatos ligando o nome de Borges a um movimento guerrilheiro contra o regime. Não podia haver notícia melhor para os líderes da UDN estadual, que esperavam alcançar o

poder através do expurgo dos Ludovico pelo governo federal. Como o Ato Institucional n.º 1 havia expirado, Castelo não dispunha mais do poder arbitrário usado em expurgos políticos anteriores. Em vez disso, ele procurou persuadir a assembléia estadual a requerer intervenção federal. Mas o Congresso federal tornou desnecessária a solicitação votando pela "intervenção" em Goiás. Mauro Borges foi afastado e um idoso marechal do Exército, escolhido a dedo pelo presidente, nomeado interventor. O expurgo de um governador meses após haver expirado a vigência do Ato Institucional indicava que a "fase negativa" da política revolucionária não havia terminado.⁷⁶

A inclinação de Castelo Branco pela UDN manifestou-se novamente quando o pessedista Ranieri Mazzilli, que há muito presidia a Câmara dos Deputados, tentou a reeleição em fevereiro de 1965. Muitos parlamentares supunham que a reeleição fosse coisa pacífica. Mas Castelo não pensava assim; seu candidato era Bilac Pinto, e depois de ativas negociações realizadas por intermediários do chefe do governo, Bilac Pinto foi eleito.⁷⁷ A ascensão da UDN, via intervenções arbitrárias, continuava velozmente.

DERROTA NAS URNAS E REAÇÃO DA LINHA DURA

Os estrategistas políticos de Castelo Branco sabiam que os expurgos políticos e o programa de estabilização econômica indisporiam com o governo muitos eleitores. A questão era que parcela da opinião pública pró-revolução podia ser retida até que o programa econômico começasse a dar resultados. O primeiro revés eleitoral do governo aconteceu com a eleição para prefeito de São Paulo em março de 1965. Foi um revés porque o vencedor, brigadeiro Faria Lima, havia sido apoiado por Jânio Quadros, já privado dos seus direitos políticos. Embora o governo Castelo Branco não tivesse interesse direto na eleição, o resultado desagradou os militares da linha dura, que estavam ficando nervosos com a eleição de onze governadores marcada para outubro de 1965 (os outros nove seriam sufragados em um ciclo eleitoral diferente). Para muitos militares, a solução era suspender as eleições diretas de modo a se evitar a derrota do

governo.

Dois estados eram de importância principal, Guanabara e Minas Gerais.⁷⁸ Os respectivos governadores (legalmente impedidos de se candidatarem à reeleição) eram preeminentes líderes da UDN - Carlos Lacerda na Guanabara e Magalhães Pinto em Minas Gerais. Ambos tinham sido destacados defensores da conspiração antiGoulart, mas se haviam transformado agora em violentos críticos do programa de estabilização. É óbvio que os candidatos da oposição também atacavam fortemente as políticas dos ministros Campos e Bulhões. A vitória de qualquer dos dois candidatos em ambos os estados, portanto, podia ser interpretada como um protesto contra o governo federal.

Na esperança de aumentar as possibilidades de vitória da UDN, Castelo Branco apertou o controle do seu governo sobre o sistema eleitoral.⁷⁹ Primeiro ele conseguiu que o Congresso aprovasse uma emenda constitucional, supostamente para reduzir a "corrupção eleitoral", a qual exigia que os candidatos comprovassem quatro anos de domicílio eleitoral nos estados por onde pretendessem concorrer. A segunda medida foi uma "lei de inelegibilidade", aprovada pelo Congresso sob forte pressão governamental em julho de 1965, que, entre outras coisas, vetava a candidatura de quem quer que houvesse servido como ministro do governo Goulart depois de janeiro de 1963. Esta medida, como a precedente, visava os políticos opositoristas que o Planalto achava que dificilmente poderiam ser derrotados nas eleições que se aproximavam.

Os candidatos da UDN ao governo nos dois estados-chave foram Roberto Resende em Minas Gerais e Flexa Ribeiro na Guanabara. Ambos eram vigorosamente apoiados pelos seus governadores, que procuraram distanciá-los das políticas impopulares de estabilização de Castelo Branco. Em agosto os partidos da oposição tanto na Guanabara como em Minas Gerais saíram em busca de candidatos antigoverno com possibilidade de serem eleitos. Pela manipulação das regras do jogo político, o governo havia praticamente imobilizado a oposição. Não era de surpreender, portanto, que muitos dos seus candidatos não lograssem a aceitação da linha dura militar. Na Guanabara o candidato favorito do PTB era Hélio de Almeida, engenheiro muito conhecido e respeitado, que foi logo desqualificado nos termos da lei de inelegibilidade, embora a principal

preocupação do governo a seu respeito fosse o seu peso eleitoral. A segunda opção do PTB foi o marechal Henrique Lott, ministro da Guerra "nacionalista" de Juscelino (1956-61) e mais tarde candidato presidencial derrotado em 1960. Os linhas duras odiavam Lott por sua suposta aceitação do apoio comunista em 1960, bem como por sua alegada confraternização com elementos "subversivos". A candidatura de Lott foi cancelada por motivo de domicílio eleitoral pelo Tribunal Eleitoral, deliberando sob intensa pressão governamental. Foi então que PTB e PSD conjuntamente escolheram Negrão de Lima, um rebento pessedista que exercera as funções de ministro das Relações Exteriores do governo Kubitschek.

Em Minas Gerais o PSD (o PTB era fraco ali) escolheu Sebastião Paes de Almeida, destacado membro do partido e último ministro da Fazenda de Juscelino. Os militares linhas duras o consideravam uma bete noire pela reputação que tinha de comprar votos. Acionado o Tribunal Eleitoral, este o considerou inelegível a pretexto de que exercera influência inadequada para vencer uma eleição anterior. O candidato que o substituiu foi Israel Pinheiro, também pessedista, e outro velho amigo e protegido de Juscelino. As indicações de Negrão de Lima e Israel Pinheiro foram aceitas, talvez porque o Planalto e os líderes udenistas achavam que poderiam derrotá-los. Essas eleições assumiram a forma de acirradas disputas entre UDN e PSD, com este último conquistando logo largas faixas da oposição.

Tanto o governo quanto a oposição viram no pleito para os dois importantes estados o primeiro grande teste eleitoral desde o golpe. O interesse pela campanha intensificou-se quando o expresidente Juscelino Kubitschek, após dramático retorno de seu exílio na Europa, apoiou ambos os candidatos do PSD.

As eleições foram uma amarga decepção para o Planalto. Negrão de Lima derrotara Flexa Ribeiro e Israel Pinheiro ultrapassara de muito Roberto Resende. Os candidatos udenistas perderam fragorosamente, e em ambos os casos para protegés de Juscelino.⁸⁰ Candidatos pró-governo (ou, pelo menos, não opositoristas) venceram nos outros nove estados. No entanto, as atenções estavam voltadas para os dois grandes, que o Planalto e a imprensa haviam descrito como o verdadeiro teste para o governo.

Oficiais do Primeiro Exército no Rio ficaram furiosos com os resultados das eleições e muito mais furiosos com Castelo Branco por haver prometido respeitar o veredicto das urnas. Circularam boatos de que os militares mais exaltados estavam em vias de depor Castelo Branco para instalar um "genuíno" governo revolucionário. Até os oficiais mais moderados se achavam profundamente contrariados. Ao que se propalava, dois grupos de oficiais conspiravam: um, constituído por membros da entourage de Lacerda, queria o golpe para instalar o seu chefe no poder. Mais ameaçador era o segundo grupo, liderado pelo general Albuquerque Lima. Os seus membros mais radicais queriam ir até o estádio do Maracanã, onde se fazia a contagem dos votos, para queimar as cédulas, marchando em seguida para o Palácio Laranjeiras, residência presidencial no Rio. Todas essas tramas tinham um elemento comum: repúdio dos resultados eleitorais e instalação de uma ditadura ostensiva.⁸¹

Castelo Branco de repente se viu confrontado com a crise mais grave de seu curto governo. Como poderia manter o seu compromisso com a democracia e ao mesmo tempo afastar os linhas duras que ameaçavam depô-lo? As medidas políticas radicais não conseguiram impedir a volta de políticos do PSD do tipo que tornaram a Revolução necessária.

Este desafio político acontecia dentro do contexto de um programa de estabilização que estava alienando o apoio dos eleitores. Os tecnocratas, liderados por Roberto Campos, temiam que seu programa agora corresse risco por se haver transformado num entrave político para os candidatos da UDN. Seria possível que as políticas necessárias para o desenvolvimento econômico a longo prazo do Brasil devessem ser vítimas de futuras eleições?⁸²

A preocupação tinha razão de ser. Em meados de 1965 a estratégia antiinflação do governo estava começando a dar resultado. Registrava-se forte queda na taxa de crescimento da base monetária e no nível das despesas públicas, que haviam caído de 12,1 por cento do PIB em 1963 para 10,5 por cento em 1965.⁸³ Mas as medidas ortodoxas haviam gerado recessão no coração industrial de São Paulo em fins de 1964, embora o crescimento do PIB tivesse subido 2,9 por cento durante todo o ano. Em 1965 a produção industrial caiu 5 por cento, sinal ameaçador para uma sociedade atormentada por tanto subemprego e desemprego.⁸⁴ Apesar do

declínio da indústria, o PIB subira 2,7 por cento em 1965. Mas os responsáveis pela formação da opinião pública viviam no Triângulo do Sudeste (formado por Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo), e graças ao combate que desfecharam contra a depressão industrial nesta região, suplantaram a crítica oposicionista à política económica. Ficou também demonstrado que em vista do aumento demográfico de 2,8 por cento, o crescimento do PIB per capita foi efetivamente zero em 1964 e 1965. A oposição política causada pela queda da produção industrial comprovava, ironicamente, que o remédio dos tecnocratas estava funcionando.

Mas a rigorosa política monetária seria em breve prejudicada por dois fatores que nada tinham que ver com a opinião pública. O primeiro foi o café, tradicionalmente o principal produto de exportação, cuja safra de 1964-65 era uma das maiores da história da agricultura brasileira. O governo, seguindo a política habitual, garantiu preço mínimo para todo o café oferecido a venda. Colhida a safra, o governo se viu às voltas com a compra de um enorme excedente. Para fazê-lo, teve que emitir dinheiro, medida que aumentou muito o déficit público em consequência da pressão inflacionária.⁸⁵

O segundo fator inesperado foi o superávit em conta corrente na balança de pagamentos. As políticas constritivas fiscal e monetária haviam causado a desaceleração da economia doméstica, reduzindo, por sua vez, a demanda de importações. Como a receita das exportações permaneceu relativamente constante, assim como a conta de capital, a balança de pagamentos acusou um imediato superávit, surpresa para a qual o governo não estava preparado. Incertas de que o superávit comercial - tão raro para o Brasil pós-1945 - persistiria, as autoridades económicas não tomaram medidas para neutralizar ("esterilizar", no jargão econômico) o ingresso resultante de moeda estrangeira. Esta foi imediatamente convertida em cruzeiros, alargando assim a base monetária e criando mais pressão inflacionária.

A luta contra a inflação não foi sacrificada apenas pelas reações à gigantesca safra de café nem pelo inesperado superávit comercial. O governo agravou o problema anunciando, no início de 1965, uma redução de impostos sobre bens de consumo duráveis. O propósito expresso da medida era estimular a demanda e assim elevar a produção industrial. Sem

dúvida, destinava-se também a fortalecer os candidatos pró-governo às eleições para governadores de outubro de 1965. De qualquer modo, os dois fatos elevaram para 75 por cento a expansão da base monetária em 1965, mais do dobro da meta de 30 por cento estabelecida no PAEG.⁸⁶

Na esteira do resultado das eleições de novembro, os militares da linha dura apresentaram um ultimato ao presidente. Só poderia continuar como chefe do governo se vetasse a posse dos dois governadores pessedistas eleitos. Houve até pressão para que os vencedores fossem investigados por tribunais militares. Mas Castelo Branco acreditava firmemente que a legitimidade da Revolução dependia do acatamento dos resultados de eleições legais.⁸⁷ Após demorada negociação, chegava-se a um compromisso: Negrão de Lima e Israel Pinheiro poderiam tomar posse no Rio e em Minas Gerais, mas somente se o governo assumisse poderes para evitar tais reveses políticos no futuro. Assim pressionado, Castelo primeiro tentou convencer o Congresso a aprovar lei concedendo ao governo aqueles poderes. Provavelmente ele tinha bastantes votos no Senado, mas não na Câmara. Tentou por isso influenciar os líderes do PSD, inclusive e especialmente Amaral Peixoto e Gustavo Capanema, para que apoiassem as medidas legais e políticas essenciais à volta do Brasil à normalidade constitucional. Mas a liderança pessedista, que se recusara a votar tais poderes após a deposição de Goulart, mais uma vez se opôs.

Tal como a recusa anterior do PSD levava ao primeiro Ato Institucional, assim também a de agora levou o governo a editar em 27 de outubro o segundo Ato Institucional. O documento dava ao governo poderes para abolir os partidos existentes e transformar em indiretas as futuras eleições para presidente, vice presidente e governador.⁸⁸ O novo Ato era um compromisso entre as exigências dos linhas duras e dos moderados. Era também o reconhecimento pelo governo de que a busca de base política o forçava a manipular os atores políticos mais plenamente do que os moderados haviam previsto. A implicação era perturbadora. Por quanto tempo ficaria o eleitorado privado do direito de escolher os governadores de sua preferência e o presidente da República? E quem seria beneficiado com a manipulação? Quereria este golpe mostrar-se "revolucionário" devorando muitos dos seus próprios filhos?

1. Estas frases são do manifesto expedido em 30 de março pelo chefe do Estado-Maior do Exército, Castelo Branco, que deu início à rebelião militar contra o governo Goulart; Luís Viana Filho, *O governo Castelo Branco* (Rio de Janeiro, José Olímpio, 1975), p. 3.
2. Estes fatos são descritos em Auro Moura Andrade, *Um congresso contra o arbítrio: diários e memórias, 1961-1967* (Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985), pp. 240-47.
3. Esta dimensão do papel dos militares brasileiros na política é analisada em Stepan, *The Military in Politics*. Para um comentário historiográfico sobre os militares, ver Edmundo Campos Coelho, "A instituição militar no Brasil", *BIB*, N.º 19 (1.º semestre, 1985), pp. 5-19. O acesso a fontes relacionadas com a linha dura é difícil. Um dos melhores exemplos do seu anticomunismo é fornecido por Pedro Brasil (pseudônimo), *Livro branco sobre a guerra revolucionária no Brasil* (Porto Alegre, O Globo, 1964), panfleto escrito no formato de documento de estadomaior e publicado pouco antes do golpe de 1964. Transcrições dos inúmeros julgamentos ante tribunais militares após 1964 seriam uma fonte excelente, embora, ao que eu saiba, não estejam ao acesso do público. Exemplos dos critérios observados nesses julgamentos são encontrados em *Inquérito Policial Militar 709, O comunismo no Brasil*, 4 vols. (Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1966-67). Uma das mais estimulantes análises sobre o novo papel dos militares é a de Guillermo A. O'Donnell, *Modernization and Bureaucratic-Authoritarianism: Studies in South American Politics* (Berkeley, Institute of International Studies, 1973), que compara o Brasil com a Argentina sob o golpe de 1966. Para um comentário abrangente sobre as idéias de O'Donnell à luz do desenvolvimento latino-americano, ver David Collier, ed., *The New Authoritarianism in Latin America* (Princeton, Princeton University Press, 1979).
4. O texto do Ato é reproduzido em Alberto Dines, et al., *Os idos de março e a queda em abril* (Rio de Janeiro, José Álvaro, 1964), pp. 401-3, e suas cláusulas são analisadas em Ronald M. Schneider, *The Political System of Brazil: Emergence of a "Modernizing" Authoritarian Regime, 1964-1970* (New York, Columbia University Press, 1971), p. 127. Sobre a tentativa de adequar "atos institucionais" ao sistema legal brasileiro, ver Jessé Torres Pereira Júnior, "Os atos institucionais em face do direito administrativo", *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, N.º 47 (julho de 1978), pp. 77-114.
5. O melhor retrato do governo Castelo Branco visto "de dentro" é o de Viana Filho, *O governo Castelo Branco*. O autor foi íntimo colaborador do presidente na qualidade de chefe de sua Casa Civil. Valioso depoimento sobre os eventos deste período é apresentado por Carlos Castello Branco (parente muito distante), em *Os militares no poder* (Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1976), uma coleção de comentários publicados em sua apreciada coluna diária no *Jornal do Brasil*. Sobre as ásperas apreciações de um general que fora o líder da revolta anti-Goulart em Minas Gerais mas que logo depois se desentendeu com Castelo Branco e Costa e Silva, ver Olímpio Mourão Filho, *Memórias: a verdade de um revolucionário* (Porto Alegre, L & PM, 1978). Entre os primeiros livros que abordaram em geral a história brasileira a partir de 1964, os mais úteis são Schneider, *The Political System of Brazil*, que dá ênfase à narrativa política e é rico em pormenores sobre o alinhamento político dos militares, e Georges-André Fiechter, *Lê Regime modernisateur du Brésil, 1964-1972* (Geneva, Institut Universitaire de Hautes Études Internationales, 1972), traduzido para o inglês e o português. O trabalho de Fiechter contém grau maior de análise sócioeconômica.

A semelhança de títulos revela interessante convergência do pensamento estrangeiro sobre o Brasil. Carlos Chagas, *A guerra das estrelas, 1964-1984: os bastidores das sucessões presidenciais* (Porto Alegre, L & PM, 1985) é um misto de memórias e narrativas sobre a política presidencial de Castelo Branco a Figueiredo. Um quadro simpático da presidência Castelo Branco por um historiador americano é o que apresenta John W. F. Dulles, *President Castello Branco: Brazilian Reformer* (College Station, Texas A&M Press, 1980). Uma das tentativas mais originais de um cientista social brasileiro de investir contra o novo governo foi a de Cândido Mendes, "Sistema político e modelos de poder no Brasil", *Dados*, N.º 1 (1966), pp. 7-41. Não menos útil é a cronologia em Luísa Maria Gaspar Gomes, "Cronologia do governo Castelo Branco", *Dados*, N.os 2-3 (1967), pp. 112-32. Cuidadosa análise política da presidência Castelo Branco é encontrada em James Rowe, "The Revolution and the 'System': Notes on Brazilian Politics", *American Universities Field Staff Reports, East Coast South American Series*, XII, N.08 3-5 (1966); e seu "Brazil Stops the Clock Part I: Democratic Formalism Before 1964 and in Elections of 1966", *ibid.*, XIII, N.º 1 (1967); e "Brazil Stops the Clock - Part II: The New Constitution and the New Model", *ibid.*, XIII, N.º 2 (1967). Para um proveitoso depoimento sobre o período de 1964-67, ver José Wamberto, *Castelo Branco, revolução e democracia* (Rio de Janeiro, 1970). O autor foi secretário de imprensa de Castelo Branco. Muito útil também é o trabalho de Peter Flynn, *Brazil: A Political Analysis* (Boulder, Westview Press, 1978), cujo capítulo 9 cobre os anos de 1964-67. O presente capítulo amplia minha análise anterior do período 1964-65 em Skidmore, *Politics in Brazil, 1930-1964* (New York, 1967), pp. 303-21; e Skidmore, "Politics and Economic Policy Making in Authoritarian Brazil, 1937-71", em Alfred Stepan, ed., *Authoritarian Brazil* (New Haven, Yale University Press, 1973), pp. 3-46.

6. A carreira de Castelo Branco antes de tornar-se presidente é o assunto do livro de John W. F. Dulles, *Castello Branco: The Making of a Brazilian President*.

7. Devemos nossa compreensão desses alinhamentos entre os militares a Stepan, *The Military in Politics*, pp. 229-48.

8. Dulles, *President Castello Branco*, p. 19.

9. Neste e em capítulos subseqüentes falo dos membros dos gabinetes presidenciais não por causa da importância política de todos os ministros e de sua influência nas decisões de governo, mas porque só o fato de terem sido escolhidos pode fornecer boas pistas sobre as reais intenções do governo no campo das decisões políticas e administrativas. O leitor deve notar também que nem todas as mudanças de ministros serão mencionadas.

10. O pensamento de Bulhões está expresso em Octavio Gouveia de Bulhões, *Dois conceitos de lucro* (Rio de Janeiro, APEC Editora, 1969).

11. Campos não se esquivava de responder aos seus críticos. Os seus discursos enquanto ministro do Planejamento estão incluídos em Roberto de Oliveira Campos, *Política econômica e mitos políticos* (Rio de Janeiro, 1965). Artigos publicados depois de deixar o governo, geralmente comentando suas políticas e as dos seus sucessores, foram reunidos em *Do outro lado da cerca* (Rio de Janeiro, 1967); *Ensaio contra a maré* (Rio de Janeiro, 1969); com Mário Henrique Simonsen, *A nova economia brasileira* (Rio de Janeiro, 1974); com

Mário Henrique Simonsen, *Formas criativas no desenvolvimento brasileiro* (Rio de Janeiro, 1975); *O mundo que vejo e não desejo* (Rio de Janeiro, 1976), e outros volumes.

12. A longa carreira de Cordeiro de Farias foi explorada sob a forma de história oral: Aspásia Camargo e Walder de Góes, *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias* (Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981).

13. Só um capítulo de Dreifuss, 1964: a conquista do estado, é dedicado à influência do IPES/IBAD no governo Castelo Branco.

14. O melhor e mais conciso trabalho sobre esta repressão é o de Maria Helena Moreira Alves, *State and Opposition in Military Brazil* (Austin, University of Texas Press, 1985), pp. 34-38. Este livro analisa sistematicamente o "estado de segurança natural" criado em lei e na prática após 1964. É indispensável para qualquer estudo sobre esse período. O inventário mais completo de denúncias de tortura em 1964-65 encontra-se em Márcio Moreira Alves, *Torturas e torturados* (Rio de Janeiro, Idade Nova, 1966), e em Alves, *A Grain of Mustard Seed: The Awakening of the Brazilian Revolution* (Garden City, New York Anchor Books, 1973), pp. 78-87. Para um relato dos desdobramentos do golpe em Recife, ver Paulo Cavalcanti, *O caso eu conto, como o caso foi* (São Paulo, Alfa-Ômega, 1978), pp. 337-72. Cavalcanti era antigo ativista da esquerda e estudioso da história literária. O trabalho de Alves dá mais ênfase ao Nordeste. Aguardamos uma análise abrangente da repressão que se abateu sobre o Brasil imediatamente após o golpe. Para um conhecimento altamente útil das atividades da esquerda nos anos 60, inclusive dos movimentos armados após 1964, ver Daniel Aarão Reis Filho e Jair Ferreira de Sá, *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971* (Rio de Janeiro, Marco Zero, 1985). Um estudioso muito lido da Revolução de 1964 e dos seus desdobramentos nota que "a repressão foi menos violenta do que era temida em vista das condições predominantes na época. Foi bastante violenta parcialmente para satisfazer aos oficiais da linha dura e deve ter chamado a atenção dos brasileiros para pelo menos alguns deles através do país". Georges-André Fiechter, *Brazil Since 1964: Modernization Under a Military Regime* (New York, John Wiley & Sons, 1975), p. 44. Fiechter deixa por conta do leitor a conjectura sobre o significado das expressões "do que era temida" e "deve ter chamado a atenção dos". Vários autores que escreveram extensamente sobre 1964 não fazem menção das prisões em massa e dos mastratos aos detidos nas semanas que se seguiram ao golpe. É o caso de Peter Flynn, *Brazil: A Political Analysis*, e John W. F. Dulles, *President Castello Branco*.

15. As contínuas reportagens sobre torturas publicadas pelo *Correio da Manhã* e o *Ultima Hora* preocuparam o governo Castelo Branco, mas não o bastante para determinar providências imediatas. A situação mudou em meados de setembro quando se soube da morte de um sargento do Exército, Manoel Alves de Oliveira, no início de maio em um hospital militar do Rio de Janeiro. Ao que se dizia, sua morte fora causada por torturas que sofrera quando preso em sua própria unidade. Numerosos oficiais que haviam permanecido indiferentes aos abusos contra presos civis preocuparam-se agora com que a tortura houvesse infectado sua instituição, o que representaria perigosa quebra da disciplina militar. O presidente Castelo Branco imediatamente ordenou ao general Ernesto Geisel, chefe de sua Casa Militar e um dos seus mais fiéis colaboradores, que investigasse as acusações pessoalmente em Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Fernando de Noronha (uma

ilha ao largo da costa do Nordeste, onde havia muitos presos políticos). Em seu relatório Geisel concluiu que as acusações eram infundadas, exceto em Recife. Como Geisel começou sua investigação em meados de setembro, só chegou a Recife meses depois do auge da repressão. Além disso, o leitor poderia justificadamente duvidar que tal investigação, confiada a um subordinado militar, apresentasse resultados capazes de embaraçar autoridades superiores. Luís Viana Filho defende vigorosamente o relatório (nunca divulgado) de Geisel, notando que não foram confirmados casos de tortura, salvo em Recife, que Luís Viana chamou de "lamentáveis incidentes em um período desorganizado, que logo foi devolvido à legalidade". Luís Viana Filho, *O governo Castelo Branco*, pp. 139-41. O presidente usou linguagem semelhante em sua entrevista coletiva de 30 de outubro, dizendo que muitas informações eram exageradas ou enganosas e que os poucos casos confirmados "quase todos datavam dos primeiros dias da Revolução". Humberto de Alencar Castelo Branco, *Entrevistas: 1964-1965* (Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1966), p. 31. Uma comissão civil, nomeada pelo comandante do Quarto Exército para investigar acusações de maus-tratos a presos políticos em Recife, informou no início de outubro a confirmação de quatro casos de violências físicas sofridas por presos. O relatório foi publicado em Moreira Alves, *Torturas*, pp. 65-80. Nenhum dos militares e policiais envolvidos foi jamais julgado ou punido.

16. Em seus primeiros meses o governo Castelo Branco prometeu publicar um "livro branco" documentando a corrupção e a subversão contra as quais se fizera a Revolução. Castelo referiu-se ao assunto em uma entrevista concedida no dia 14 de maio de 1964. Castelo Branco, *Entrevistas: 1964-1965*, p. 23. À medida que os meses passavam, o governo encontrava dificuldades cada vez maiores para compilar o documento porque os pecados de corrupção e (em menor grau) cooperação com a subversão não eram desconhecidos entre alguns luminares da Revolução. Não tardou muito e o "livro branco" tornou-se letra morta.

17. Há muita confusão sobre o total de brasileiros atingidos por medidas punitivas dos governos militares. O total de 441 para o período de 60 dias do Ato Institucional é fornecido por Edmar Morei, *O golpe começou em Washington* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965), pp. 248-59. O próprio Morei foi um dos punidos. Em reportagem publicada a 1 de abril de 1965, o *Correio da Manhã* dá um total de 378. A análise mais detalhada é a de Marcus Faria Figueiredo, *Política de coerção no sistema político brasileiro* (Rio de Janeiro, Comissão de Justiça e Paz, 1978). Incluindo as aposentadorias forçadas e as demissões não realizadas explicitamente por imposição do Ato Institucional, Figueiredo encontra um total de 2.985 punidos em 1964. Outro pesquisador, louvando-se em dados não publicados da Aeronáutica, relaciona 1.408 demissões no serviço público civil em 1964 e 1.200 punições de militares. Maria Helena Moreira Alves, *Estado e oposição no Brasil, 1964-1984* (Petrópolis, Vozes, 1984), pp. 63-65. Dulles dá um total de 4.454 aposentadorias forçadas durante os seis meses de vigência do Art. 7 do Ato Institucional, isto é, até 9 de outubro de 1964, compreendendo 1.697 civis e 2.757 militares (President Castello Branco, 1979).

18. Os governos militares após 1964 nunca justificaram oficialmente as punições que aplicaram nos termos dos sucessivos atos institucionais. Todas as análises, inclusive a minha, são especulativas. O golpe na FNP é notado em Schneider, *The Political System of Brazil*, pp. 127-28. O assunto também é tratado de forma inequívoca em Gláucio Ary Dillon Soares, "La cancelación de los mandatos de parlamentarios en Brasil", *Revista Mexicana de Sociologia*,

XLII, N.º 1 (janeiro-março de 1980), pp. 267-86.

19. Castelo Branco disse ao embaixador americano Lincoln Gordon na época que a suspensão dos direitos políticos de Juscelino, como o diplomata lembrou, era "não só uma necessidade política, mas também um ato plenamente justificado pelas provas, cuja divulgação na íntegra seria desconcertante para a nação". Carta de Lincoln Gordon a Luís Viana Filho, 27 de julho de 1972, em Arquivo Humberto de Alencar Castelo Branco (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro). Falando na Escola Superior de Guerra em fins de 1966, Castelo afirmou que, a partir de 1956 (quando Juscelino começou o seu mandato presidencial), houve "uma política de gradual destruição interna juntamente com a desmoralização do país no exterior, o que era totalmente contrário aos interesses do povo". Castelo Branco, *Discursos: 1966*, p. 80. Apesar das freqüentes acusações de corrupção contra o expresidente Kubitschek, nenhum governo após 1964 apresentou qualquer prova para fundamentá-las.

20. A versão de Juscelino dos fatos que levaram à sua cassação é dada em uma entrevista de setembro de 1964, em Madri, reproduzida em Osvaldo Orico, *Confissões do exílio-JK* (Rio de Janeiro, F. Alves, 1977).

21. O ministro do Planejamento Roberto Campos, que participara com destaque do governo Kubitschek, foi o único que discordou da decisão do Conselho de Segurança Nacional de privar o expresidente dos seus direitos políticos. Campos apresentou sua renúncia, que não foi aceita. Ele permaneceu no posto. Dulles, *President Castelo Branco*, p. 38.

22. Dulles, *President Castelo Branco*, pp. 32-44; Viana Filho, *O governo Castelo Branco*, pp. 94-96.

23. A lógica por trás desses expurgos militares é explicada em Stepan, *The Military in Politics*, cap. 10. Figueiredo, *Política de coerção*, fornece os dados de acordo com as principais fases governamentais. Os dados de 1964 são apresentados com abundância de pormenores em Morei, *O golpe*, pp. 248-59.

24. Para uma análise desses jornais, ver Stepan, *The Military in Politics*, pp. 57-121. As ações arbitrárias-expurgos-torturas da junta militar e em seguida do governo Castelo Branco imediatamente provocaram críticas da imprensa. Uma coleção destas críticas está publicada em Thereza Cesário Alvim, ed., *O golpe de 64: a imprensa disse não* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979).

25. Alberto Venâncio Filho, *Notícia histórica da Ordem dos Advogados do Brasil: 1930-1980* (Rio de Janeiro, OAB, 1982), p. 132. Deve-se notar que no início de outubro o Conselho Federal da Ordem começara a discutir o que considerava ações ilegais do novo governo (*ibid.*, p. 133).

26. O documento dos bispos é reproduzido em Luiz Gonzaga de Souza Lima, *Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil* (Petrópolis, Vozes, 1979), pp. 147-49. Para uma discussão do seu contexto, ver Thomas C. Bruneau, *The Political Transformation of the Brazilian Catholic Church* (Cambridge, Cambridge University Press, 1974), pp. 120-22. Os ativistas E que estavam sendo defendidos eram da Ação Católica e do Movimento de

Educação de Base (MEB). A reação dos ativistas católicos mais jovens me foi descrita pelo Padre Tibor Sulik, entrevista no Rio de Janeiro, em 9 de junho de 1983, e por Frei Betto, entrevista em São Paulo, 30 de junho de 1983.

27. A Revista Civilização Brasileira apareceu primeiro em março de 1965. Seu principal editor era Ênio Silveira, diretor da Editora Civilização Brasileira. O primeiro número da revista informava que o seu objetivo básico era pôr em relevo os interesses nacionais do Brasil, "mas não se limitará a um nacionalismo sentimentalista e estreito, nem se deixará envolver pelo projeto geopolítico ou o planejamento estratégico continental que o Departamento de Estado e o Pentágono promovem e que alguns dos nossos políticos colocam em ação". O tom relativamente moderado desta declaração sugere que a esquerda ainda usava de cautela, mesmo um ano depois da queda de Goulart. O artigo sobre "terrorismo cultural" foi publicado nas páginas 239-97 e a declaração de princípios da revista nas páginas 3-4, ambos em Revista Civilização Brasileira, I (março de 1965).

28. As colunas de Cony foram publicadas em Carlos Heitor Cony, O ato e o fato: crônicas políticas (Rio de Janeiro, 1964), e as de Alves em Márcio Moreira Alves, A velha classe (Rio de Janeiro, Editora Arte Nova, 1964). Para uma coleção de artigos destes e outros críticos, ver Alvim, ed., O golpe de 64.

29. Alceu Amoroso Lima, Revolução, reação ou reforma? (Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1964), pp. 224-32. Para um volume de muitos autores sobre o importante papel de Amoroso Lima na cultura brasileira, inclusive na era repressiva dos anos 60 e 70, ver Francisco de Assis Barbosa, ed., Alceu Amoroso Lima, memorando dos 90 (Rio, Nova Fronteira, 1984).

30. Este era o tema de Morei, O golpe.

31. O envolvimento dos Estados Unidos recebeu a sua mais completa documentação e análise em Phyllis R. Parker, Brazil and the Quiet Intervention, 1964 (Austin, University of Texas Press, 1979). Minhas citações de Johnson são extraídas da página 85. O autor garimpou documentos oficiais nas bibliotecas presidenciais Kennedy e Johnson, assim como obteve entrevistas de importantes participantes americanos, como o ex-embaixador Lincoln Gordon e o ex-adido militar, general Vernon Walters. Importantes documentos da Biblioteca Johnson foram publicados em português em Marcos Sá Corrêa, 1964 visto e comentado pela Casa Branca (Porto Alegre, L & PM, 1977). O apoio americano ao novo governo brasileiro é colocado no contexto das relações brasileiro-americanas após 1964 em Robert Wesson, The United States and Brazil Limits of Influence (New York, Praeger, 1981).

32. É a minha tradução de uma passagem do texto em português publicado em O Estado de S. Paulo, 4 de maio de 1964.

33. Dulles, President Castello Branco, 19. Lincoln Gordon disse depois que ficou tão abalado com o (primeiro) Ato Institucional que quase voltou para Washington. Não o fez porque confiava que Castello Branco (o candidato de consenso a ser eleito) usaria seus poderes arbitrários com moderação e conduziria a nação de volta à legitimidade constitucional em poucos meses. Carta de Gordon (27 de julho de 1972) a Luís Viana Filho, Arquivo de Castello Branco.

34. Humberto de Alencar Castelo Branco, *Discursos: 1964* (Rio de Janeiro, Secretaria de Imprensa, s.d.), p. 14.

35. A literatura sobre as políticas de estabilização do Brasil pós-1964 é extensa. Entre os estudos favoráveis às medidas do governo citam-se: Alexandre Kafka, "The Brazilian Stabilization Program, 1964-66", *Journal of Political Economy*, p. 75 (agosto de 1967), pp. 596-631; os capítulos assinados por Howard S. Ellis, Mário Henrique Simonsen e Octavio Gouveia de Bulhões em Howard S. Ellis, ed., *The Economy of Brazil* (Berkeley, University of California Press, 1969). A análise mais detalhada favorável ao governo Castelo Branco é de Mário Henrique Simonsen, *Inflação: gradualismo x tratamento de choque* (Rio de Janeiro, APEC, 1970). A análise crítica mais penetrante das políticas de 1964-67 é de Albert Fishlow, "Some Reflections on Post-1964 Brazilian Economic Policy". Fishlow dá ênfase às hipóteses monetaristas ortodoxas relativamente rígidas do enfoque CamposBulhões. Para uma excelente apreciação que põe as políticas de Castelo em contexto mais amplo, ver Werner Baer e Isaac Kerstenetzky, "The Brazilian Economy in the Sixties", em Riordan Roett, ed., *Brazil in the Sixties* (Nashville, Vanderbilt University Press, 1972). Uma crítica representativa da esquerda à política econômica do governo durante a presidência de Castelo Branco é a de Cibilis da Rocha Viana, *Estratégia do desenvolvimento brasileiro: uma política nacionalista para vencer a atual crise econômica* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967). Uma crítica mais branda, aparecida na imprensa no período 1964-66, foi publicada em forma de livro: Antônio Dias Leite, *Caminhos do desenvolvimento* (Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1966). Dias Leite foi o mais conhecido dos críticos "moderados" e posteriormente foi ministro das Minas e Energia no governo Costa e Silva. Para uma idéia do pensamento da equipe econômica que subiu ao poder com Costa e Silva (e que questionava o diagnóstico dos responsáveis pelas decisões políticas do governo Castelo Branco), ver Samuel A. Morley, "Inflation and Stagnation in Brazil", *Economic Development and Cultural Change*, XIX, N.º 2 (janeiro de 1971), pp. 184-203. Muitas das idéias e economistas do governo Castelo Branco foram recrutados no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais - Guanabara (IPES-GB), um grupo de pressão do Rio de Janeiro patrocinado por empresários. Campos estivera intimamente ligado ao grupo antes de assumir o Ministério do Planejamento.

Norman Blume, "Pressure Groups and Decision-Making in Brazil", *Studies in Comparative International Development*, In, N.º 11 (1967-68). Blume acentua as diferenças entre os grupos do IPÊS do Rio e de São Paulo. Este virtualmente não tinha influência no governo. A influência do IPÊS é também confirmada por Stepan, *The Military in Politics*, pp. 186-87. Quem mais amplamente tratou da influência do IPÊS (e de outro grupo político com a mesma linha ideológica, o IBAD) foi Dreifuss, *1964: a conquista do Estado*, cobrindo principalmente o período anterior ao golpe de 1964.

36. Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, *Programa de ação econômica do governo, 1964-66* (Rio de Janeiro, 1964).

37. Ministério do Planejamento, *Programa*, p. 35. Havia a implicação de que a taxa "residual" devia permanecer em 10 por cento. Os números de 1963 e 1964 são de Fishlow, "Some Reflections on Economic Policy", p. 72. Para uma detalhada análise da política monetária no período Castelo Branco, ver Syvrud, *Foundations of Brazilian Economic Growth*, rico em dados. Syvrud foi representante do Tesouro americano junto à Embaixada dos Estados Unidos no Rio de 1965 a 1969. Sua avaliação é favorável ao enfoque relativamente ortodoxo

da política de estabilização dos ministros Campos e Bulhões. Para uma excelente análise da política monetária brasileira de um ponto de vista comparativo, ver Alejandro Foxley, "Stabilization Policies and Stagflation: The Cases of Brazil and Chile", em *World Development*, VIII, N.º 11 (novembro de 1980), pp. 887-921.

38. Este número é extraído de Fishlow, "Some Reflections on Post-1964 Brazilian Economic Policy", p. 72.

39. Para um relato favorável das reformas institucionais levadas a efeito pelo governo Castelo Branco, ver "A imaginação reformista" de Mário Henrique Simonsen, capítulo 6, em Simonsen e Roberto de Oliveira Campos, *A nova economia brasileira* (Rio de Janeiro, 1974).

40. Syvrud, *Foundations of Brazilian Economic Growth*, pp. 59-81.

41. Discutir esta questão é resvalar para o terreno sempre traiçoeiro dos "inevitáveis históricos". Todos os cinco programas antiinflação tentados no Brasil na década precedente foram abandonados. Uma das razões básicas era o alto custo político que os governos teriam que pagar para dar continuidade aos programas. Roberto Campos, obviamente um juiz não imparcial nesta matéria, afirmou em 1969 que nenhum governo eleito poderia ter executado o PAEG. Roberto Campos, *Temas e sistemas* (Rio de Janeiro, APEC, 1969) pp. 282-87. Certamente seria razoável concluir que, em virtude da disposição das forças políticas em 1964, nenhum governo potencial teria tido coragem de enfrentar esse desafio. Pesquisas recentes puseram em dúvida o argumento de que os governos democráticos não são capazes de executar programas de estabilização econômica. Em "The Politics of Economic Stabilization: IMF Standby Programs in Latin America, 1954-1985", *Comparative Politics*, XIX, N. 1 (outubro de 1986), pp. 1-24. Karen Remmer afirma, a partir de uma comparação entre nove países ao longo de 31 anos, que as democracias são (ligeiramente) mais capazes de cumprir os acordos standby com o FMI. Sua afirmação não se aplica à minha análise precedente porque muitos dos malogrados programas de estabilização do Brasil não envolveram acordos standby com o FMI.

42. Keith Rosenn, "Adaptations of the Brazilian Income Tax to Inflation", *Stanford Law Review*, XXI, N.º 1 (novembro de 1968), pp. 58-105.

43. Werner Baer, *The Brazilian Economy: Growth and Development* (New York, Praeger, 1983), p. 244.

44. Para um relato histórico da introdução da indexação, ver Simonsen, *Inflação*, pp. 183-88. Para um relato cobrindo o assunto até 1973, ver Werner Baer e Paul Beckerman, "Indexing in Brazil", *World Development*, II, N.08 1-12 (outubro-dezembro de 1974), pp. 35-47. Para outra explicação daquele período enfatizando até onde o sistema de indexação podia ser e na verdade era manipulado pelo governo, ver Albert Fishlow, "Indexing Brazilian Style: Inflation Without Tears?", *Brookings Papers on Economic Activity* (1974, 1), pp. 261-82. Dez anos depois Roberto Campos, comentando sobre o recurso à indexação no governo Castelo Branco, dizia: "Dado o fato de que a inflação crônica gerara a crença de que os preços não parariam de subir, a correção monetária foi o meio de controlar essa expectativa e de impedir um impacto desagregador em outros setores da economia". Mário Henrique

Simonsen e Roberto de Oliveira Campos, *Formas criativas no desenvolvimento brasileiro* (Rio de Janeiro, APEC, 1975), p. 68. Para uma explicação de como a indexação desenvolveu-se durante os subseqüentes governos militares, ver Peter T. Knight, "Brazil: Deindexation and Economic Stabilization" (documento preparado no Banco Mundial, 2 de dezembro de 1983).

45. Baseado em entrevistas do autor com funcionários do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial em outubro de 1971 e setembro de 1977. Nas prolongadas negociações do Brasil com o FMI no início de 1983 a questão do papel da indexação na propagação da inflação foi objeto de vivos debates. Para uma análise comparativa da função da indexação no Brasil, Chile, Argentina e Colômbia, ver Gustav Donald Jud, *Inflation and the Use of Indexing in the Developing Countries* (New York, Praeger, 1978).

46. Syvrud, *Foundations of Brazilian Economic Growth*, p. 130.

47. Fishlow, "Some Reflections on Economic Policy", p. 72.

48. Depois de seu primeiro ano no poder o governo Castelo Branco orgulhava-se do relativo sucesso do programa de estabilização e da ampla reorganização do setor público. O presidente e o ministro do Planejamento apelavam constantemente para um retorno a políticas "racionais". Eles se consideravam como conduzindo o Brasil de volta a uma compreensão "realista" do seu próprio potencial e do ritmo em que devia se desenvolver. (Ver, por exemplo, a severa pregação de Campos aos empresários no fim de 1964 e começo de 1965. Campos, *Política econômica e mitos políticos*.) Um observador, resumindo o "modelo de desenvolvimento" de Castelo Branco, notou que ele dava ênfase ao aumento dos vínculos com os Estados Unidos e outras nações capitalistas e que expressava um nível inferior de expectativas relativamente a soluções principalmente brasileiras para certos problemas básicos. Rowe, "Brazil Stops the Clock: Part II", p. 8. Os alvos do ataque do governo eram as políticas populistas por haverem supostamente iludido a nação prometendo mais do que a economia podia produzir e administrando a política governamental de forma incompetente. Além disso, alegava-se que aqueles políticos ameaçaram a base da economia de mercado - propriedade privada e investimentos estrangeiros. Goulart e seu governo eram o símbolo mais imediato desta "irresponsabilidade". Atacar o presidente deposto era um refrão constante com que o governo Castelo Branco pensava fortalecer a sua legitimidade. (Ver, por exemplo, o discurso do presidente de 22 de dezembro de 1965, Castelo Branco, *Discursos: '65*. pp. 109-23.)

49. Um destacado economista brasileiro que seria ministro da Fazenda no governo Geisel afirmou que o fracasso da tentativa de estabilização de Juscelino foi decisivo. "Foi em 1959 que a inflação brasileira começou a se acelerar, sendo a causa imediata abandono de um promissor programa de estabilização monetária." Mário Henrique Simonsen, "Brazilian Inflation: Postwar Experience and Outcome of the 1964 Reforms", *Economic Development Issues Latin America* (Committee for Economic Development Supplementary Paper N.º 21, New York, agosto de 1967), p. 267.

50. Syvrud, *Foundations*, pp. 95-107.

51. Para análises das distorções na alocação de recursos introduzidas pela inflação ver

Werner Baer, "Brazil: Inflation and Economic Efficiency", *Economic Development and Cultural Change*, XI, N.º 4 (julho de 1963), pp. 395-406. Werner Baer e Mário Henrique Simonsen, "Profit Illusion and Policy Making in an Inflationary Economy", *Oxford Economic Papers*, XVII, N.º 2 (julho de 1965), pp. 279-90; e Werner Baer, Isaac Kerstenetzky e Mário Henrique Simonsen, "Transportation and Inflation: A Study of Irrational Policy Making in Brazil", *Economic Development and Cultural Change*, XIII, N. 2 (janeiro de 1965), pp. 188-202.

52. Para breve descrição da estrutura legal do sistema de relações de trabalho no Brasil, ver Octavio Bueno Magano, *Organização sindical brasileira* (São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 1982). A análise histórica clássica do sistema é de Evaristo de Moraes Filho, *O problema do sindicato único no Brasil* (Rio de Janeiro, Editora A Noite, 1952). A descrição mais cuidadosa do sistema na forma como operava no início da década de 60 é de Kenneth Paul Erickson, *The Brazilian Corporative State and Working Class Politics* (Berkeley, University of Califórnia Press, 1977). Kenneth S. Mericle analisa detidamente a evolução do sistema nos anos 60 em "Conflict Regulation in the Brazilian Industrial Relations System" (dissertação de Ph. D., University of Wisconsin-Madison, 1974), sendo o assunto parcialmente resumido em Mericle, "Corporatist Control of the Working Class Authoritarian Brazil Since 1964", em James Malloy, ed., *Authoritarianism and Corporatism in Latin America* (Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 1977), pp. 303-38. Uma história muito útil da estrutura das relações de trabalho, inclusive as mudanças introduzidas após 1964, é a de Heloísa Helena Teixeira de Souza Martins, *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil* (São Paulo, Editora Hucitec, 1979). A autora passou alguns anos trabalhando para o DIEESE, o órgão de pesquisas não governamental, intersindical que depois de 1964 se tornou virtualmente a única fonte independente de dados sobre o custo de vida e os níveis de salário real. Para apreciações altamente úteis da literatura sobre a matéria, ver Leôncio Martins Rodrigues e Fábio Munhoz, "Bibliografia sobre trabalhadores e sindicatos no Brasil", *Estudos CEBRAP* (São Paulo, 1974), e dois estudos de Luiz Werneck Vianna, "Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências", *BIB* (Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais), N.º 3 (1978), pp. 9-24, e "Atualizando uma bibliografia: 'novo sindicalismo', cidadania e fábrica", *BIB*, N.º 17 (1984), pp. 53-68. Em capítulos subseqüentes haverá referências à vasta literatura sobre o sistema de relações industriais brasileiras e o movimento trabalhista desde meados da década de 1970.

53. Esta tendência na atividade sindical é bem descrita em Erickson, *The Brazilian Corporative State*, A análise do CGT, instituição muito discutida (e tecnicamente extralegal) e bastante ativa neste período, é feita em Lucélia de Almeida Neves, *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil, 1961-64* (Belo Horizonte, Editora VEGA, 1981).

54. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), "Dez anos de política salarial", *Estudos Sócio-Econômicos*, I, N. 3 (agosto de 1975).

55. Mário Victor, *Cinco anos que abalaram o Brasil* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965), p. 550.

56. Argelina Maria Cheibub Figueiredo, *Política governamental e funções sindicais* (Tese de mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras

e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, outubro de 1975), p. 67. Este trabalho inclui detalhada análise das intervenções do governo em sindicatos de 1964 a 1970.

57. A fórmula é explicada em Ministério do Planejamento, Programa, pp. 83-85. Uma análise mais detalhada, usando geometria, é feita em Simonsen, Inflação, pp. 26-28. O cálculo da fórmula . sua aplicação na prática gerou forte controvérsia. Para uma apreciação crítica representativa do sistema do ponto de vista da esquerda, ver Fernando Lopes de Almeida, Política salarial, emprego e sindicalismo, 1964-81 (Petrópolis, Vozes, 1982). A relação entre política salarial e equidade social no Brasil pós-1964 é criteriosamente pesquisada em Samuel A. Morley, Labor Markets and Inequitable Growth: The Case of Authoritarian Capitalism in Brazil (Cambridge, Cambridge University Press, 1982). Para uma história da aplicação da lei salarial, ver Lívio de Carvalho, "Brazilian Wage Policies, 1964-81", Brazilian Economic Studies, N.º 8 (1984), pp. 109-41.

58. DIEESE, "Dez anos de política salarial", pp. 12-13.

59. Roberto de Oliveira Cantos, A moeda, o governo e o tempo (Rio de Janeiro, 1964), p. 184. O nacionalismo - de um tipo que ele achava ilusório ou pernicioso era alvo favorito da retórica de Campos.

60. Para um estudo do funcionamento da lei de remessa de lucros de 1964, ver Jan Hoffman French, "Brazil's Profit Remittance Law: Reconciling Goals in Foreign Investments", Law and Policy in International Business, XIV (1982), pp. 399-451. A política brasileira para com as multinacionais até 1976 é comentada em Stefan H. Robock, "Controlling Multinational Enterprises: The Brazilian Experience", Journal of Contemporary Business, VI, N.º 4 (1977), pp. 53-71.

61. Num discurso em julho de 1964, Castelo Branco anunciou que a política antiinflacionária não seria paga com a estagnação. O crescimento viria, dentre outras coisas, da "restauração dos ingressos de capital estrangeiro e do retorno a entendimentos sérios com as organizações financeiras internacionais, inclusive a Aliança para o Progresso", Humberto de Alencar Castelo Branco, Discursos: 1964, p. 66.

62. Roberto Campos, entrevista com o autor, Londres, 3 de julho de 1978. Na ausência de indicação específica, a fonte dos dados e informações para o restante desta seção é Syvrud, Foundations of Brazilian Economic Growth, cap. VIII.

63. Ibid., pp. 182-87. Importante também sobre a história da dívida externa de 1947 a 1966 é John Donnelly, "External Debt and Long-Term Servicing Capacity", em H. John Rosenbaum e William G. Tyler, eds., Contemporary Brazil Issues in Economia and Political Development (New York, Praeger, 1972), pp. 95-123.

64. Lincoln Gordon, carta (27 de julho de 1972) a Luís Viana Filho, Arquivo Castelo Branco.

65. Um útil resumo das mudanças nas taxas de câmbio oficiais do Brasil é apresentado em Syvrud, Foundations of Brazilian Economic Growth, pp. 194-95.

66. New York Times, 10 de agosto de 1965.

67. Syvrud, Foundations, p. 206. A fonte oficial sobre assistência dos Estados Unidos ao Brasil é a Agency for International Development, Bureau for Program and Policy Coordination, Office of Statistics and Reports, U.S. Overseas Loans and Grants and Assistance from International Organizations Obligations and Loan Authorizations, July 1, 1945-June 30, 1971 (Washington, 1972), p. 38.

68. "United States Policies and Programs in Brazil", Hearings Before the Subcommittee on Western Hemisphere Affairs of the Committee on Foreign Relations, United States Senate, Ninety-second Congress, Primeira sessão: 4, 5 e 11 de maio de 1971 (Washington, US Government Printing Office, 1971), pp. 218-29.

69. O embaixador John Tuthill lançou um plano amplamente divulgado para reduzir o tamanho da missão, embora não a escala da assistência econômica. Ele a descreveu com espírito, em Tuthill, "Operation Topsy", Foreign Policy, N.º 8 (Outono de 1972).

70. Castelo Branco, Discursos: 1964, p. 30. Não tentei fazer uma análise abrangente das decisões econômicas de 1964 a 1967. Diversas áreas, inclusive agricultura, educação, moradia e bemestar social, foram omitidas. Estes tópicos foram cobertos em dois volumes do início dos anos 70 sobre o Brasil: Rosenbaum e Tyler, eds., Contemporary Brazil, e Roett, ed., Brazil in the Sixties. Cada política foi assunto de pesquisa monográfica. Uma excelente fonte sobre esta pesquisa é encontrada nas bibliografias regularmente publicadas em BIB, Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais. A primeira edição foi publicada como parte de Dados, N.º 15 (1977), embora logo tenha se transformado em publicação separada, sendo editada a partir de 1985 pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Rio).

71. Castelo Branco, Discursos: 1964, p. 40.

72. Ibid., p. 13.

73. Os vínculos da UDN com o governo militar e o destino posterior do partido são lucidamente descritos em Maria Victoria de Mesquita Benevides, A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro, 1945-1965 (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981), pp. 125-43. O argumento da UDN em favor da maioria absoluta é recapitulado na entrevista de Prado Kelly em Lourenço Dantas Mota, ed., A história vivida, Vol. I (São Paulo, O Estado de S. Paulo, 1981), pp. 158-60.

74. Dulles, President Castello Branco, p. 53.

75. Uma extensa autobiografia de Lacerda, resultado de várias entrevistas coletivas gravadas um mês antes de sua morte em 1977, foi publicada em Carlos Lacerda, Depoimento (Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977). Inclui um relato de suas relações com o governo Castelo Branco. Para uma proveitosa análise do apoio político a Lacerda, baseada em uma apreciação dos sistemas de votação e outros dados referentes ao Grande Rio, ver Gláucio Ary Dillon Soares, "As bases ideológicas do lacerdismo", Revista Civilização Brasileira, N.º 4 (setembro de 1965), pp. 49-70.

76. Para um sombrio relato de um jornalista local adversário de Borges, ver Lisita Júnior,

Goiás, novembro 26 (Goiânia, Liv. Figueiroa, 1965).

77. Dulíes, President Castello Branco, pp. 123-26.

78. Para uma apreciação das eleições, ver Schneider, *The Political System of Brazil*, pp. 162-69.

79. O teste a que se submeteram as reformas da lei eleitoral em 1965 é apresentado em Senado Federal: Subsecretária de Edições Técnicas, *Legislação eleitoral e partidária: Instrução do TSE para as eleições de 1982, 4.* ed. (Brasília, Senado Federal, 1982), pp. 5-107. Para uma sucinta explicação de como a lei eleitoral se enquadra na evolução política a partir de 1945, ver Robert Wesson e David V. Fleischer, *Brazil in Transition* (New York, Praeger, 1983), capítulos 3 e 4. A análise mais sistemática do sistema partidário no período 1945-64 é de Olavo Brasil de Lima Júnior, *Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional: 1945-64* (Rio de Janeiro, Graal, 1983).

80. Schneider, *The Politic System of Brazil*, pp. 167-68. Deve-se notar que a posição pessoal de Castelo Branco era mais complicada do que sugere este relato. Ele era amigo de Negrão de Lima e provavelmente preferisse sua vitória à de Flexa Ribeiro, que, como protege de Lacerda, representava ameaça tão grave (talvez mais) ao governo federal quanto o candidato da Oposição. Mas não era assim, naturalmente, que o grande público e os camaradas de Castelo nas forças armadas pensavam.

81. Fernando Pedreira, *O Brasil político* (São Paulo, DIFEL, 1975), p.162; Dulles, *President Castello Branco*, p. 202; Carlos Chagas, *Resistir é preciso* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975), p. 50.

82. Campos posteriormente explicou que antes de 1964 o Congresso era uma "máquina de inflação", com a sua prodigalidade em gastar e um "fator de distorção" dos investimentos por causa de sua hipersensibilidade às pressões regionalistas que pode destruir a coerência e o equilíbrio de planos e programas. A decisão de cassar-lhe o poder de gerar leis envolvendo despesas ou de elevar o total dos recursos solicitados pelo presidente da República "resultou das úteis lições da experiência e não de fúteis caprichos dos tecnocratas". Roberto de Oliveira Campos, "O poder legislativo e o desenvolvimento", em Cândido Mendes, ed., *O legislativo e a tecnocracia* (Rio de Janeiro, Imago Ed., 1975), pp. 31-41.

83. Syvrud, *Foundations*, p. 130.

84. *Ibid.*, p. 50.

85. Detalhes sobre as transações do governo federal com o café podem ser encontrados em Edmar Bacha, *Os mitos de uma década* (Rio de Janeiro, 1976), pp. 137-75, e em Syvrud, *Foundations*, cap. X.

86. Fishlow, "Some Reflections o.n Post-1964 Brazilian Economic Policy", p. 72.

87. Na véspera das eleições para governadores de outubro de 1965, Castelo Branco afirmou que era o compromisso do Brasil com as liberdades civis e com os procedimentos

democráticos que explicava o "crescente respeito dos outros povos e os contínuos ingressos de recursos estrangeiros". Castelo Branco, *Discursos*: 1965, p. 285.

88. Os violentos debates sobre este novo recurso ao poder arbitrário são descritos em Rowe, "The 'Revolution' and the 'System'", pp. 24-26; e Stepan, *The Military in Politics*, pp. 254-57. Stepan baseou sua análise em longas entrevistas com participantes e observadores. Os intensos esforços do Planalto para obter aprovação legislativa são relatados em Viana Filho, *O governo Castelo Branco*, pp. 340-55. Viana Filho habilmente resumiu o ponto de vista do Planalto ao notar que "o dilema não era preservar ou não a legalidade, mas permitir ou não que a nação vacilasse entre uma ditadura fascista da direita e o retorno das forças depostas em 1964" (*ibid.*, p. 353).

III

CASTELO BRANCO: A TENTATIVA DE INSTITUCIONALIZAR

Com o segundo Ato Institucional (AI-2) em vigor, Castelo pôs fim às suas esperanças de que os malefícios políticos e económicos do Brasil poderiam ser debelados a curto prazo. Mas os castelistas, como vieram a ser chamados os militares moderados, não abandonaram a crença de que tinham o remédio para transformar o Brasil em uma democracia capitalista estável. Levaria apenas um pouco mais de tempo. O restante da permanência de Castelo no poder é a história da aplicação de doses cada vez mais fortes do mesmo remédio. Enquanto isso, ele justificava sua crescente manipulação política como ações de curto prazo que fortaleceriam a democracia com o correr do tempo.¹

O SEGUNDO ATO INSTITUCIONAL E SUAS CONSEQÜÊNCIAS POLÍTICAS

O principal propósito do AI-2, com duração prevista até 15 de março de 1967 (fim do mandato de Castelo), era tornar mais difícil qualquer vitória eleitoral da oposição. O presidente, vice presidente e todos os governadores seriam a partir de agora eleitos indiretamente - o presidente e o vice presidente pelo Congresso e os governadores pelas assembléias legislativas. Os últimos eram mais facilmente controláveis por Brasília, já que grande parte dos recursos estaduais e outros favores eram

determinados pelo governo federal.

O Ato número dois, tal como o número um, deu novamente ao chefe do governo o poder de cassar os mandatos de todas as autoridades eleitas, inclusive parlamentares, assim como a autoridade para suspender por 10 anos os direitos políticos de qualquer cidadão. O documento estabelecia ainda o aumento de 11 para 16 do número de ministros do Supremo Tribunal Federal. Esta reforma do STF fora imposta a Castelo pelos militares da linha dura irados com as sucessivas decisões da mais alta corte judiciária contra os procuradores do governo em graves casos de "subversão". O presidente do Tribunal, ministro Ribeiro da Costa, denunciou a manobra, mas inutilmente.² Finalmente, o AI-2 abolia todos os partidos políticos então existentes.³

O efeito colateral mais danoso do AI-2, do ponto de vista do governo, era que ele alienava ainda mais os políticos moderados e conservadores (sobretudo da UDN), dos quais Castelo dependia para a sua base política civil. Milton Campos, ministro da Justiça udenista e figura altamente respeitada da tradição legal de Minas Gerais, recusara-se a elaborar o documento. Renunciou e foi prontamente substituído por Juracy Magalhães, veterano udenista da Bahia, que se achava preparado para executar o edito do autoritarismo.⁴

Para Castelo o AI-2 foi um penoso compromisso entre seus princípios democrático-liberais e a necessidade que tinha de manter o apoio dos militares da linha dura. Ele enviara o Ato para o Congresso, mas seus aliados não conseguiram os votos necessários, apesar dos recentes expurgos. A derrota foi assegurada pela facção da UDN pró-Lacerda, para a qual os novos poderes eram uma ameaça às perspectivas presidenciais do seu candidato. Castelo teve que proclamar o AI-2 unilateralmente, tal como a Junta Militar o havia feito com o primeiro Ato Institucional em abril de 1964. Ele o fez em sua qualidade de "Chefe do Governo Revolucionário e Supremo Comandante das Forças Armadas".⁵

Castelo tentou salvar a dignidade udenista nomeando Milton Campos e Adauto Lúcio Cardoso, pilares da respeitabilidade do partido, para o Supremo Tribunal. Ambos, no entanto, recusaram a honraria. Ao mesmo tempo, o presidente reduziu grandemente o seu próprio poder político ao insistir, apesar dos veementes apelos de seus auxiliares mais

próximos, que se incluísse uma cláusula no AI-2 tornando-o inelegível para a eleição presidencial de 1966.⁶

Carlos Lacerda reagiu ao AI-2 dramaticamente renunciando à sua candidatura presidencial. Embora houvesse dividido o partido com a luta pela sua indicação e com suas ácidas críticas ao governo, a retirada do seu nome enfraqueceu a UDN. Seu gesto Bambem punha em evidência as escassas perspectivas de qualquer político que desafiasse o governo através do processo político civil.

Castelo Branco sabia que para os políticos ele havia abraçado direita. Para demonstrar seu indesviável compromisso com a {moderação, imediatamente fez uso dos seus poderes sob o AI-2 contra extremistas militares da direita, os mais visíveis dos quais se agrupavam na LÍDER (Liga Democrática Radical). Esses extremistas tinham conseguido controlar muitos inquéritos policial-militares (IPM) e, a partir de posição tão vantajosa, excediam-se na repressão. Em junho de 1965, o coronel Osnelli Martinelli, figura chave na LÍDER, publicamente criticou o fato de o governo não punir todos, os subversivos e corruptos. A denúncia cresceu de gravidade ao anunciar que o presidente era simplesmente um representante do Supremo Comando da Revolução. Foi o bastante para Castelo. Martinelli foi punido com prisão domiciliar por 30 dias, enquanto o presidente escrevia ao ministro da Guerra Costa e Silva, concitando-o a enquadrar oslinhas duras, que precisavam "ser adequadamente esclarecidos, refreados e, se necessário, reprimidos".⁷

O ministro da Justiça Juracy Magalhães adotou então as medidas necessárias para dissolver a LÍDER. Enquanto isso, Castelo advertia para uma "furtiva conspiração" entre militares radicais, advertência que não deixou de repetir nos meses seguintes. Em fevereiro de 1966, ele disse aos seus ministros militares que temia a emergência de uma ditadura militar. Em maio, a questão do papel dos militares surgiu sob forma diferente. O general Alves Bastos, comandante do Terceiro Exército, queria candidatar-se a governador do Rio Grande do Sul mas não poderia fazê-lo a menos que a exigência de domicílio eleitoral constante do código de 1965 fosse revogada. O general Amaury Krueel, comandante do Segundo Exército, tinha igual pretensão em relação a São Paulo e enfrentava o mesmo obstáculo. Sabedor de que Castelo se opunha à revogação, Bastos

denunciou a exigência do domicílio eleitoral e, por implicação, o presidente. Castelo imediatamente demitiu o comandante do Terceiro Exército nomeando para substituí-lo o general Orlando Geisel, irmão do chefe de sua Casa Militar. Krueel, que fora mais discreto do que Bastos, reteve o seu comando.⁸

Castelo adotou outra importante medida que na ocasião não foi muito comentada: a revisão da lei disposta sobre promoção e transferência para a reserva dos militares. Antes de 1964 não havia limite para o tempo de permanência na ativa dos generais de quatro estrelas. Em dezembro de 1965 o Planalto regulamentou a lei que especificava a promoção ou a passagem forçada para a reserva em cada uma das quatro patentes do generalato, estabelecendo que nenhum posto, nesse nível, poderia ser exercido por mais de 12 anos ou além dos 62 anos de idade. O presidente queria reduzir a oportunidade de oficiais mais antigos aumentarem o círculo de suas dedicações pessoais que pudessem ser mobilizadas para fins políticos. Em outras palavras, ele queria impedir que algum futuro general fizesse o que ele mesmo fez na conspiração contra Goulart. Dois outros dispositivos eram talvez os mais importantes. O primeiro limitava a quatro anos a permanência no posto dos generais de quatro estrelas (general de Exército). O segundo limitava todos os oficiais a um máximo de dois anos fora do serviço ativo antes de passarem para a reserva ou de voltarem à ativa.⁹

Ao mesmo tempo que infernizava a vida dos militares direitistas, Castelo tratava de rever o sistema eleitoral. O objetivo era reiniciar a atividade política abertamente, porém em termos "mais responsáveis". Achavam muitos militares que a crise política brasileira podia ser atribuída ao seu sistema multipartidário. Inconstantes em suas alianças, os políticos, ao que se alegava, manobravam em proveito pessoal, mas a expensas do interesse público. A resposta consubstanciada no AI-2 foi abolir todos os partidos políticos existentes. com o Ato Suplementar n.4 (novembro de 1965) criaram-se as regras para a formação de novos partidos, que exigiam um mínimo de 120 deputados e 20 senadores. Embora o total de cadeiras no Congresso (409 deputados e 66 senadores) desse para a criação de três partidos, os organizadores da agremiação pró-governo rapidamente aliciaram 250 deputados e 40 senadores. A sobra deu para a formação de

apenas um partido, no qual se abrigaria toda a oposição parlamentar. O partido governamental foi a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e o da oposição, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Os autores da regulamentação dos partidos proibiram o uso dos nomes de antigas organizações políticas. Não obstante, este fato teria sua importância: é que a maior parte dos que se filiaram à ARENA haviam pertencido aos quadros da UDN, com número quase igual pertencente ao PSD, enquanto no MDB o maior número era do antigo PTB, vindo em seguida o PSD.¹⁰ Em virtude das políticas económicas impopulares do governo, a criação de um sistema bipartidário iria acelerar a polarização. O prestígio do bipartidarismo nas democracias anglo-saxãs sem dúvida influenciou as autoridades do Planalto.¹¹ Estas, no entanto, dotaram o Brasil de um sistema mais rígido, não conhecido nem por americanos nem por ingleses nos últimos anos. A firme crença de Castelo Branco na manutenção de sua neutralidade política o fez adiar a implementação dos novos partidos até março de 1967, quando deixou a presidência.

Em mais um esforço para mostrar seu perfil democrático, Castelo modificou o seu Ministério entre novembro de 1965 e janeiro de 1966 com nomes que haviam sido anteriormente bem sucedidos em disputas eleitorais. Para a Agricultura foi nomeado o governador Nei Braga, do Paraná; para o Trabalho, o deputado federal Peracchi Barcelos, do Rio Grande do Sul; para a Justiça, o senador Mem de Sá, também do Rio Grande do Sul; para as Relações Exteriores, Juracy Magalhães, o líder baiano transferido da Justiça; para a Educação e Cultura, Pedro Aleixo, o eminente líder da UDN que recebeu o cargo de Flávio Suplicy de Lacerda. Este tornara-se um dos principais alvos da oposição por causa da violenta campanha que empreendeu para proscrever das universidades a atividade política dissidente. Castelo estava procurando dar ao seu governo uma imagem mais politicamente conciliadora.

Mas a verdade é que ele havia sido fortemente empurrado para a direita. A política mais importante agora era a de corpo de Exército.¹²

Novos Atos estavam por vir. Foi assim que em fevereiro de 1966 o Planalto decidiu que necessitava de um terceiro Ato Institucional para se proteger nas próximas eleições. Os prefeitos das capitais dos estados e de outras cidades consideradas de "segurança nacional" seriam, nos termos do

novo Ato, nomeados pelos governadores (agora eleitos pelas assembleias legislativas). O governo estava reconhecendo que não podia mais dar-se ao luxo de se arriscar a eleições abertas e diretas em qualquer nível que interessasse. Outro dispositivo do AI-3 adiou o cronograma para a implementação do novo sistema partidário. A fim de neutralizar a linha dura, o Planalto tinha que mostrar resultados eleitorais o mais rapidamente possível.

FONTES DE OPOSIÇÃO

Apesar dos três atos institucionais, dos atos suplementares e de outras medidas arbitrárias, o governo Castelo Branco não conseguiu reformular a seu gosto a política brasileira. Em 1966 era forte o sentimento antigoverno que lavrava no seio da população, sendo que alguns adversários haviam optado pela violência em 1965. Em março, um contingente de 30 homens entrou no Rio Grande procedente do Uruguai, dominou soldados da Brigada Militar em Três Passos, tomou em seguida uma estação de rádio local e transmitiu um manifesto contra o governo. Subseqüentemente entraram em choque com a polícia local e foram finalmente capturados no Paraná, dois estados ao norte do Rio Grande do Sul. Esta malograda coluna rebelde era ligada a Leonel Brizola, exilado no Uruguai, e tinha como comandante o coronel Jefferson Cardim, que fora involuntariamente colocado na reserva após o golpe de 1964. Novos ataques terroristas de menor importância (executados por grupos diferentes) ocorreram em todo o país em 1963.¹³ Em fevereiro, a casa do cônsul americano em Porto Alegre foi bombardeada; em junho, foram atiradas bombas no edifício da biblioteca do USIS em Brasília. O incidente mais sério aconteceu em fins de julho no aeroporto de Recife. Os guerrilheiros plantaram ali uma bomba para explodir exatamente à chegada do ministro da Guerra Costa e Silva. Mas, pouco antes, um defeito no motor do seu avião modificou seus planos de viagem, e ele não apareceu no aeroporto na hora marcada. Mas a bomba dos assassinos explodiu matando três pessoas e ferindo nove. No início de outubro,

registraram-se explosões de bombas no Ministério da Guerra, no Ministério da Fazenda e na residência do ministro das Relações Exteriores. Embora preocupantes e perigosos, esses ataques não sinalizaram o início de uma séria ofensiva guerrilheira.

O ano de 1966 também viu grande número de manifestações e marchas de protesto. Eram na maioria lideradas por estudantes universitários, embora, ironicamente, tenha sido a tentativa do governo Castelo Branco de reorganizar o sistema de ensino superior que ajudara a mobilização estudantil. Uma das reformas em discussão era a cobrança do ensino ministrado pelas universidades federais (que era e continua a ser gratuito). No começo de julho de 1966, a UNE, organização estudantil posta na ilegalidade mas que continuava ativa, liderou marchas e manifestações de protesto contra o ato do governo revolucionário que fechou sua sede e as de todas as suas filiais nos estados. Num audacioso desafio à sua proscricção, a entidade realizou seu congresso nacional em Belo Horizonte, em julho de 1966. A polícia dissolveu a reunião antes mesmo de sua instalação. Mais de 20 estudantes foram presos e acima de 100 se refugiaram em conventos dominicanos e franciscanos, onde a polícia tinha escrúpulo de persegui-los. A disposição dos religiosos de acolher os estudantes mostrava que alguns militantes da Igreja se haviam transformado em ativos opositores do regime.

As manifestações estudantis de protesto continuaram pelos meses de agosto e setembro, com ataques cada vez mais violentos à "ditadura". E nas eleições para os diretórios estudantis, os universitários reconduziram os seus antigos membros ou votaram em outros com idéias semelhantes. Choques entre estudantes e a polícia, embora raramente envolvendo mais do que algumas centenas de manifestantes, espalharam-se através do Brasil em fins de setembro, sendo que cada refrega só fazia fortalecer a linha dura militar. Aliás, alguns membros da oposição começaram a se perguntar se não haveria agents provocateurs por trás das manifestações.

Um setor que se destacara no apoio à Revolução dava agora sinais de descontentamento: a Igreja. A figura principal era Dom Helder Câmara, que fora nomeado arcebispo de Olinda e Recife logo em seguida ao golpe de 1964. Em seu posto anterior como bispo auxiliar do Rio de Janeiro, Dom Helder tornara-se conhecido e estimado por sua pregação em favor

da justiça social, conquistando muitos admiradores dentro e fora do país. Foi ele um dos primeiros críticos do governo revolucionário, suscitando com isso a ira de Castelo Branco. Em julho de 1966, Dom Helder liderou 15 bispos dos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas no apoio formal a um manifesto lançado em março por três grupos ativistas católicos atacando a estrutura social injusta do Brasil, a exploração de sua classe trabalhadora e as perseguições policiais. Oficiais militares de Fortaleza ficaram revoltados, e distribuíram um panfleto "clandestino" atacando Dom Helder.

Castelo tinha esperança de pôr fim ao conflito. Num gesto hábil, substituiu o comandante que aprovara a distribuição do panfleto e em julho aproveitou uma viagem a Recife para encontrar-se com Dom Helder. Mas a conversa dos dois (e o discurso que Castelo logo depois pronunciou na Universidade Federal de Pernambuco) apenas pôs em destaque a concepção radicalmente diferente de ambos sobre o adequado papel da Igreja.¹⁴

TRATANDO DA SUCESSÃO

A forte influência da linha dura contribuiu para o principal problema político de Castelo Branco em 1966: como conduzir a sucessão presidencial. Sabiam os amigos do presidente que a sua condição de lame-duck (presidente em final de mandato e, por isso, enfraquecido) reduziria a eficiência do seu trabalho. Esperavam minimizar o problema obtendo do candidato oficial o compromisso de, uma vez eleito, dar continuidade às políticas castelistas. O candidato que, de longe, precedia os demais era o general Arthur da Costa e Silva, que se nomeara a si mesmo ministro da Guerra em 1 de abril de 1964, tornando-se a partir de então o porta-voz da linha dura. No rastro tumultuado da eleição de outubro de 1965, por exemplo, Costa e Silva falou pelos seus camaradas militares que exigiam que fosse vetada a posse dos dois governadores eleitos pela oposição. O papel que desempenhou naquela crise confirmou seu apoio a uma decisiva facção dos militares.

Costa e Silva era um oficial de caserna com modos joviais que lhe granjeavam a estima de oficiais mais jovens.¹⁵ Seu estilo não poderia ter sido mais diferente do de Castelo Branco e dos seus companheiros da "Sorbonne", como os generais Golbery e Ernesto Geisel. Para estes, Costa e Silva era incapaz de compreender a profunda reorganização política que a Revolução começara. Os ministros Campos e Bulhões receavam que ele abandonasse sua política econômica por um nacionalismo impensado ou por uma "prematura" redistribuição da renda.

Castelo tinha outra objeção a Costa e Silva: sua visceral antipatia por qualquer ministro do governo que fizesse campanha política retendo o exercício de suas funções. Castelo achava isso um abuso dos privilégios que o alto cargo assegurava ao seu titular, que capitalizava a seu favor uma vantagem negada a outros candidatos. Para Castelo, era especialmente contristador que o candidato fosse o ministro da Guerra, cujo supremo dever, em sua opinião, era preservar a integridade profissional do Exército. Aqui, o ponto de vista de Castelo era mais do que irônico, porque ele mesmo, enquanto exercia alta posição administrativa, coordenou a conspiração militar que derrubou um presidente.

Em fins de 1965 e no começo de 1966, Castelo tentou afastar a candidatura Costa e Silva apresentando seu próprio candidato. Em 1964, teria sido Carlos Lacerda, mas ele renunciara à disputa. Em 1965, nomes como o marechal Cordeiro de Farias, general Jurandir Mamede, Juracy Magalhães, senador Daniel Krieger, embaixador Bilac Pinto e governador Nei Braga foram discutidos no Planalto. Mas era tarde demais. Costa e Silva vinha pedindo apoio para o seu nome no seio da oficialidade desde 1964 e sua posição na crise de outubro de 1965 consolidara o seu proselitismo entre os membros da linha dura.¹⁶

Os partidários da candidatura Costa e Silva afirmavam que somente ele seria capaz de preservar a unidade militar. Era este um argumento poderoso para Castelo, que sabia muito bem dos perigos de uma divisão no Exército. Sem a unidade do Exército, nada mais se poderia fazer - muito menos as complexas reformas que os castelistas achavam essenciais à Revolução de 1964.

Depois de cuidadosa sondagem e de um encontro pessoal no final de fevereiro de 1966, Castelo e Costa e Silva resolveram estabelecer um

modus vivendi. Castelo, juntamente com seus principais assessores, como os generais Golbery e Geisel, pressionou por um compromisso no sentido da continuação da política econômica de Campos e Bulhões. Castelo também queria um compromisso explícito com a democracia. Seu próprio governo, disse ele, "teve que optar pelo enquadramento legal, em vez de enveredar pela ditadura".¹⁷

Castelo não recebeu garantias de Costa e Silva, o que não era de surpreender, pois, tendo combatido desde o início a candidatura do seu ministro da Guerra, não exercia sobre ele a mínima influência. Mas os partidários do ministro silenciaram sobre os termos de sua campanha, atenuando assim o temor castelista de que tivessem a intenção de minar a campanha governamental por reformas em 1966.¹⁸ Enquanto isso, Castelo resolvera fazer da necessidade virtude. Tendo perdido a capacidade de controlar a indicação, afirmou em uma entrevista coletiva, em abril, que, para ele, expressar sua preferência seria um "ato personalista, intempestivo e até de desrespeito ou menosprezo para com a organização política revolucionária".¹⁹

Em maio, a convenção da ARENA simplesmente carimbou a escolha da oficialidade do Exército de Costa e Silva para presidente. Seu companheiro de chapa foi Pedro Aleixo, outro astucioso e veterano político de Minas Gerais. Partilhava com seu antecessor na vicepresidência, José Maria Alkmin, antecedentes políticos comuns. A ascensão de ambos fizera-se em seus respectivos partidos (Aleixo, da UDN, e Alkmin, do PSD) em Minas Gerais, ambos tinham grande experiência na política partidária, embora fossem rivais irreconciliáveis na política estadual e nacional. Em julho, Costa e Silva começou sua campanha como candidato oficial, e no mesmo mês Castelo Branco decidiu ingressar na ARENA, a fim de demonstrar que a ala moderada estava cerrando fileiras com o ministro da Guerra. Era também outro sinal de que a rápida "arrumação da casa" que Castelo e outros moderados esperavam concluir em 1964 malograra. Seria necessário pelo menos mais um período presidencial, presidido por outro general.

A campanha foi praticamente desnecessária. O MDB já havia anunciado que boicotaria a eleição de Costa e Silva como protesto contra a manipulação eleitoral do governo. Mas ele fez a campanha através do país,

numa jornada parecida com as viagens de um candidato presidencial mexicano do partido oficial PRI. A eleição mexicana é decidida quando um punhado de líderes do PRI escolhe um candidato, que então vence a eleição por maioria esmagadora. Mas o candidato oficial, não obstante, percorre o país durante meses participando de debates e colóquios com grupos de interesse e autoridades locais. A campanha brasileira lembrava agora a do México, só que o órgão de decisão era o Alto Comando Militar e não os chefes do partido.

O cronograma eleitoral de 1966 começou em setembro com a eleição de governadores. Todos os candidatos apoiados pelo governo ganharam, embora no Rio Grande do Sul Castelo tivesse que expurgar alguns deputados para garantir a eleição de seu candidato, Walter Peracchi Barcellos. A 3 de outubro, o Congresso Federal elegeu, como convinha, o general Costa e Silva para sucessor de Castelo Branco por 295 votos contra 41. Os votos contrários foram principalmente abstenções do MDB.

A UDN E LACERDA NOVAMENTE

Apesar deste aparente sucesso, o governo temia as eleições parlamentares marcadas para 15 de novembro. Em meados de outubro, Castelo Branco usou o AI-2 para expurgar seis deputados federais, inclusive o líder do MDB, deputado Doutel de Andrade, e Sebastião Paes de Almeida. O governo considerava todos culpados de um ou mais dos pecados de subversão, corrupção ou participação em um novo movimento de oposição, supostamente apoiado por Juscelino e João Goulart. Como de hábito, não era dada qualquer explicação pública. As cassações tinham por fim intimidar a oposição nas eleições para as duas casas do Congresso. Castelo teve que manter seus críticos do MDB sob controle para preservar sua credibilidade com os militares.

Neste caso, porém, um dos mais íntimos colaboradores civis de Castelo criou dificuldades. Foi ele Adauto Lúcio Cardoso, presidente da Câmara dos Deputados, que ficou indignado com as cassações, as quais não reconheceu, tendo convidado os deputados cassados a participar dos

trabalhos legislativos no edifício do Congresso. A significação do fato era tanto maior quanto Cardoso era um velho baluarte da UDN e amigo pessoal de Castelo. Este respondeu com o Ato Suplementar n.º 23, que pôs em recesso o Congresso até uma semana após as eleições. A notícia do recesso foi levada ao Congresso por um contingente bem armado da polícia do Exército que antes tomou a precaução de cortar a eletricidade do edifício. Ao tomarem conhecimento do Ato Suplementar, os congressistas se dispersaram. Quando Castelo reconvocou a Câmara dos Deputados um mês depois para examinar o projeto da nova Constituição, o continuado protesto de Cardoso foi rejeitado, sendo os seis deputados declarados cassados. Cardoso imediatamente renunciou à presidência.

Nas eleições de novembro para o Congresso, as assembleias estaduais e as câmaras municipais, a ARENA conquistou um grande triunfo, pelo menos em termos nacionais. Ganhou 277 cadeiras contra 132 na Câmara (ficando com 68 por cento) e no Senado conquistou 47 cadeiras contra 19 do MDB (ficando com 71 por cento). Somente na Guanabara o MDB superou a ARENA em votos tanto para o Senado como para a Câmara dos Deputados. Como o Rio sempre fora um reduto oposicionista (com qualquer governo), esses resultados não representavam uma nova tendência. Mais encorajador para a oposição foi o fato de que nas principais cidades do Centro-Sul desenvolvido o MDB superou por boa margem a ARENA, comprovando-se que a rápida urbanização do Brasil estava beneficiando. Finalmente, os votos nulos e em branco nas eleições de 1966 totalizaram 21 por cento, comparados com 7 por cento em 1954, 9 por cento em 1958 e 18 por cento em 1962. Este novo recorde refletia não somente a natureza confusa do processo de votação, mas também a eficiência dos ativistas antigoverno que recomendavam os votos em branco como sinal de protesto.²⁰

À medida que aumentava a manipulação política do governo em 1966, um prócer partidário continuou a agir como se fazer política abertamente ainda importasse. Carlos Lacerda, que renunciara à sua candidatura presidencial pela UDN em 1965, decidira agora criar um novo veículo para as suas ambições políticas. Como havia apenas dois partidos legais, a situação impunha que se recorresse com habilidade a um circunlóquio. Ele batizou seu novo movimento com o nome de Frente

Ampla. Mas como nunca havia feito proselitismo em âmbito nacional, precisava aliar-se a políticos largamente conhecidos no país. As escolhas óbvias eram Juscelino e Goulart, não obstante a antiga hostilidade de Lacerda a ambos. Através de emissários em meados de 1966, ele contactou Juscelino em Portugal e João Goulart no Uruguai, pedindo o apoio preliminar dos dois. Redigiu um manifesto em setembro e o publicou em fins de outubro no Brasil, sem as assinaturas de Goulart ou Juscelino. No documento anunciava um novo movimento popular a ser lançado em 1 de janeiro de 1967. Seus objetivos: volta do país à democracia e retorno ao nacionalismo e à independência em política externa. A política econômica não devia mais permanecer na condição de refém do FMI. Salários mais altos determinariam demanda interna mais forte, reduziriam o desemprego e conseqüentemente aumentariam o controle do Brasil sobre seu destino econômico. Em resumo, o objetivo era pressionar o presidente eleito Costa e Silva a fazer concessões econômicas exatamente do tipo que os castelistas temiam.

Embora o manifesto estivesse mais próximo das antigas posições de Juscelino e de Jango do que das de Lacerda, somente este o assinara. Juscelino, após algumas sugestões sobre o texto, manteve-se cauteloso, evidentemente por causa de pressões do governo brasileiro (apoiadas pela implícita ameaça de vexames a qualquer momento que ele voltasse ao Brasil). As razões de Goulart para não assinar foram menos claras, mas provavelmente tinham que ver com sua fundamental desconfiança de Lacerda, um dos principais arquitetos de sua deposição. Posteriormente Lacerda convenceu Juscelino a assinar, em novembro, uma "Declaração de Lisboa" semelhante em conteúdo ao manifesto anterior. A assinatura de Goulart continuava ausente, em grande parte porque Juscelino persuadira Lacerda que àquela altura o nome do expresidente seria um risco político. A Declaração anunciava um novo (terceiro) partido político e defendia o reinício do desenvolvimento econômico segundo diretrizes nacionalistas.

Em entrevistas à imprensa Lacerda afirmava que tal partido poderia, com o seu apoio, legitimar o governo Costa e Silva, cuja posse estava próxima. Não surpreende que a equipe do novo presidente ignorasse Lacerda. Ele causava apenas ceticismo entre o público e a elite política que não podia esquecer que sua retórica nacionalista contradizia suas idéias

dos últimos 15 anos. O fracasso do desesperado salto de Lacerda para o nacionalismo era um sinal seguro de que o fascínio que o seu estilo político despertava acabara.²¹

O CENÁRIO ECONÔMICO EM 1966

Os castelistas tinham melhor sorte no setor econômico do que no político. O programa brasileiro de estabilização econômica continuava a receber elogios (e dólares) do governo dos Estados Unidos e das agências multilaterais com sede em Washington. Em dezembro de 1965, o governo americano anunciou mais um empréstimo de US\$150 milhões,²² e em fevereiro de 1966 o FMI e os Estados Unidos reiteraram sua confiança com novos compromissos financeiros. A partir do final de 1965 e começo de 1966 os credores estrangeiros acreditavam que o Brasil estava em vias de voltar a crescer. Até os russos juntaram-se a essa crença, anunciando a concessão de um crédito comercial de US\$100 milhões no início de agosto de 1966.

Essa ajuda estrangeira era merecida em virtude dos progressos obtidos pelo Brasil no controle da inflação. De 1965 a 1966 foi de um terço a queda da inflação - de 61 por cento para 41 por cento. Três fatores determinaram essa queda.

O primeiro foi a política governamental de compras de café. Roberto Campos, que pagara caro pela débâcle dos excedentes do produto em 1965, congelou o preço de compra garantido pelo governo para a safra de 1966 ao nível de 1965. Como a inflação fora de 66 por cento em 1965, os cafeicultores receberiam do governo menos da metade do que lhes fora pago no ano anterior, em termos reais. A medida permitiu também que Campos evitasse pressão adicional sobre o Tesouro causada pelas compras de café. Com efeito, a conta de café do governo apresentou um belo superávit em 1966, à custa dos cafeicultores.²³ Em segundo lugar, manteve-se severa vigilância sobre o comportamento da balança comercial. Embora em 1966 acusasse outro superávit comercial, foi inferior ao de 1965 e menores, portanto, seus efeitos potencialmente

inflacionários. Assim, duas das principais causas de pressão inflacionária foram largamente neutralizadas em 1966.

Enquanto isso, com as eleições de 1965 para trás, e tendo em vista os amplos poderes executivos do AI-2, os ministros Campos e Bulhões puderam aplicar políticas monetaristas mais ortodoxas sem medo das conseqüências políticas.²⁴ A taxa de aumento do crédito bancário para o setor privado foi reduzida para 36 por cento em 1966 de 55 por cento que fora em 1965. O aumento do salário mínimo em 1966 foi de 31 por cento, contra 54 por cento em 1965. Com a elevação de 41 por cento do custo de vida em 1966, o poder aquisitivo do salário mínimo obviamente caiu. Finalmente, o aumento da base monetária para 1966 foi fixado numa faixa surpreendentemente baixa, 15 por cento. Igualmente importante, o déficit de caixa do governo federal, como percentagem do PIB, foi reduzido a 1,1 em 1966, menor do que o de 1965, que foi de 1,6, e do que o de 1964, de 3,2.

Pelos critérios da política monetarista, o governo brasileiro estava fazendo tudo certo em 1966. Reduzira drasticamente a base monetária, diminuía a taxa do salário mínimo real e cortara a fundo o déficit do setor público. No entanto a inflação ainda alcançava 41 por cento em 1966, taxa que não parecia muito melhor do que os 46 por cento de 1965. Pelo visto, mantendo-se persistentemente alta, a inflação parecia zombar das previsões outrora confiantes de Campos e Bulhões.

Na verdade, o quadro da inflação iria melhorar no final de 1967 - tarde demais para ajudar o governo Castelo Branco. Em um ponto este podia ter algum motivo de satisfação: o crescimento do PIB fora de 5,1 por cento em 1966, grandemente ajudado pelo estímulo dado à indústria em fins de 1965.

SEGURANÇA NACIONAL E UMA NOVA ESTRUTURA LEGAL

Embora os castelistas tivessem conseguido um vago compromisso de Costa e Silva com a continuidade política, a probabilidade de ser

cumprido era muito remota.²⁵ Por isso dedicaram seus últimos meses no governo a limitar a liberdade de ação do próximo governo tanto na área política como na econômica. Assim é que tentaram criar uma nova estrutura legal que protegesse o Brasil contra excessos quer da direita quer da esquerda. Esta estrutura tinha três importantes componentes.

O primeiro foi uma nova Constituição, que uma equipe de quatro constitucionalistas nomeada pelo presidente (Levy Carneiro, Temístocles Cavalcanti, Orozimbo Nonato e Miguel Seabra Fagundês, que renunciou antes de concluído o projeto) elaborara no decorrer de 1966. Este anteprojeto foi depois revisto, de um ponto de vista mais autoritário, pelo ministro da Justiça, Carlos Medeiros da Silva. A nova versão foi formalmente apresentada ao Congresso em 17 de dezembro de 1966, e a primeira votação realizou-se em 21 de dezembro. Nem os debates, liderados por ilustres constitucionalistas como Afonso Arinos de Melo Franco, nem a avalanche de emendas propostas introduziram qualquer alteração no texto final. A nova Constituição foi aprovada em 24 de janeiro de 1967, por 223 a 110 na Câmara dos Deputados e por 37 a 17 (com 7 abstenções) no Senado. Castelo e seus assessores conseguiram o que queriam.

Em que a nova Carta Constitucional diferia da de 1946? Uma mudança básica era a eleição indireta do presidente. Uma segunda era o aumento do controle pelo governo federal dos gastos públicos (o Congresso ficava proibido de propor leis criando despesas ou aumentar despesas propostas pelo governo), medida vigorosamente defendida por Roberto Campos. A terceira eram os amplos poderes dados ao governo federal para "a apuração de infrações penais contra a segurança nacional, a ordem política e social, ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União, assim como de outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei" (Art. 8). Em essência, a nova Constituição era uma síntese dos três atos institucionais e leis correlatas.²⁶

As modificações não se limitaram à nova Constituição. Houve também novas leis e decretos executivos. Um dos mais importantes foi um decreto-lei de fevereiro de 1967 submetendo todo o Executivo ao planejamento segundo o estilo militar. Planos plurianuais deviam ser

revistos anualmente e todas as mudanças seriam coordenadas através de uma complexa rede ligando todos os Ministérios. No topo desta pirâmide administrativa ficava o presidente, com a responsabilidade final pela formulação e controle da política nacional. Seria assessorado pelo Alto Comando das Forças Armadas, Estado-Maior das Forças Armadas e Serviço Nacional de Informações (SNI). A lei permitia que o SNI se instalasse em todos os Ministérios e que seus funcionários tivessem acesso a todos os gabinetes do governo para fiscalizar mais facilmente a política oficial, cabendo-lhes ainda dar parecer sobre todas as nomeações e promoções.

Outra lei procurava enquadrar particularmente a mídia, que fora um espinho na garganta de Castelo. Os novos motivos que justificavam a intervenção governamental, a censura, ou a instauração de processos eram muito amplos indo desde a divulgação de segredos de Estado até notícias induzindo ao descrédito o sistema bancário. Quando o anteprojeto de Castelo se tornou conhecido, choveram protestos de influentes jornais como o Jornal do Brasil, Correio da Manhã e O Estado de S. Paulo. Em sua versão final (após a aprovação pelo presidente de várias emendas importantes), a lei foi amplamente aceita pela imprensa. Mas Castelo podia ter imposto sua versão original (mais rigorosa) simplesmente assinando um decreto-lei (sobre o qual o Congresso não exercia controle). Foi este um dos raros exemplos, no final de 1966 e começo de 1967, em que o presidente decidiu permitir a influência da opinião pública e do Congresso na elaboração de leis destinadas a institucionalizar a Revolução.

Mas ele não teve a mesma generosidade em relação à Lei de Segurança Nacional que impôs por decreto-lei quatro dias antes de deixar o governo. A LSN visava à defesa contra o tipo de "guerra interna" que supostamente ameaçara o Brasil durante o governo Goulart. Novas penalidades eram previstas agora para os responsáveis por guerras psicológicas ou para os promotores de greves que pusessem em risco o governo federal. A linguagem e os conceitos da lei provinham das doutrinas desenvolvidas na Escola Superior de Guerra da qual Castelo fora ativo participante. O presidente e seus camaradas das forças armadas estavam obrigando todos os brasileiros a seguirem as doutrinas que, segundo eles, salvaram o Brasil em 1964. O Art. 1 dava o tom: "Toda

pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei". Seguiu-se o detalhamento das várias formas de infração da segurança nacional. Nas mãos de um governo agressivo esta lei seria simplesmente devastadora para as liberdades civis. As implicações para a vulnerabilidade política de todos os cidadãos não passaram despercebidas dos políticos do MDB nem Castelo Branco: a tentativa de institucionalizar da imprensa oposicionista. Mas seus inflamados protestos a nada conduziram.²⁷

O frenético recurso à lei tinha por fim moldar definitivamente o Brasil pós-1967. Mas a tentativa continha forte dose de ironia. Ao codificar os poderes arbitrários considerados necessários, por exemplo, Castelo achava que podia impedir no futuro novas leis para impor medidas ainda mais arbitrárias. Ao formularem um plano econômico decenal, Castelo e Campos pensavam poder evitar novas políticas econômicas fortuitas, míopes e ineficientes. Ao elaborarem uma nova Constituição e a Lei de Segurança Nacional, Castelo e seus colegas pretenderam criar um sistema político que reconciliasse as idéias militares e constitucionalistas do país, da sociedade e do indivíduo. Mais importante e paradoxal, os castelistas acreditavam que tais leis - quase todas em conflito com os princípios constitucionais anteriores a 1964 - eram o único meio de preservar a democracia. Na realidade, eles foram vítimas da suposição elitista há muito predominante em Portugal e no Brasil de que a solução de qualquer problema consistia em uma nova lei. A UDN, o partido de Castelo, era o exemplo acabado deste tipo de mentalidade. Seu governo operava, portanto, no contexto de uma velha, melhor dizendo, antiquíssima tradição política brasileira.

O DESEMPENHO DA ECONOMIA NO GOVERNO CASTELO BRANCO

Os castelistas acreditavam que os elementos politicamente mais vulneráveis de suas formulações econômicas eram o encorajamento ao capital estrangeiro e a luta contra a inflação.²⁸ Os receios do governo sobre

uma possível mudança de política na gestão de Costa e Silva resultavam em parte do fato de que muitos militares da linha dura sustentavam ideias econômicas fortemente nacionalistas. O general Albuquerque Lima e seu círculo, por exemplo, não faziam segredo de seu nacionalismo econômico e, ao que se sabia, mantinham contatos com o próximo presidente.

Com o fim de impedir tal apostasia, a equipe de Roberto Campos preparou um Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social em sete volumes, publicado em março de 1967.²⁹ Suas metas laboriosamente esboçadas para toda uma década obviamente limitariam a liberdade de ação de qualquer nova equipe econômica. Na verdade, o plano foi letra morta desde o início, pois já no começo de 1967 o brain trust de Costa e Silva (chefiado pelo ministro da Fazenda designado Delfim Neto) estava dando forma às suas idéias antes mesmo da divulgação do Plano Decenal.

Mas qual foi o legado econômico do governo Castelo Branco? Todos concordam que ele enfrentou altos riscos e limitou seu espaço de manobra, apesar dos poderes arbitrários que possuía. Três das principais metas econômicas de Castelo Branco foram: (1) reduzir a inflação, (2) melhorar a balança de pagamentos pelo aumento das exportações, e (3) lançar as bases do desenvolvimento a longo prazo. Analisemos a performance do governo nessas áreas, cada uma das quais envolvia implicações de longo alcance para o bem estar social da população brasileira.

Praticamente não causou surpresa o fato de o governo não haver conseguido alcançar a meta de reduzir a inflação a 10 por cento em 1966. Apesar disso, ela foi trazida da taxa anual de aproximadamente 100 por cento em março de 1964 para 38 por cento em 1966. Em 1967 cairia ainda mais, ficando em 25 por cento.

O declínio inflacionário foi devido sobretudo às políticas fiscal, monetária e salarial. O valor real do salário mínimo, por exemplo, caiu 25 por cento nos três anos que se seguiram à ascensão de Castelo ao poder em 1964.³⁰ Nenhuma declaração pública afirmou explicitamente a meta salarial em termos de redução do seu valor real, mas esta tendência não aconteceu por acaso. Obviamente o governo decidira reduzir o salário mínimo, como se pode ver pela maneira como as fórmulas de reajustes eram calculadas e aplicadas. Na aplicação da fórmula de reajuste anual,

subestimava-se sistematicamente a inflação residual para o ano seguinte. Além disso, não se fazia qualquer esforço nos anos subseqüentes para compensar o trabalhador pelas perdas sofridas com a manipulação dos técnicos. Com as lideranças sindicais expurgadas e o Congresso garroteado, os ministros Campos e Bulhões podiam arrochar os salários, com isso melhorando, segundo esperavam, a competitividade do Brasil no mercado internacional. Não há dúvida de que uma outra função da política salarial do período 1964-67 era simbólica. Destinava-se a sinalizar à comunidade empresarial brasileira e ao mundo exterior que o Brasil estava pronto para tratar duramente o trabalhador, com todas as óbvias implicações desta atitude para os custos de produção.³¹ Um governo eleito diretamente poderia ter levado a efeito tal política salarial em meados da década de 60? As malogradas tentativas de estabilização dos anos 50 e início dos 60 demonstraram amplamente que não. Agora, entretanto, era fácil, com a cobertura de um governo autoritário, instalado por golpe militar.

O comércio exterior era outra área decisiva para o desenvolvimento económico do Brasil. Outros tipos de importações eram vitais: (1) bens de capital para a industrialização; (2) petróleo, indispensável porque o Brasil, com escassez deste combustível (importando 80 por cento de suas necessidades em 1964), optara pelo transporte com motor de combustão interna; (3) matérias-primas que o Brasil não possuía em forma prontamente explorável, como cobre e bauxita; e (4) tecnologia e serviços.

O pagamento dessas importações exigia superávits comerciais ou ingressos de capital sob a forma de empréstimos, créditos, subvenções ou investimento estrangeiro direto. A partir dos anos 50, muitos políticos e economistas brasileiros, tal como seus colegas latino-americanos, se mostravam cada vez mais pessimistas sobre a possibilidade de aumentos satisfatórios da receita de suas exportações.³² Como os preços dessas exportações - sobretudo produtos primários - eram altamente instáveis, em contraste com os preços das importações dos bens acabados, que subiam constantemente, os termos de intercâmbio eram geralmente desfavoráveis à América Latina. Segundo este raciocínio, enunciado com muita clareza pelo economista Raul Prebisch e a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), fundada e por muito tempo presidida por ele, as

economias da América Latina não podiam esperar vantagens de sua participação na economia mundial e deviam, portanto, adaptar-se a esse desfavorável clima internacional procurando industrializar-se.³³

Os ministros Campos e Bulhões rejeitaram esse enfoque. Eles achavam que o potencial de exportação do Brasil fora grandemente subestimado. Lançaram, portanto, uma campanha de exportação para explorar não somente as enormes reservas naturais do Brasil (minério de ferro, madeira e produtos alimentícios, por exemplo), mas também produtos acabados, área em que o país desenvolvera recentemente capacidade de exportação. Os ministros econômicos esperavam ainda que a "disciplina" do mercado que agora estava sendo promovida certamente aumentaria a eficiência industrial. Finalmente, e muito importante, eles aguardavam a entrada de mais capital estrangeiro no setor de exportação.³⁴

A tentativa CamposBulhões de usar investimentos estrangeiros na promoção de exportações provocou veementes críticas no país. Um bom exemplo foi o setor de mineração de jazidas de ferro. O governo Castelo Branco aprovava concessões à empresa americana Hanna Corporation para minerar e exportar manganês. Esta medida foi como tocar em um nervo exposto dos nacionalistas e de alguns militares, sendo que estes manifestaram seu protesto diretamente ao presidente. Após intenso debate dentro do governo, chegou-se a um compromisso. A concessão feita à Hanna seria equilibrada com substancial aumento do investimento oficial na Vale do Rio Doce, a estatal brasileira de minério. Nem mesmo um governo autoritário podia desprezar completamente a opinião nacionalista.³⁵

A diversificação das exportações veio muito devagar para ajudar significativamente a balança de pagamentos durante o governo Castelo Branco. Mas os escassos resultados da campanha de promoção das exportações não importaram muito no curto prazo, porque a balança de pagamentos melhorou mais rapidamente do que se esperava. Em fins de 1965, havia bastante divisas para atender a todas as obrigações da dívida externa nos devidos prazos, de modo que não houve necessidade de se repetir os reescalonamentos de julho de 1964 e fevereiro-abril de 1965. Este foi um resultado totalmente involuntário da redução da demanda por importações resultante da política constritiva fiscal e monetária de 1964 e

começo de 1965. Houve um superávit de US\$85 milhões na balança comercial (bens e serviços) em 1964, que se elevou surpreendentemente para US\$293 milhões em 1965. Em 1966 a balança comercial acusou um déficit de apenas US\$23 milhões, um número baixo para o estágio de desenvolvimento econômico do Brasil. Este déficit aumentaria nos anos seguintes para US\$314 milhões, mas então o governo possuía suficientes reservas de divisas que durariam até que financiamentos em maior volume começassem a chegar.

A melhoria do perfil da dívida externa brasileira foi um dos principais êxitos do governo. Castelo Branco pôde deixar para o seu sucessor espaço muito maior para manobrar no setor da dívida do que recebera por ocasião de sua posse em 1964. Os Estados Unidos ajudaram muito a sua administração com a flexibilidade dos seus empréstimos-programa. Estes, no entanto, foram usados mais para pagar credores estrangeiros do que para financiar importações justamente quando estas sofriam forte queda com o lento crescimento de 1964-65.

A conseqüência política dessas medidas era previsível. Os críticos brasileiros atacaram os Estados Unidos por darem preferência ao financiamento de uma política de pagamentos a banqueiros externos do que à criação de empregos no Brasil. Em 1966 funcionários da USAID se perguntavam se, do ponto de vista americano, não teria sido melhor a continuação dos empréstimos-projeto - para escolas, obras civis, programas de saúde, campanhas de alfabetização, etc. O presidente eleito Costa e Silva, consciente da importância do apoio dos Estados Unidos, visitou Washington em janeiro de 1967 para uma conversa com o secretário de Estado Dean Rusk, tendo recebido calorosa demonstração de simpatia por parte do cardeal de Nova York, Francis Spellman, o mais poderoso membro do clero católico norte-americano. Em março, apenas dias antes de Costa e Silva assumir o poder, o embaixador Tuthill, dos Estados Unidos, e o presidente Castelo Branco assinaram acordo referente a um empréstimo de mais US\$ 100 milhões. O governo de Castelo Branco terminava como havia começado, com um conspícuo placet do governo americano.³⁶

FORTALECENDO A ECONOMIA DE MERCADO

Campos e Bulhões achavam que o crescimento econômico saudável requeria um setor privado funcionando com eficiência. Como o ministro do Planejamento gostava de observar, o capitalismo não fracassara no Brasil; apenas nunca fora experimentado.

Para onde quer que os dois ministros voltassem as vistas só encontravam obstáculos à eficiência do capitalismo brasileiro. Uma breve discussão sobre a rotatividade da mão-de-obra ilustrará o problema. Os empresários há muito se queixavam de que as leis trabalhistas os obrigavam a fazer uso ineficiente da força de trabalho. Criticavam especialmente a lei de estabilidade, que estipulava o pagamento de elevada indenização ao empregado com mais de 10 anos de serviço que fosse demitido sem "justa causa". A multa era tão rigorosa e tão certa (os tribunais raramente reconheciam "justa causa") que os patrões se protegiam rotineiramente demitindo os empregados com nove anos de casa, e às vezes tornando a admiti-los por um novo período de nove anos. O resultado era desorganizar a produção e prejudicar políticas racionais de pessoal.

Foi então que o governo instituiu o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) financiado compulsoriamente por contribuições do empregador e do empregado. O direito do empregado ao novo fundo representava o equivalente à indenização, embora ele só pudesse retirá-lo no caso, entre outros, de casamento, compra de casa, aposentadoria ou desemprego. Quanto mais tempo de serviço maior a compensação. Eliminando o ponto "artificial" de dispensa aos 10 anos, a nova lei supunha estar removendo uma distorção do mercado de trabalho. A medida era parte da campanha para melhorar a mobilidade fatorial e assim promover um mercado eficiente.

Nos termos da nova lei, o candidato a emprego podia optar ou pelo FGTS ou pela estabilidade. Na prática, contudo, os empregadores recusavam-se a admitir candidatos que optassem pela estabilidade. Com o correr do tempo, o FGTS substituiu a estabilidade na maior parte da economia. Esta mudança de facto foi asperamente denunciada por líderes

sindicais e por elementos da oposição, especialmente da esquerda. Afirmavam que os trabalhadores estavam perdendo a sua garantia de emprego (os-empregados já com estabilidade podiam continuar neste regime) em troca de um duvidoso plano de poupança forçada que podia ser facilmente manipulado pelo governo.³⁷

A falta de capital de investimento no Brasil era outra barreira ao desenvolvimento, na opinião dos economistas que assessoravam Castelo Branco. Dentro desta linha de pensamento, procuraram aumentar o capital disponível promovendo a poupança doméstica. O primeiro passo foi a criação de um instrumento financeiro que protegesse o principal contra a inflação por meio da indexação, oferecendo ao mesmo tempo uma atraente taxa de juros. O primeiro desses instrumentos foi um título indexado do Tesouro, a Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN) lançada em meados de 1964 como parte do esforço para financiar o déficit público. Seguiu-se a criação de uma rede de bancos de poupança (cadernetas de poupança) que logo se tornaram importantes na captação de recursos privados, principalmente para investimentos em habitação.

O governo também tentou fortalecer e ampliar o pequeno mercado de ações, mas aqui os resultados foram decepcionantes. O fracasso foi devido em parte à forte preferência dos brasileiros por manterem seus negócios sob controle familiar, em vez de correrem os riscos de abri-los ao público. Apesar dos incentivos às firmas privadas que desejassem fazer lançamentos públicos de ações e de generosas deduções (12 por cento do imposto de renda de pessoa física) concedidas aos subscritores, o mercado de ações não se tornou uma nova e importante fonte de financiamentos em 1967, embora estivesse acontecendo um boom nas bolsas de valores.³⁸

Outro componente vital para o crescimento a longo prazo era a tecnologia. Em meados da década de 60 a infra-estrutura educacional e científica do Brasil era, por consenso universal, claramente inadequada para as suas necessidades econômicas. Era urgente a necessidade de reestruturar as escolas, as universidades e as instituições de pesquisa do país e aumentar consideravelmente seus recursos. A política de estabilização, contudo, determinara profundos cortes nos gastos públicos, importando em grande sacrifício das verbas para a educação. Para as empresas que precisavam de tecnologia a alternativa a curto prazo era

procurarem as firmas ou missões técnicas estrangeiras. Contudo, as firmas estrangeiras jamais poderiam substituir a modernização a longo prazo do sistema educacional brasileiro.

Havia uma última - e crucial - característica do capitalismo que o governo Castelo Branco tentava fortalecer: a mentalidade empresarial. Toda uma geração de homens de negócios do Brasil fora protegida da concorrência estrangeira por uma proibição quase total de importações competitivas, por empréstimos a taxas de juros negativas, transporte abaixo do custo etc. Depois que os empresários absorveram o impacto da estabilização, Roberto Campos lhes fez ver a necessidade de "uma profunda mudança em sua maneira de pensar. Precisavam parar de pensar em termos de pouca quantidade e preços altos, de contar com empréstimos excessivos através de crédito subsidiado pelo governo, e precisavam também perder o medo mórbido da concorrência".³⁹ Os empresários foram advertidos de que não podiam mais esperar ganhar dinheiro através de favoritismo; agora isto só seria possível por meio de práticas comerciais regulares. A mensagem governamental foi seguida por uma redução seletiva de tarifas, sob a alegação de que o aumento da concorrência tornaria os produtores brasileiros livres para se tornarem mais eficientes.

Os ministros Roberto Campos e Octavio de Bulhões conseguiram construir o capitalismo brasileiro? A resposta a partir de 1957 foi ambígua na melhor das hipóteses.⁴⁰ Dentre outras coisas, porque as medidas antiinflacionárias provocaram severa recessão industrial. A combinação de fraca demanda e política monetária apertada, especialmente após os últimos meses de 1965, associada à menor proteção contra as importações estrangeiras, levou muitos empreendimentos brasileiros à beira da falência. E não pode ser negado que por causa de sua forte dependência de crédito, agora sob rigoroso controle, muitas firmas locais financeiramente deprimidas foram compradas por empresas estrangeiras (que tinham acesso ao crédito fornecido por suas matrizes no exterior). O setor privado sofreu muito, e diversos homens de negócios não pouparam o governo de violentas críticas.⁴¹

O contrapeso brasileiro à expansão da presença estrangeira foi o setor público. Não deixava de ser irônico, pois os revolucionários de 1964 repudiaram as políticas anteriores pró-setor público porque supostamente

sufocavam o setor privado. Bastante curioso é que, enquanto Castelo desmantelou algumas das principais empresas estatais, reorganizou outras para aumentar-lhes a produção e a produtividade.⁴²

Outra característica económica do período 1964-67 merece ser mencionada: a relutância do governo em repensar a estrutura industrial do Brasil. Os economistas de Castelo diziam que desejavam fortalecer a "racionalidade" na economia, mas nunca perguntaram se a estrutura industrial do país a partir de 1964 era uma base ótima para o futuro desenvolvimento. A industrialização de Juscelino (1956-61) dera ênfase aos bens de consumo duráveis, como veículos motorizados, refrigeradores, aparelhos de ar condicionado, etc. Entretanto, a demanda por esses produtos declinara após 1962. O meio mais rápido de dinamizar a economia era estimular a demanda de bens duráveis de consumo, ativando assim a capacidade ociosa. Mas seguir esse caminho era elevar o poder aquisitivo de um segmento relativamente afluyente; da sociedade brasileira.

Os ministros Campos e Bulhões demonstraram isso quando procuraram inverter o declínio da atividade econômica no início de 1965. Suavizaram as restrições às compras pelo crediário, de grande importância na comercialização de bens de consumo duráveis. Esta medida, lógica em um contexto macroeconômico de curto prazo, reforçou a estrutura industrial existente. Mas qual o trabalhador rural no interior do Nordeste que, afinal, teria condições de possuir uma geladeira, quanto mais um Fusca? Os bens de consumo ao alcance do segmento de baixa renda - como roupas baratas, bicicletas e fogões - não acusaram aumento de demanda porque a política salarial havia reduzido o poder aquisitivo dos seus potenciais compradores. O sistema, portanto, reforçava-se a si mesmo: aumento da demanda por bens duráveis, expansão da capacidade produtiva para esses produtos, e em seguida a necessidade de aumentar novamente a demanda dos 10 por cento situados no topo da escala de renda. A estrutura industrial dos anos 50 tornara-se um cruel instrumento para a perpetuação de um sistema de distribuição de renda altamente distorcido.⁴³

Havia alternativa? Não sem uma mudança fundamental na industrialização brasileira. E como esperar isto do governo Castelo Branco? Os ministros Campos e Bulhões se haviam lançado à formidável

tarefa da estabilização e, embora comprometidos com as reformas, não tinham nem mandato nem tempo para repensar os hábitos de consumo que haviam herdado. Na verdade, o que lhes agradaria era desencadear as forças do mercado. Mas alguns participantes da manifestação de março de 1964 pró-Revolução, intitulada "Marcha da Família por Deus e pela Pátria", esperavam que o governo lhes dissesse que dali por diante os utensílios domésticos seriam mais difíceis de comprar. A Revolução de 1964, afinal, teve por objetivo afastar os políticos populistas que eram os principais defensores de maior igualdade social.

O LEGADO POLÍTICO DE CASTELO BRANCO

Que é que Castelo e os revolucionários deixaram de marcante em março de 1967? Na esfera política, codificaram poderes arbitrários para o Executivo, reduziram consideravelmente os poderes do Legislativo e do Judiciário e recorreram à manipulação direta das eleições e dos partidos, ao mesmo tempo banindo da vida pública a maior parte dos políticos de esquerda e alguns do centro.

Um aspecto do período 1964-67 era inequivocamente claro. O general eleito pelo Congresso em 1964 tinha a firme determinação de não se transformar em caudilho. A austera personalidade de Castelo Branco e seu extremo senso do dever combinavam-se com uma profunda antipatia por tudo o que lembrasse o militar todo-poderoso, tão comum na moderna América Espanhola.⁴⁴

Castelo não se desviou dessa postura mesmo quando em 1964 exerceu o poder arbitrário de expurgar políticos, oficiais das forças armadas e funcionários públicos, e apesar de uma poderosa força que o empurrava para fora dos limites da democracia civil. Esta força era representada por militares que se consideravam ultrajados com a ação dos políticos que eles consideravam subversivos ou corruptos, ou ambos. Após as eleições estaduais de 1965, Castelo procurou desesperadamente um meio constitucionalmente respeitável de satisfazer à pressão militar que pedia novos poderes para cassar e suspender direitos políticos. Seu

malogro estabeleceu o critério que a Revolução seguiria nos anos seguintes.

Mas ainda aí ele resistiu à tentação de assumir maiores poderes, o que ficou mais claro com sua insistência (contra o conselho unânime dos seus assessores civis) em uma cláusula no segundo Ato Institucional tornando-o inelegível para novo mandato presidencial. Com esta cláusula e mais tarde com sua disposição de aceitar o consenso militar em favor da candidatura Costa e Silva, Castelo estabeleceu o precedente para os subseqüentes governos militares: nada de caudilhos e sucessão somente por consenso militar.

Em termos práticos, o sistema de tomada de decisões no Exército continuou fiel aos preceitos hierárquicos, como anteriormente. Este procedimento inibia a emergência de caudilhos porque se baseava em regras estritas sobre promoção e passagem para a reserva. Tais regras criavam uma rotatividade relativamente rápida nos níveis mais altos de comando do Exército brasileiro. Por mais que tivesse concordado em prorrogar o seu mandato por um ano, ao recusar-se a aceitar a possibilidade de um segundo mandato, Castelo Branco deixava clara sua convicção de que presidentes militares não deviam permanecer por períodos muito longos no poder.

O resultado mais importante foi a manutenção do sistema de promoções e, portanto, da unidade militar. Se esta unidade fosse rompida, os resultados poderiam ser incalculáveis. Se fosse mantida, então o processo de tomada de decisões, para o melhor ou o pior, era irrestrito. Analisar o ponto de vista da oficialidade militar exigia íntimo conhecimento do sistema de promoções. Os jornalistas tentaram por todos os meios descobrir o estado de ânimo dentro dos quartéis, mas quase todos os oficiais se recusaram a emitir publicamente suas opiniões políticas. Formados na tradição militar brasileira, tratavam de proteger suas carreiras negando ao outsider informações sobre divisões internas. Por falta de informações, os outsiders, isto é, os políticos civis, não podiam tentar recrutar uma facção militar para servir às suas ambições.

Que dizer dos partidos, políticos e de sua participação no legado de Castelo? O presidente acreditava firmemente na UDN. Foi o partido que lutou contra os populistas. O partido que pensara haver conquistado o

poder com a deposição de Goulart. Repetidas vezes Castelo dependeu dos líderes udenistas em questões delicadas, mas nem sempre sua confiança foi correspondida. Nem isto devia ter-lhe causado surpresa. Afinal, a UDN fora um partido minoritário na política nacional pré-1964. Incapaz de conquistar a presidência com a sua própria bandeira, bandeou-se em 1960 para o excêntrico Jânio Quadros, cuja quixotesca renúncia em 1961 destruiu suas esperanças de um período normal no poder.

Por que a UDN era incapaz (pelas regras normais) de conquistar as vitórias eleitorais que Castelo e os militares esperavam dela? De quem a culpa? Dos políticos udenistas ou do eleitorado? Castelo preferiu acreditar que fosse deste último. Assim, para impedir que os eleitores votassem em candidatos errados, foram suspensos os direitos políticos de alguns deles (no topo da primeira lista vinha o nome de Jânio Quadros, uma espécie de nêmesse udenista), e as eleições para os postos mais altos tornaram-se indiretas. Nasceu assim a lógica eleitoral revolucionária: o Brasil precisava de uma democracia tutelada até que o corpo político fosse totalmente expurgado de seus elementos subversivos e/ou corruptos. Quanto tempo duraria tal situação? A vigência do AI-2 deveria expirar no dia em que Castelo Branco deixasse o governo.

A avaliação de Castelo sobre o potencial da ARENA para conquistar votos contribuiu fortemente para a sua crença (e dos seus assessores políticos) de que tanto a Revolução quanto a população brasileira poderiam voltar a desfrutar de uma democracia relativamente aberta em março de 1967. Uma avaliação mais realista das possibilidades da ARENA talvez tivesse levado o governo a favorecê-la mais e assim fortalecê-la. Aqui novamente os escrúpulos do presidente (que sem dúvida refletiram um aspecto do pensamento militar) foram decisivos. Ele achava "injusto" que o governo favorecesse a ARENA sobre os demais partidos. Esta inibição, mais o fato de que o governo criara por lei um sistema bipartidário de jacto, simplificava a tarefa do MDB de consolidar a oposição. Afinal, se esta se transformasse em ameaça, o governo podia mudar novamente as regras do jogo, embora Castelo achasse que isto não seria necessário. Em agosto de 1966, por exemplo, ele explicava que "até 15 de março de 1967, a Revolução vai completar a sua' institucionalização básica, para, numa fase seguinte, robustecer a democracia brasileira e o

desenvolvimento econômico do país".⁴⁵

Quando se aproximavam seus últimos dias no Planalto, Castelo tinha a convicção de que em seus três anos (menos algumas semanas) de mandato havia cumprido a missão que se propusera por delegação revolucionária. Os subversivos e populistas haviam sido derrotados, desacreditados e expurgados. A economia se achava estabilizada, o sistema financeiro reorganizado e a dívida externa renegociada. O Brasil podia agora ingressar de novo nas fileiras das democracias, embora com uma Constituição que aumentara consideravelmente o poder Executivo (e dos militares) em detrimento do Legislativo e do Judiciário.

1. Foi característico o discurso do presidente de 11 de dezembro de 1965 em que previa que o Brasil reiniciaria gradual e ininterruptamente a vida normal de uma democracia. Castelo Branco, *Discursos: 1965*, pp. 289-91.

2. Quando o projeto referente ao STF estava sendo formulado, Ribeiro da Costa atacou a intervenção militar como "algo nunca visto em nações verdadeiramente civilizadas". A declaração provocou violenta resposta do ministro da Guerra Costa e Silva que a chamou "sem dúvida de a maior injustiça jamais praticada contra o soldado brasileiro". O principal assessor militar de Castelo Branco, general Ernesto Geisel, que não morria de amores por Costa e Silva, ficou revoltado com o que considerou uma intromissão do ministro em área tão delicado e veementemente recomendou sua demissão. Castelo manteve o titular da Guerra. Dulles, *President Castello Branco*, pp. 182-84.

3. Para uma proveitosa análise das cláusulas do AI-2 e como ele se relacionava com o contexto político, ver Maria Helena Moreira Alves, *State and Opposition*, pp. 54-66.

4. Em *Minhas memórias provisórias* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982), pp. 189-96, Juracy Magalhães dá sua versão de como o Ministério lhe foi oferecido e de seu papel subsequente na elaboração do segundo Ato Institucional.

5. Castelo Branco, *Discursos: 1965*, p. 35.

6. Costa e Silva foi, como sempre, extremamente franco: "Castelo, ainda que você não pretenda permanecer no poder, não demonstre sua intenção no Ato. com você fora, o problema da sucessão abrir-se-á mais cedo do que deve. Todos os candidatos entrarão na refrega, inclusive eu"; citado em Daniel Krieger, *Desde as missões... saudades, lutas, esperanças* (Rio de Janeiro, José Olympio, 1976), p. 200.

7. Dulles, *President Castello Branco*, pp. 157-58; o texto da carta é transcrito (em inglês) nas pp. 499-500.

8. *Ibid.*, pp. 321-22.

9. Alfred C. Stepan, *Os militares: da abertura à nova república*, (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986), p. 98; Viana Filho, *O governo Castelo Branco*, p. 207; e Wilfred A. Bacchus, "Long-Term Military Rulership in Brazil: Ideologic Consensus and Dissensus, 1963-1983", *Journal of Political and Military Sociology*, XIII (Primavera de 1985), p. 100.
10. Um economista muito lido e ultraconservador, Eugênio Gudín, escreveu em sua coluna em *O Globo* que o Brasil devia adotar o sistema de partido único do México "que tem dado e está dando bons resultados", citado em Dulles, *President Castelo Branco*, pp. 195-96. Havia rumores insistentes de que o próprio Castelo Branco estava examinando o modelo do partido único, baseado no PRI mexicano, mas não encontrei qualquer prova disso. Para uma análise do funcionamento do sistema bipartidário, ver David Fleischer, "A evolução do bipartidarismo no Brasil, 1966-79", *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, N.º 51 (julho de 1980), pp. 154-85. O sistema eleitoral para o período 1964-79 é analisado em profundidade em Christiano Germano, *Brasilien: Autoritarismus und Wahlen* (München, Weltforum Verlag, 1983).
11. Fiechter, *Brazil Since 1964*, p. 88. Para um relato sobre o pensamento do Planalto sobre a reformulação partidária, ver Viana Filho, *O governo Castelo Branco*, pp. 369-73.
12. Fiechter, *Brazil Since 1964*, pp. 87-88; Viana Filho, *O governo Castelo Branco*, pp. 356-64.
13. João Batista Berardo, *Guerrilhas e guerrilheiros no drama da América Latina* (São Paulo, Edições Populares, 1981), p. 251. A repressão militar-policial no Brasil (1975), pp. 97-98. Este último é uma documentação de antigos guerrilheiros e vítimas da repressão. Tendo sido compilado quando a censura e a repressão eram ainda onipresentes, os autores não são mencionados.
14. Dulles, *President Castelo Branco*, pp. 296-300.
15. O estilo de Costa e Silva é descrito em Vernan A. Walters, *Silent Missions* (Garden City, New York, Doubleday, 1978), p. 405.
16. Viana Filho, *O governo Castelo Branco*, p. 341; há um relato muito interessante da luta pela sucessão presidencial em Krieger, *Desde as missões*, pp. 221-37. A análise mais penetrante destes eventos é a de Stepan, *The Military in Politics*, pp. 248-52, o qual achava que o grupo de Costa e Silva devia ser chamado "nacionalistas autoritários" e não "linhas duras".
17. As citações diretas são de um memorando de 27 de janeiro de 1966 sobre a sucessão que Castelo Branco enviou aos principais comandantes do Exército. Viana Filho, *O governo Castelo Branco*, pp. 380-83.
18. A luta para escolher o sucessor de Castelo é tratada extensamente em Dulles, *President Castelo Branco*, pp. 237-76; Viana Filho, *O governo Castelo Branco*, pp. 377-90; e Daniel Krieger, *Desde as missões*, pp. 221-37. Krieger, do Rio Grande do Sul, fora líder da UDN e era agora figura-chave na ARENA. Castelo promoveu sem êxito a candidatura de Krieger durante a luta pela sucessão.

19. Castelo Branco, Discursos: 1966, p. 372.
20. Para uma análise das eleições de 1966, ver Revista Brasileira de Estudos Políticos, N.08 23-24 (julho de 1967/janeiro de 1968), que inclui artigos comentando os resultados em escala nacional, bem como seletivamente por estados.
21. Há um relato pormenorizado da emergência da Frente Ampla em Dulles, President Castelo Branco, pp. 318-70. Lacerda deu sua versão em Depoimento, pp. 379-97.
22. Houve um pequeno grupo de críticos americanos que se opuseram à concessão de ajuda ao Brasil. O senador Wayne Morse, integrante permanente da dissidência no Congresso, propôs em outubro de 1965 a suspensão de toda a ajuda por causa da virada autoritária representada pelo AI-2. Na USAID e no Departamento de Estado uma minoria de funcionários compartilhava da reação de Morse. Exerciam pouco impacto, contudo, e o governo americano continuou a apoiar vigorosamente e às vezes até a elogiar o governo Castelo Branco. Detalhes sobre este debate no governo dos Estados Unidos podem ser encontrados em Jerome Levinson e Juan de Onís, *The Alliance that Lost Its Way* (Chicago, Quadrangle Books, 1970), pp. 194 - 200. Levinson, que trabalhava na USAID naquela época, era o porta-voz dos dissidentes derrotados.
23. Syvrud, *Foundations of Brazilian Economic Growth*, p. 252. A política cafeeira merece mais pesquisas, especialmente seus aspectos políticos. Uma boa fonte para o contexto econômico é Edmar Lisboa Bacha, "An Econometric Model for the World Coffee Market: The Impact of Brazilian Price Policy" (dissertação de Ph. D., Yale University, 1968). Uma tradução do cap. I apareceu em *Dados*, N.º 5 (1968), pp. 144-61. O fracasso do programa de controle da produção até 1968 é descrito em Kenneth D. Frederick, "Production Controls Under the International Coffee Agreements", *Journal of InterAmerican Studies and World Affairs*, XII, N.º 2 (abril de 1970), pp. 255-70; e Stahis Panagides, "Erradicação do café e diversificação da agricultura brasileira", *Revista Brasileira de Economia*, XXIII, N.º 1 (janeiro-março de 1969). Material de origem pode ser encontrado em *Instrumentos da política cafeeira*, 2 vols. (Rio de Janeiro, Escola Interamericana de Administração Pública, 1967), publicação patrocinada pela Fundação Getúlio Vargas e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Somente depois de 1967 os incentivos de mercado (se se define "mercado" incluindo compras oficiais de excedentes) voltaram-se contra os investimentos no café para muitos plantadores, como Frederick explica. A afirmação de Leff de que os cafeicultores não tinham força para obter apoio do governo antes de 1964 não encontra base nas evidências. Nathaniel Leff, *Economic Policy Making and Development in Brazil 1947-1964* (New York, Willy, 1969), especialmente pp. 19-33. O governo Castelo Branco continuou a política de excedentes em 1965 e 1966, conseqüentemente enfraquecendo o programa antiinflação.
24. Os dados seguintes são extraídos de Fishlow, "Some Reflections on Economic Policy", p. 72; e Syvrud, *Foundations of Brazilian Economic Growth*, p. 50.
25. As preocupações dos castelistas sobre continuidade são relatadas em *Visão*, julho 29, 1966, p. 11; agosto 12, 1966, p. 11; agosto 5, 1966, pp. 22-26; março 3, 1967, p. 11. Após a metade de 1966 houve constante especulação de que Castelo poderia tentar continuar no poder. *Visão*, agosto 19, 1966, P. 13.

26. Para análise da Constituição de 1967 e sua adoção, ver Maria Helena Moreira Alves, *State and Opposition*, pp. 70-79; Feichter, *Brazil Since 1964*, pp. 112-18; Schneider, *The Political System of Brazil*, pp. 195-202; e Dulles, *President Castello Branco*, pp. 381-420.

27. Há uma detalhada comparação da lei de 1967 com as leis de segurança nacional de 1969 e 1978 em Ana Valdez A. N. de Alencar, *Segurança Nacional: Lei n.º 6.620/78 - antecedentes, comparações, anotações, histórico* (Brasília, Senado Federal, 1982).

28. Para um esclarecedor estudo de casos das decisões do governo Castelo e (parte do) Costa e Silva nas áreas de salário, educação e remoção de favelas, ver Barry Ames, *Rhetoric and Reality in a Militarized Regime: Brazil Since 1964* (Beverly Hills, Sage Publications, 1973).

29. Ministério do Planejamento e Coordenação Económica, *Plano Decenal de Desenvolvimento Económico e Social*, 7 vols. (Rio de Janeiro, março de 1967). Os sete volumes foram divididos em 10 subvolumes, prova do enorme trabalho de staff consumido em sua preparação.

30. DIEESE, *Dez anos da política salarial*, pp. 64-65. Albert Fishlow estimou o declínio do salário mínimo real de 1964 a 1967 em 20 por cento. Fishlow, "Some Reflections on Economic Policy", p. 85. O presidente tenazmente defendia suas políticas salarial e trabalhista. Ele afirmava que o governo queria aumentar os salários reais, não simplesmente os salários nominais. Em nenhum dos seus discursos referiu-se às críticas de que o salário mínimo estava caindo. Castelo Branco, *Discursos: 1965*, pp. 317-22; Castelo Branco, *Discursos: 1966*, pp. 1-16, 31-41.

31. Albert Fishlow em comentários orais, em conferência na Universidade de Yale sobre "Authoritarian Brazil", em abril de 1971.

32. Detalhes sobre as políticas de exportação do Brasil podem ser encontrados em William G. Tyler, *Manufactured Export Expansion and Industrialization in Brazil* (Tiibingen, 1976) [Kiel Studies, Institut für Weltwirtschaft an der Universität Kiel, p. 134], que cita literatura brasileira, especialmente os estudos do IPEA. Para um surpreendente exemplo do "pessimismo em relação às exportações" predominante entre os críticos das políticas económicas de Castelo Branco, ver Antônio Dias Leite, *Caminhos do desenvolvimento* (Rio de Janeiro, 1966), pp. 127-41. Dias Leite faz uma apreciação desanimadora do potencial de exportação, descartando a possibilidade de exportações significativas de açúcar e nunca mencionando a soja. O peso do seu argumento é que o Brasil devia concentrar-se na substituição das importações, desistindo de obter recursos com a expansão em larga escala das exportações. Com toda a justiça, deve notar-se que antes de 1968 virtualmente ninguém previra a enorme expansão que ocorreria no setor brasileiro de exportação. Entrevista com funcionários do Banco Mundial, setembro de 1977.

33. Para uma excelente análise do contexto político das decisões em matéria de comércio exterior brasileiro, ver Steven Arnold, "The Politics of Export Promotion: Economic Problem-Solving in Brazil, 1956-69" (Dissertação de Ph. D., School of Advanced International Studies, Johns Hopkins University, #Washington, 1972). Sou grato ao Dr. Arnold por ter-me cedido um exemplar de sua dissertação. Para um cuidadoso estudo das

relações econômicas externas do Brasil até 1966, ver Joel Bergsman, *Brazil Industrialization and Trade Policies* (London, Oxford University Press, 1970). Os economistas divergiam fortemente sobre o papel que os "constrangimentos à importação" desempenharam na desaceleração econômica do início dos anos 60. Nathaniel Leff analisou o que lhe pareceu o "impasse das importações" em dois artigos: "Export Stagnation and Autarkic Development", *Quarterly Journal of Economics*, 81 (1967), pp. 286-301; e "Import Constraints and Development: Causes of the Recent Decline of Brazilian Economic Growth", *Review of Economics and Statistics*, 49 (1967), pp. 494-501. O último artigo provocou comentários críticos de Joel Bergsman e Samuel A. Morley, em *Review of Economics and Statistics*, 51 (1969), pp. 101-2.

34. Arnold, "The Politics of Export Promotion".

35. O caso é analisado em Raymond F. Mikesell, "Iron Ore in Brazil: The Experience of the Hanna Mining Company", em Mikesell, et al., *Foreign Investment in the Petroleum and Mineral Industries: Case Studies of Investor - Host Country Relations* (Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1971), pp. 345-64.

36. A "identidade básica de pontos de vista" entre o governo Castelo Branco e as autoridades financeiras internacionais e o governo dos Estados Unidos é destacada em Teresa Hayter, *Aid as Imperialism* (London, Penguin Books, 1971), pp. 135-42. Um indicador da seriedade com que os Estados Unidos tratavam o Brasil era o fato de que a missão da USAID no Brasil era maior do que a de qualquer país do mundo exceto a Índia e o Vietnã. Stepan, *The Military in Politics*, p. 232. No início de 1967 a embaixada informava a Washington que o "apoio público total do governo Castelo Branco às políticas dos Estados Unidos tem servido mais para aumentar o antiamericanismo do que para diminuí-lo", citado em Dulles, *President Castello Branco*, p. 442.

37. Uma história desta reforma institucional pode ser encontrada em Wanderley J. M. de Almeida e José Luiz Chautard, *FGTS: uma política de bemestar social* (Rio de Janeiro, 1976). Para uma atualizada explicação do sistema do FGTS, ver Celso Barroso Leite, *O que todo trabalhador deve saber sobre FGTS* (Rio de Janeiro, Edições de Ouro, 1980). O contexto da opção pelo Fundo de Garantia é sucintamente explicado em Erickson, *The Brazilian Corporative State*, pp. 165-67. Os fundos do FGTS eram canalizados para o financiamento dos programas de moradia do Banco Nacional de Habitação. Para uma avaliação que acentua como os recursos não foram aplicados em moradia para famílias de baixa renda, ver Gabriel Bolaffi, *A casa das ilusões perdidas: aspectos sócio-econômicos do Plano Nacional de Habitação* (CEBRAP, Caderno 27, São Paulo, 1977).

38. O esforço e suas limitações são muito claramente analisados em David M. Trubeck, "Law, Planning and Development of the Brazilian Capital Market", *The Bulletin of the Institute of Finance Graduate School of Business Administration, New York University*, N.os 72-73 (abril de 1971).

39. Campos estava falando para um grupo de empresários do Rio em dezembro de 1964; Campos, *Política econômica e mitos políticos*, p. 29.

40. Para uma avaliação de importante líder do I PÉS e destacado partidário do golpe de 1964, ver Glycon de Paiva, artigo em O Estado de S. Paulo, 29 de março de 1969, um de uma série.

41. Esta "desnacionalização" das empresas brasileiras foi um dos resultados mais vigorosamente discutidos da política governamental. Um dos mais conhecidos críticos era Fernando Gasparian, cujos artigos e discursos estão reunidos em Em defesa da economia nacional (Rio de Janeiro, Editora Saga, 1966). O problema tornou-se tão sério que foi objeto de uma comissão de inquérito da Câmara dos Deputados (embora poucos acreditassem que um Congresso castrado tivesse possibilidade de adotar qualquer "providência"). O texto do relatório #publicado da comissão parlamentar pode ser encontrado em Rubem Medina, Desnacionalização: crime contra o Brasil? (Rio de Janeiro, Editora Saga, 1970). Celso Furtado compareceu para dar seu testemunho técnico perante a comissão (voltando por pouco tempo ao Brasil para esse fim). Seu depoimento foi depois publicado em Celso Furtado, Um projeto para o Brasil (Rio de Janeiro, Editora Saga, 1968). Uma tradução inglesa está incluída em seu Obstacles to Development in Latin America (Garden City, New York, Anchor Books, 1970). Furtado via o Brasil de após 1964 como um importante exemplo do que é essencialmente uma nova interpretação "estruturalista" da "dependência" tecnologicamente imposta. A vantajosa posição de crédito desfrutada pelas empresas estrangeiras é discutida também em Samuel A. Morley e Gordon W. Smith, "Import Substitution and Foreign Investment in Brazil", Oxford Economic Papers, XXIII, N.º 1 (março de 1971), p. 134.

42. Um dos mais capazes defensores das políticas de Campos durante a era Castelo Branco nunca se cansou de apoquentar os esquerdistas pelo fato de que era um governo supostamente direitista que estava socorrendo o setor estatal da economia. Gilberto Paim, "Realidade econômica", em Mário Pedrosa, et al., Introdução à realidade brasileira (Rio de Janeiro, Editora Cadernos Brasileiros, 1968), pp. 35-71. Paim colaborou muito na imprensa do Rio em 1967-68. Ver, por exemplo, "Aliança com a modernização", Jornal do Brasil, 7 de julho de 1968. Paim também escreveu o prefácio para Campos, Do outro lado da cerca.

43. Algumas destas questões são discutidas em William G. Tyler, "Brazilian Industrialization and Industrial Policies: A Survey", World Development, IV (1976), N.os 10-11, pp. 863-82.

44. Flynn colocou isto bem ao referir-se à "convicção cromwelliana de Castelo de sua própria honradez e ao seu profundo desprezo pela demagogia". Peter Flynn, "Sambas, Soccer and Nationalism", New Society, N.º 463 (12 de agosto de 1971), p. 327. Para uma análise de conteúdo de uma amostra dos discursos presidenciais de Castelo Branco, ver Eurico de Lima Figueiredo, Os militares e a democracia: análise estrutural da ideologia do Pres. Castelo Branco (Rio, Graal, 1980). A ideologia que Lima Figueiredo analisa aqui foi importante elemento no que se tornou a corrente castelista de pensamento militar.

45. Castelo Branco, Discursos: 1966, p. 61.